

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

JESSIKA TESSARO RUCKS

**O ESTREITO DE ORMUZ: DA COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA À GUERRA PROXY
REGIONAL NO ORIENTE MÉDIO**

PORTO ALEGRE

2016

JESSIKA TESSARO RUCKS

**O ESTREITO DE ORMUZ: DA COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA À GUERRA PROXY
REGIONAL NO ORIENTE MÉDIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

PORTO ALEGRE

2016

Rucks, Jessika Tessaro

O Estreito de Ormuz: Da Competição Estratégica à Guerra Proxy no Golfo Pérsico/ Jessika Tessaro Rucks. – Porto Alegre, 2016-102 f.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, 2016.

1. Competição Estratégica. 2. Estados Unidos. 3. Irã. 4. Estreito de Hormuz. 5. Golfo Pérsico. I. Martins, José Miguel, orient. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. III. Faculdade de Ciências Econômicas. IV. O Estreito de Hormuz e a competição estratégica no Golfo Pérsico

JESSIKA TESSARO RUCKS

**O ESTREITO DE ORMUZ: DA COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA À GUERRA PROXY
REGIONAL NO ORIENTE MÉDIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em Porto Alegre, 07 de abril de 2016

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins -
Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Adriana Dorfman
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Aos meus pais, Maria Christina e Gilmar, e a minha irmã Débora, pelo carinho, apoio e compreensão durante essa jornada. Saibam, que mesmo quando não estávamos juntos, os levava em meu coração.

Ao meu marido Gustavo, pelo amor e por segurar a minha mão nos momentos difíceis.

Em especial, dedico à Gabriela, minha filha, meu anjo, que do seu jeito singelo e doce transformou a razão do meu existir.

AGRADECIMENTOS

Muito embora esse trabalho tenha um viés acadêmico ele também faz parte da construção dos meus projetos pessoais e profissionais. Dessa forma, dedico essas breves linhas para registrar meu eterno agradecimento àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização.

Inicialmente gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais precisamente ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEEI), que, ao aceitar meu projeto de dissertação possibilitou a realização deste estudo. Nesse aspecto, agradeço à CAPES, pela bolsa, que propiciou a participação em congressos e outros eventos acadêmicos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, a quem possuo grande admiração. Obrigado professor, pelos seus ensinamentos, contribuições e, sobretudo por acreditar nesse trabalho. Agradeço ainda aos professores, à Coordenação do curso, à Secretária pelos ensinamentos e auxílio ao longo desses dois anos. Aos meus colegas do PPGEEI pela amizade e por tornarem os debates em sala de aula e fora dela ainda mais ricos, sobretudo à Yasmin Mohammed, Rodrigo M. Gonzalez, Viviane Bischoff, Gustavo Feddersen, Lauren Machado, Larlecianne Piccolli. E, de forma mais que especial à Tamiris Santos, obrigada pela preciosa amizade, conselhos e pelas dicas sempre enriquecedoras.

Não poderia deixar de agradecer a todos os amigos do meio acadêmico que encontrei nesses dois anos, particularmente à Fernanda das Graças Corrêa. Ellen Tartari, Renata Motter, Tatiana C. Squeff. Sou profundamente grata Adriana Albanus, minha grande amiga, sem você, esse caminho seria bem mais árduo e nada divertido. Agradeço ainda aos colegas da Oficina de Estudos Estratégicos pelo conhecimento compartilhado.

Á minha filha, Gabriela T. Rucks, tão pequena, mas grande minha inspiração, obrigada, pelas palavras doces, abraços e beijinhos. Ao Gustavo Rucks, meu marido, amigo, companheiro, minha outra metade. Minha eterna gratidão pelos pequenos e grandes gestos apoio, amor e compreensão. Agradeço à minha mãe, Maria Christina M. Tessaro, pelo amor incondicional. Ao meu pai, Gilmar A. Tessaro, por me mostrar a importância do trabalho. Minha irmã, Débora Tessaro, pelo carinho. A minha mana do coração, Luciléia P. Lunardi, pela torcida. Agradeço ainda a minha calorosa família: primas, primos, tias, tios, e particularmente aos meus avós: Selma Mutzenberg, Daniel Mutzenberg (in memorian), Severina Tessaro (in memorian) e José Tessaro, pelos exemplos de doçura e persistência.

Por fim, queria agradecer aos meus amigos por sempre acreditarem e mim e mesmo distantes sempre me apoiaram.

*“Maritime chokepoints are among the most sensitive locations
where geography, trade, and politics meet.”
Guzansky, Schachter e Lindenstrauss (2011).*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o papel do estreito de Ormuz nas dinâmicas de competição no Golfo Pérsico. Ormuz é um estreito geograficamente estratégico, uma vez que é a única via marítima entre o Golfo Pérsico, o Golfo de Omã e o Oceano Índico e encontra-se em uma área rica em hidrocarbonetos. Em vista disso, o primeiro capítulo busca analisar o conceito e as características que qualificam a relevância que alguns estreitos possuem para o Sistema Internacional, caracterizando-os como Pontos de Estrangulamento e, nesse sentido, averiguar as razões que definem o estreito de Ormuz como o principal ponto de estrangulamento marítimo no mundo. Já o segundo capítulo tem como foco o estudo da Competição Estratégica, estabelecida entre Estados Unidos e Irã (2003-2013), que somente tornou-se possível graças às características de Ormuz (e, à assimetria de capacidades). Por fim, o terceiro capítulo procura averiguar o papel do estreito na escalada das rivalidades entre Arábia Saudita e Irã que deflagram a Guerra Proxy, e o seu transbordamento para outros pontos de estrangulamento do Oriente Médio. Espera-se como resultado oferecer uma melhor contextualização e compreensão sobre o tema de Ormuz em particular, bem como dos pontos de estrangulamento, contribuindo dessa forma para a instrumentalização dessas categorias no estudo das Relações Internacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Ormuz. Pontos de estrangulamento. Competição estratégica. Guerra Proxy. Golfo Pérsico.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Strait of Hormuz role in the competition dynamics in the Persian Gulf. Hormuz is a strait geographically strategic, since it is the only maritime way between the Persian Gulf, the Gulf of Oman and the Indian Ocean and is located in an area rich in hydrocarbons. In view of this, the first chapter analyzes the concept and characteristics that qualify the relevance of some straits to the International System, characterizing them as Choke points and, accordingly, find out the reasons that define the Strait of Hormuz as the main maritime choke point in the world. The second chapter focuses on the study of the Strategic Competition, established between the United States and Iran (2003-2013), which only became possible because of the characteristics of Hormuz (and because of capacity asymmetry). Finally, the third chapter seeks to ascertain the strait role in escalating rivalries between Saudi Arabia and Iran that trigger the Proxy War and its spillover to other bottlenecks in the Middle East. It is expected as a result provide better context and understanding of Hormuz particular theme and bottlenecks, thus contributing to the exploitation of these categories in the study of contemporary international relations.

Keywords: Hormuz. Choke Points. Strategic Competition. Proxy War. Persian Gulf.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de Estreito Internacional	25
Figura 2 – Individualização dos estreitos	26
Figura 3 – Densidade das Rotas Marítimas	32
Figura 4 – Pontos de estrangulamento com maior tráfego em volume de petróleo (bpd)	33
Figura 5 – Esquema de Separação de Tráfego	38
Figura 6 – Destino das exportações de petróleo dos países da OPEP no Oriente Médio (milhões de bpd)	39
Figura 7 – Principais rotas alternativas ao estreito de Ormuz	42
Figura 8 – Produção de petróleo na década de 70	50
Figura 9 – Operações militares no estreito 1986-1988	57
Figura 10 – Importação de armamentos do Irã entre 1989-1997 (milhões de US\$)	60
Figura 11 – Importações de armas do Irã entre 2003-2013 (milhões de US\$)	66
Figura 12 – Exportação de armas dos EUA para CCG entre 1981-2013 (milhões de US\$)	70
Figura 13 – Guerra Proxy Regional	79
Figura 14 – O EI e o controle sobre os oleodutos	84
Figura 15 – Síria: Projetos para construção de novos gasodutos	85
Figura 16 – Grupos que disputam no Iêmen	86
Figura 17 – Espaço marinho e aéreo na costa dos Estados	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rotas Alternativas ao Estreito de Hormuz - Oleodutos e gasodutos	41
Tabela 2 – Exportação de armamentos dos EUA - 1970 (milhões de US\$)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	anti-access / area-denial
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIOC	Anglo-Iranian Oil Company
Bpd	Barris por dia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CIA	Central Intelligence Agency
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSIS	Center for Strategic and International Studies
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EI	Estado Islâmico
EIA	U. S. Energy Information Administration
EUA	Estados Unidos da América
GNL	Gás Natural Liquefeito
ICC	International Chamber of Commerce
ICJ	International Courte of Justice
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHO	International Hydrographic Organization
IISS	International Institute for Strategic Studies
ILSA	International Law Students Association
IMB	International Maritime Bureau
IPSA	International Political Science Association
ISW	Institute for the Study of War
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas

MCM	Medidas de Capacitação Marítima
NERINT	Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais
OMI	Organização Marítima Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
POSGEA	Programa Pós-Graduação em Geografia
PPGEEI	Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
SOLAS	International Convention for the Safety of Life at Sea
TEU	Twent-Feet Equivalent Unit
ULCC	Ultra Large Crude Carrier
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VLCC	Very Large Crude Carrier
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PONTOS DE ESTRANGULAMENTO: O VALOR ESTRATÉGICO DO ESTREITO DE ORMUZ	17
2.1	Os regimes de passagem utilizados para navegação	17
2.2	Passagens Marítimas: definições e diferenças entre estreitos e estreitos internacionais	23
2.3	Pontos de estrangulamento: relevância estratégica dos gargalos marítimos	28
2.4	Ormuz: naturalmente um ponto de estrangulamento	35
2.4.1	Ormuz: um estreito internacional	36
2.4.2	Ormuz: um gargalo estratégico	38
2.5	Considerações finais do capítulo	44
3	A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA	45
3.1	Antecedentes históricos	45
3.1.1	EUA e Irã: o percurso de uma relação amistosa	46
3.1.2	A Primeira Guerra do Golfo e as dinâmicas no estreito de Ormuz	53
3.1.3	Ruptura das relações diplomáticas	58
3.2	O estabelecimento da Competição Estratégica	62
3.2.1	A Competição no estreito de Ormuz	64
3.3	A reaproximação	71
3.4	Considerações finais do capítulo	73
4	DA COMPETIÇÃO À GUERRA PROXY REGIONAL: A RELEVÂNCIA DOS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO	76
4.1	A concorrência entre Arábia Saudita e Irã	76
4.2	A Guerra na Síria: a ligação entre Golfo Pérsico e o Mediterrâneo	81
4.3	A Guerra no Iêmen: a importância do estreito de Bab el-Mandeb	86
4.4	Considerações finais do capítulo	88
5	CONCLUSÃO	90
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A – DIVISÕES DO ESPAÇO MARINHO E AÉREO	102

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel do estreito de Ormuz na dinâmica da Competição Estratégica no Golfo Pérsico. O estreito de Ormuz, localizado no Oriente Médio é uma das vias marítimas mais importantes no atual contexto internacional, em termos econômicos, políticos e estratégicos. Esse corredor é considerado naturalmente um ponto de estrangulamento, pois forma uma ligação ímpar entre os campos de petróleo do Golfo Pérsico, que é uma via marítima sem saída, e o Oceano Índico.

O termo Oriente Médio, na acepção clássica, foi cunhado em 1902, por Alfred Thayer Mahan, para designar a região localizada na interconexão da Europa e da África com a Ásia. O Oriente Médio tem como marco da sua história contemporânea a emergência dos interesses europeus e o desmembramento do Império Turco ao final da Primeira Guerra Mundial (VIZENTINI, 2002, p.14) Entre o século XIX e início do século XX, este se viu envolvido na competição com Alemanha, Grã-Bretanha, França e Rússia, pelo acesso e controle dessa região. Desde então, essa região sofreu distintas fases de competição estratégica estabelecida por períodos caracterizados por Complexo de Segurança Regional (CSR) ou sobreposição (Overlay), de Buzan e Waever (2003).

A primeira fase de concorrência, deu-se entre Inglaterra e Alemanha compreende o período da construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá nos anos de 1903 a 1940, no qual se buscou obstaculizar a projeção alemã para a região (VIZENTINI, 2002, p.19). Já a segunda fase tem como protagonistas os Estados Unidos e a Inglaterra, sendo o referencial de intervalo marcado entre 1941, com a ascensão do Xá Mohammad Reza Pahlavi no Irã e a chegada dos EUA na região, a 1963, quando se dá ascensão simultânea do Baath na Síria e no Iraque. Nesse contexto, a polarização entre governos árabes nacionalistas e monarquias liberais facilitou o overlay e, portanto, a terceira fase entre 1968 a 1979 será dominada pela projeção dos EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sobre o Golfo.

Em 1979 a Revolução Iraniana, associada à crise hegemônica pela qual passava a bipolaridade, conduziu a formação do primeiro Complexo Regional de Segurança, materializado na confrontação entre Irã e Iraque. A subsequente invasão do Kuwait pelo Iraque (1991), o fim da Guerra Fria, o colapso da URSS, o enorme contingente de soldados norte-americanos para a região, sem, contudo, derrubar o governo iraquiano, marcam um período que se prolonga até a invasão do país em 2003. Assim, com o desaparecimento do Iraque como ator autônomo, somado aos impasses da ocupação no Afeganistão, estabeleceu-se a Competição Estratégica entre EUA e Irã. A Crise econômica de 2008, juntamente, com a retirada das tropas estadunidenses do Iraque e do Afeganistão, assim como a posterior Guerra Civil na Síria acentuam as questões com o Irã, que são materializadas no programa nuclear do país. A saída dos EUA do Iraque deu início a uma nova conjuntura, mas que teve um mas que sofreu uma rápida escalada para a Guerra Proxy.

O presente estudo tem vale-se da Geopolítica, que segundo Therezinha de Castro (1999, p.23), tem como principal objetivo aplicar de forma racional todos os ramos da geografia no planejamento das atividades do Estado, visando objetivos imediatos ou não e, que em essência, estuda os precedentes históricos em função dos ambientes geográficos. Por fim, a geopolítica pode ser interpretada ainda como “estudo dos mais relevantes aspectos da situação e recursos de um país, com vistas à determinação de sua posição relativa na política mundial” (TAYLOR, apud CASTRO, 1999, p.24).

A importância adquirida pela guerra total da época moderna trouxe a Estratégia para o debate da geopolítica. Nesse aspecto, é importante pontuar que “subordinar o ponto de vista político ao militar seria absurdo, pois é a política que cria a guerra. A política é a inteligência orientada e a guerra apenas o instrumento e não vice-versa. Não há, portanto, nenhuma alternativa senão subordinar o ponto de vista militar ao político.” (CLAUSEWITZ, apud, CASTRO, 1999, p. 21). Assim, a Geoestratégia, de acordo com Gen. Meira Mattos, é a estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela Geopolítica. Em suma, como resume Manfra (1999) é a arte de preparar e aplicar o poder, para conquista e manutenção dos objetivos fixados pela política.

Outro conceito importante para a pesquisa é o de Região, para o qual, como descrito anteriormente, será utilizado o de Buzan e Waever (2003). Para o mesmo propósito também valer-se-á de Griffiths (2002), que fornece um enfoque mais amplo dando conta de interações culturais e institucionais. Naturalmente, no caso específico do Oriente Médio, adotar-se-á o conceito proposto por Mahan (1987), que nos fornece uma delimitação política, geográfica e espacial bem definida. Procurando-se seguir um percurso lógico passa-se ao conceito de pontos de estrangulamento para examinar a relevância de canais, estreitos e cabos.

Para Competição Estratégica, como referido, valer-se-á da obra seminal de Antony Cordesman que utiliza a categoria para descrever a relação entre Estados Unidos e Irã na região. A Competição Estratégica foi uma definição para desenvolver a relação entre Estados Unidos e Irã após a Revolução Islâmica (1979). A Competição Estratégica é composta por seis tipos e níveis que interagem entre si: ideologia, religião e sistemas políticos; Terrorismo, extremismo, laços paramilitares e operações secretas; Energia, sanções e impactos econômicos globais; Controle, exportação e importação de armas; Diplomacia internacional; e, Competição militar (Cordesman, 2012, p. 7-12) Nesse sentido, competição estratégica diz respeito a todas as formas de disputas, que não a guerra convencional.

Posto isso, o primeiro capítulo tem como propósito averiguar porque o estreito de Ormuz é considerado o principal ponto de estrangulamento marítimo no Sistema Internacional. Assim, de forma introdutória e conceitual abordam-se os debates históricos relativos à livre navegação através dos estreitos. Em seguida é avaliada, a relevância da III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), da qual o Brasil liderou discussões sobre ampliação da plataforma continental, e, que no âmbito dos corredores marítimos valiosos para o contexto mundial, os definiu como “estreitos utilizados para navegação internacional” ou simplesmente

estreitos internacionais. A partir dessa configuração, observam-se os elementos que caracterizam os estreitos em verdadeiros Pontos de Estrangulamento ou Chokepoints. Finalmente, com base nas características e condicionantes desses corredores, o estudo procura averiguar quais são os elementos que qualificam Ormuz como ponto de estrangulamento, e, sobretudo, como o principal do Sistema Internacional.

O segundo capítulo versa sobre a Competição Estratégica entre Estados Unidos da América (EUA) e Irã, proposta por Anthony Cordesman (2011). A competição estratégica entre Estados Unidos e Irã tem sua origem na perda do controle ocidental sobre o Estado iraniano, a partir da Revolução Iraniana (1979) e da Guerra Irã-Iraque, também conhecida como I Guerra do Golfo (1980-88), colocando os até então aliados em lados opostos. Muito embora o Oriente Médio seja posto em evidência por suas guerras convencionais, ou como teatro de operações nas guerras mundiais – que, de acordo com o Realismo Clássico, definem a polaridade – observa-se na região um fenômeno difuso, porém profundo e denso o suficiente para competir com a guerra convencional na definição do equilíbrio: a Competição Estratégica. O capítulo dois trata, portanto, das relações amistosas entre os dois países, passando pelos eventos que promoveram sua ruptura, atentando-se para a Guerra Irã-Iraque. Tendo em vista que a Competição entre EUA-Irã a partir da invasão do Iraque pelos EUA, até 2013, com a retomada das relações – em virtude das negociações acerca do acordo nuclear, entre ambos países, atentando para as dinâmicas em Ormuz.

O terceiro capítulo se propõe a examinar a crescente rivalidade entre Arábia Saudita e Irã. O capítulo tem como marco o período 2012-2015, no qual a primeira data marca a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, e a última o início da Guerra Proxy travada entre Arábia Saudita e Irã. Os dois Estados possuem um espaço de projeção geográfica comum, porém são antagônicos, em razão dos seus distintos interesses, sistemas religiosos e político-econômicos. Posto isso, o estudo terá como espectro o papel do estreito de Ormuz na região do Golfo Pérsico, procurando observar sua relevância ou não no tabuleiro regional e no sistema internacional.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, buscando inter-relacionar os três capítulos anteriores com propósito de evidenciar a asserção da pesquisa, ou seja, de que Ormuz, enquanto chokepoint é um importante elemento de tensão na escalada da competição para Guerra Proxy no Golfo Pérsico. As concepções finais demonstram a relevância de Ormuz no equilíbrio de poder da região. Ademais, verificou-se que apesar de distante geograficamente do Brasil, o estreito de Ormuz e sua projeção sobre o Oriente Médio refletem importantes lições e oportunidades para o país.

2 PONTOS DE ESTRANGULAMENTO: O VALOR ESTRATÉGICO DO ESTREITO DE ORMUZ

Este capítulo versa sobre os aspectos condicionantes que transformam os estreitos em vias marítimas estratégicas. A presente seção aborda num primeiro momento as questões históricas relativas à livre navegação em corredores marítimos e a necessidade de Estados Costeiros e Usuários em normatizar o regime de passagem nos *estreitos internacionais*. A partir disso, buscou-se relacionar essa necessidade dos Estados com as definições dos chamados *estreitos utilizados para navegação internacional*, proposta pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)¹.

Posteriormente, faz-se um resgate teórico qualitativo acerca dos *pontos de estrangulamento ou chokepoints*, a fim de compreender quais são os elementos que agregam valor estratégico para que gargalos marítimos se constituam em corredores essenciais para as dinâmicas do sistema mundial. Posto isso, procura-se operacionalizar esses conceitos no estreito de Ormuz, ou seja, examinar quais são as características dos estreitos internacionais presentes ali, e quais condicionantes tornam Ormuz um ponto de estrangulamento, ou *chokepoint*. Essa operacionalização inicial tem como objetivo averiguar porque o estreito de Ormuz é descrito como o ponto de estrangulamento mais importante do mundo (FOLKESON, 2012) e, desse modo, justificar o eixo da pesquisa nos demais capítulos.

2.1 Os regimes de passagem utilizados para navegação

As questões relativas à livre navegação pelos estreitos, controle de rotas marítimas e exploração dos recursos marinhos são fonte de preocupação dos interesses comerciais, políticos e militares desde os tempos antigos. A origem dessas preocupações, segundo Wainwright (1986, p. 366), remete à época da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), travada entre Atenas e Esparta, na qual Atenas controlava grande parte das rotas comerciais marítimas. Destarte, foi a partir da expansão ultramarina, na segunda metade do séc. XV, que os mares e oceanos passaram a ser foco de discussões políticas, jurídicas e acadêmicas. Quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Alcáçovas (1479) e posteriormente o Tratado de Tordesilhas (1494), materializaram o princípio de *Mare Clausum* (mar fechado) ao dividirem o mundo. Essa decisão foi amplamente contestada por países como Holanda, França e Inglaterra, que também buscaram estabelecer suas colônias, controlar entrepostos e rotas marítimas, a fim de garantir o acesso aos seus mercados no ocidente e no oriente. Essa projeção das grandes potências sobre os oceanos suscitou, ao longo dos séculos seguintes, o debate acerca da liberdade de navegação e dos direitos de exploração dos recursos marinhos.

¹ Em inglês, United Nations Convention on the Law of the Sea – UNCLOS

No século XVII, por exemplo, a obra *Mare Liberum* (1609), do holandês Hugo Grócio, defendia o princípio da liberdade dos mares, que diz respeito à navegação e todas as formas possíveis de aproveitamento dos recursos, sem nenhuma pretensão restricionista podendo emanar por parte dos Estados. A obra de Grócio buscava legitimar a expansão marítima neerlandesa desenvolvida durante a primeira metade do séc. XVII. Em contrapartida, o inglês John Selden reformou o conceito de mar fechado de Portugal-Espanha, sustentando em *Mare Clausum* (1635) que o mar é suscetível de apropriação e domínio, mas não excluía a liberdade coletiva de navegação (REZEK, 1991). A ideia de *Mare Clausum* teve forte apelo político na Inglaterra de Carlos I, que procurava legitimar “*oceanus britannicus*” (RODRIGUES; DEVEZAS, 2009, p. 399). Ao romper o século XVIII, embora com restrições, a livre navegação passou a ser a doutrina aplicada pelos Estados, e mais tarde se consolidou como um direito costumeiro ou consuetudinário (THEUTENBERG, 1984).

A região costeira passou a ser interpretada como propriedade do Estado costeiro ou ribeirinho ainda no século anterior. A adoção das 3 milhas náuticas (5,5km)², conhecida como “limite do tiro de canhão” (*gunshot limit*), para definir o mar territorial, amparava-se na capacidade do Estado em defender e controlar essa faixa. Em suma, o critério da soberania era dado pelo alcance da artilharia naval da época (WALKER, 1945, p. 1945). Nesse sentido, pode-se dizer que o princípio da soberania do Estado costeiro sobre o mar territorial³ está diretamente relacionado com as capacidades de defesa territorial (REZEK, 1991). Em outras palavras, segundo o Rei da Espanha Felipe II (1563), no geral a melhor regra para o controle da terra (ou do mar) se estende até onde o canhão alcançar, porque é até onde existem condições de se defender e dominar (CONBOY, Jan. 1924). Esse pensamento da força ou capacidade como critério vinculante da delimitação do mar territorial com a artilharia naval, também foi defendido pelo holandês Cornelius van Bynkershoek (1673-1743). Assim, as capacidades como critério universal de soberania tiveram ampla aceitação na Europa durante o século XVIII e serviram de referência para controvérsias e disputas entre os Estados ao longo do tempo.

Ao longo dos séculos seguintes os mares e oceanos deixaram de ser apenas um meio de navegação, passando a ser fonte de captação de valiosos recursos biológicos e minerais. A partir disso, uma série de impasses acerca dos direitos sobre os espaços marítimos surgiram, sobretudo porque as grandes potências navais buscavam garantir o acesso aos mares. Nesse contexto, em 1946 nasceu a Corte Internacional de Justiça (CIJ), que representava predominantemente as grandes potências e sua busca pelo monopólio sobre os mares, refletindo ainda os anseios das potências navais do século XV.

O Caso Corfu, por exemplo, foi movido pela Grã-Bretanha contra a Albânia, requerendo

² 1 milha náutica ou marítima equivale a 1,852km.

³ No presente, o Mar territorial compreende o espaço de 12 milhas (22 km) contadas a partir da costa do território. Nessa faixa o Estado costeiro exerce soberania sobre o espaço aéreo, águas e o fundo mar, todavia há restrições estabelecidas pelo direito internacional, que dizem respeito, por exemplo, a questões relativas à proteção do meio ambiente marinho.

indenização por danos e perdas de vidas humanas, causadas pela colisão de destroyers britânicos *Saumarez* e *Volage* com minas de profundidade no estreito de Corfu, próximo aos limites das águas territoriais albanesas (MORE; REI, 2012, p. 182), onde a Grã-Bretanha acusava a Albânia de infringir o direito de *passagem inocente*⁴ pelo estreito que liga duas partes de um mar aberto, bem como as resoluções específicas estabelecidas pela Convenção de Haia⁵ de 1907 .

A Albânia, por sua vez, argumentava que existia um espírito de guerra entre o seu Estado e a Grécia e que por isso o regime não poderia ser observado como simplesmente de passagem inocente, uma vez que havia uma questão de ordem maior, a segurança. Para a Albânia, o estreito de Corfu se constituía em um estreito meramente geográfico, não em um corredor internacional, logo não existia a livre navegação (ICJ, Reports, p. 28). Dessa maneira, a Corte Internacional de Justiça determinou que fossem analisadas as condições do estreito, atentando para o volume de tráfego e a relevância desse corredor para a navegação internacional. O posicionamento da CIJ sobre o caso observou que embora Corfu fosse uma via alternativa (não crucial) entre o mar Adriático e o mar Egeu, o estreito foi uma rota útil para o tráfego internacional, portanto, caracterizando-se como um *estreito utilizado para navegação internacional* (ICJ, Reports, p. 28).

A decisão da Corte Internacional de Justiça em favor da Grã-Bretanha reconheceu o direito de passagem de navios de guerra sem a necessidade prévia de autorização do Estado ribeirinho. Essa decisão acabou moldando a conduta sobre passagem inocente, no qual, de acordo com o costume internacional, os Estados têm o direito de navegar com navios de guerra pelos estreitos utilizados para navegação internacional em tempos de paz. Esse direito não pode ser suspenso ou estar condicionado a autorização prévia do Estado costeiro (MARTIN, 2010, p. 12–13). Nota-se que essa ambiguidade do regime de passagem eventualmente cria controvérsias tais como *Freedom of Navigation Operation* (FONOP), empregada pela Marinha dos EUA no Mar do Sul da China. As operações das FONOPs não reconhecem a jurisdição da China sobre suas águas adjacentes, comportando-se assim como se a navegação ocorresse em alto mar, portanto, desimpedidos para efetuar manobras, utilizar sensores e helicópteros (GRAHAM, 2015). Logo, essa ambiguidade do Direito revela que, no fim das contas o que garante a segurança é a capacidade efetiva de defesa dos Estados.

Outro importante acontecimento que determinou as normas sobre o regime de navegação nos estreitos de caráter internacional, foi a proposta de codificação de um regime internacional de águas territoriais e alto-mar, feita pela Comissão de Direito Internacional, em sua primeira seção em 1949. Os trabalhos da Comissão resultaram num relatório aprovado pela Assembleia

⁴ O direito de passagem inocente originou-se nas práticas e costumes internacionais. Ele foi reconhecido pela CIJ no caso de Corfu e posteriormente na Convenção do Direito do Mar de 1958.

⁵ A Grã-Bretanha apontava que a Albânia não cumpriu o artigo 2 (4) da Convenção de Haia, ao fazer uso da violência na tentativa de forçar o outro Estado a adotar uma medida específica, ou seja, valeu-se das minas submarinas para forçar o Estado britânico a não utilizar o estreito de Corfu. O artigo prevê que “todos os membros abster-se-ão... de usar a força ou ameaçar usá-la contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado”.

Geral das Nações Unidas em 1957, e apresentado durante a I Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em abril de 1958, em Genebra. Essa Convenção estabeleceu parâmetros e normas sobre diversos aspectos do ambiente marítimo, como a plataforma continental⁶, mar territorial e outros (TREVES, 1958, p. 114–115).

Já a II Convenção sobre o Direito do Mar, ocorrida dois anos mais tarde, não resultou em grandes avanços, pois as reivindicações de ampliação do mar territorial para 12 milhas (22 km) atingiriam cerca de 100 estreitos, modificando o regime de passagem nesses estreitos, colocando-os sob a órbita dos Estados costeiros (SILVA; ACCIOLY; CASELLA, 2012). Tal situação colocou as grandes potências navais, que não queriam modificar o *status quo*, e os Estados costeiros, que controlavam os estreitos, em lados opostos. Além disso, outros fatores fomentaram este embate, como a implantação do poder naval e aéreo e a relevância desses gargalos para o comércio mundial, particularmente para o mercado de petróleo. Desse modo, os fatores econômicos e militares pesaram na política mundial, uma vez que as grandes potências tinham interesse em controlar estreitos estratégicos, a fim de garantir os seus mercados e, eventualmente, obstaculizar a navegação de outros Estados (CASELLA, 2009, p. 445).

Em vista disso, a questão envolvendo o regime de passagem pelos estreitos internacionais tornou-se um dos temas centrais nos debates da III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que iniciou os trabalhos em 1973. As negociações se deram sob a ordem de um sistema bipolar, onde impasses e incertezas eram exarcebados. Mas, curiosamente, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), mesmo que inimigos, eram favoráveis à livre navegação pelos estreitos, permitindo o acesso a importantes entrepostos comerciais e militares. Para Dyke (2009, p. 178) o governo estadunidense tinha como preocupação a manutenção da sua capacidade de navegar livremente com suas embarcações de guerra, incluindo submarinos, através dos principais estreitos, tais como: Ormuz, Gibraltar, Bab el-Mandeb, Malaca entre outros.

Em contrapartida, os Estados costeiros afirmavam que a passagem de embarcações de guerra tão próximas de suas costas representava sérios riscos à soberania e integridade do Estado. Ademais, a preocupação com possíveis acidentes envolvendo petroleiros e as consequências para as economias de pesca e o meio ambiente era pautada pelos Estados costeiros, como Egito, Espanha, Iêmen, Indonésia, Malásia, Marrocos e outros. Para os Estados da Malásia e Indonésia o regime de passagem das embarcações petroleiras deveria ser regulamentado pelos próprios Estados. Já alguns Estados da península arábica como Iêmen e Omã propuseram que os Estados usuários deveriam solicitar autorização do Estado costeiro antes de atravessar o estreito sob regime de passagem inocente (DYKE, 2009, p. 178–180).

Os Estados costeiros, buscando uma solução, apontavam que embora o estreito fosse parte do mar territorial de seus países, estavam dispostos a conceder o regime de passagem inocente.

⁶ A plataforma Continental é uma faixa de mar raso (até 200 m de profundidade), e a partir de uma certa distância da costa sua profundidade cai, subitamente, para profundezas abissais.

Compete frisar que, nos preceitos da CNUDM de 1958, a passagem inocente ou inofensiva ocorre quando esta é “não prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro”. Sob esse regime, as embarcações não podem penetrar nas águas interiores, nem fazer escala num ancoradouro ou instalação portuária situada fora das águas interiores. Além disso, salvo por força maior, a passagem deverá ser contínua e rápida. O direito de passagem inocente também é garantido aos navios de guerra, desde que estes não tomem nenhuma medida ameaçadora. Os submarinos, por sua vez, devem navegar no mar territorial ao nível da superfície, com a bandeira hasteada. Logo, permanece a ambiguidade anteriormente apontada, a despeito do que consiste a passagem inocente, pois parece um tanto contraditório que navios de guerra possam trafegar sobre seu mar territorial, mesmo que de forma rápida e contínua, sem autorização dos Estados Costeiros.

Essa proposta entretanto não era bem vista pelas grandes potências, haja vista que nesse regime o submarino deve emergir e navegar com a bandeira hasteada, comportando-se assim como um navio (DYKE, 2009, p. 179). Outro problema desse regime caracteriza-se pelo fato de que a passagem inocente não permite sobrevoos sobre as águas do estreito. Os Estados Unidos, por exemplo, consideram ainda atualmente que estreitos superiores a 6 milhas de largura contêm uma faixa de alto-mar, portanto, livres à navegação. A tentativa de conciliar a posição de Estados costeiros e usuários foi liderada pelo Reino Unido, em 1974, na seção da III CNUDM ocorrida em Caracas, que propôs o direito de passagem e a obrigação dos navios de se conformar com regras que visassem a segurança e a defesa do ambiente marinho (SILVA; ACCIOLY; CASELLA, 2012).

Dessa forma, a passagem em trânsito, de acordo com o artigo 38 da III CNUDM (1982), aborda que a liberdade de navegação e sobrevoos de embarcações e aeronaves será exclusivamente para fins de trânsito contínuo pelo estreito entre uma parte do alto-mar ou uma zona econômica exclusiva (ZEE)⁷ e outra parte de alto-mar e uma ZEE. Com essa exigência de trânsito contínuo e rápido, o navio ou aeronave não pode ancorar, fundear ou aterrissar, salvo casos de perigo iminente. Entretanto, nada impede a passagem pelo estreito para entrar no território do Estado ribeirinho ou dele sair ou a ele regressar, obviamente respeitando as condições que regem a entrada no território desse Estado. A passagem em trânsito consagrou a liberdade de navegação para navios de guerra, submarinos submersos e aeronaves, incluindo aviões militares, de percorrer o estreito. Nesse regime, o tráfego não pode ser interrompido pelo Estado costeiro. Ao comparar-se os dois regimes de passagem, eles podem ser resumidos em três aspectos: primeiramente a abrangência, uma vez que esta engloba o tráfego de aeronaves sobre o espaço sobrejacente ao estreito (REZEK, 1991); outro ponto diz respeito aos submarinos trafegarem submersos; e,

⁷ ZEE é tratada na Parte V da CNUDM III (p.43), no qual o artigo 55 estabelece que é a “zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos de jurisdição do Estado costeiro e os direitos e as liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção”. Cabe destacar que nessa aérea o direito soberano do Estado difere do mar territorial, pois a ZEE foi criada para garantir os direitos econômicos do Estado Costeiro e livre navegação dos demais Estados, em regime de passagem inocente ou em trânsito.

finalmente, a capacidade do Estado Costeiro em adaptar regras para passagem, tendo em vista que na passagem inocente isso não é possível.

A Convenção prevê ainda, nos artigos 41 e 42, que os Estados costeiros podem estabelecer certas medidas de segurança, como *Esquema de Separação de Tráfego (EST)*⁸. Esse esquema deve ser desenvolvido em conjunto com os demais Estados fronteiriços ao estreito e, posteriormente, passar pela aprovação da Organização Marítima Internacional (OMI), para assim entrar em vigor. O EST foi adotado em diversos estreitos importantes, tais como: Ormuz, Bab el-Mandeb, Malaca, Gibraltar, Dover e outros.

Assim sendo, em dezembro de 1982 em Montego Bay, na Jamaica, foi concluída a III Convenção do Direito do Mar após onze seções de negociação, sendo assinada por 119 países. Essa Convenção simboliza um enorme progresso em relação às anteriores, uma vez que estabeleceu as 12 milhas (22 km) do mar territorial e as 188 milhas (348 km) de zona econômica exclusiva, totalizando as 200 milhas (370 km) de direito dos Estados costeiros; cabe ressaltar, que a extensão da plataforma continental é fruto dos debates e reivindicações dos anos 1970, no qual o Brasil teve papel primordial, ao adotar - através do Decreto de Lei 1098 - de forma unilateral a extensão da sua plataforma continental para 200 milhas. Essa decisão brasileira, conforme destaca Beirão e Pereira (2014, p. 74), contrariava a posição das tradicionais e industrializadas grandes potências, mas apoiava e reforçava a de países latino-americanos, como Peru e Chile que também requeriam jurisdições mais amplas. O Brasil tinha interesses políticos (apoiar os demais países latinos), econômicos (proteção dos recursos marinhos) e de segurança (a defesa do espaço como um todo). Assim quando ocorreram os debates da III CNUDM o Brasil teve oportunidade de atuar em favor da adoção das regras já incorporadas por alguns países latino-americanos, e advindas das ações unilaterais e da legislação do Brasil (BEIRÃO; PEREIRA, 2014, p. 74).

No caso dos estreitos, a CNUDM também representou importantes avanços. Nesse sentido, pode-se destacar: o reconhecimento do direito soberano do Estado costeiro sobre o corredor marítimo, seu espaço aéreo sobrejacente, o leito e o subsolo; a possibilidade de o Estado ribeirinho adotar regulamentos para prevenção, redução e controle da poluição, particularmente no que se refere à carga e descarga de petróleo e outras substâncias nocivas ao meio ambiente marinho; propôs o regime de passagem em trânsito; a permissão aos Estados costeiros de estabelecerem certas medidas de segurança, como esquemas de separação de tráfego.

Por fim, compete apenas ressaltar que a navegação em canais (Suez, Panamá e outros) é regulada pelo Estado ou Estados que os construíram. Conforme sintetiza Casella (2009, p. 468) “essas vias de comunicação perfuradas no território de um Estado serão regidas segundo a

⁸ O EST tem origem em 1898 quando empresas de navegação civil estabeleceram um sistema de segurança para navegar através do Atlântico Norte. Posteriormente, essa ideia foi incorporada na I Convenção de Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), assinada em 1914, em virtude do desastre envolvendo Titanic. Em 1929, 1948, 1960 e 1974, ocorreram outras Convenções. A Convenção de 1974 é a que está em vigor, mas já foi atualizada e alterada diversas vezes. A SOLAS 1974 visa proteger vidas, por meio de técnicas para construção, equipamentos e operações navais (IMO, 2016).

soberania e as leis do Estado territorial”.

2.2 Passagens Marítimas: definições e diferenças entre estreitos e estreitos internacionais

As passagens marítimas, como canais e estreitos, são corredores que facilitam o transporte internacional, pois reduzem de forma considerável as distâncias terrestres. Algumas das principais *Linhas de Comunicação Marítimas* (LCMs)⁹ passam justamente sobre essas vias. Seguidamente, os termos *canais* e *estreitos* são referidos como sinônimos, uma vez que são compreendidos geograficamente como uma passagem estreita entre duas porções de terra ou ilhas, ou grupo de ilhas, que conectam duas grandes porções marítimas (INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION – IHO, 2006, p. 114). No entanto, apesar das similaridades físicas, canais e estreitos tem origens distintas: enquanto o primeiro é resultado da construção humana, o segundo é uma via natural. Em virtude disso, os parâmetros legais que definem esses gargalos são dados pelo Direito Internacional.

Os canais internacionais ou interoceânicos são corredores construídos no território de um ou mais Estados, onde antes havia um istmo¹⁰, com finalidade de permitir ou facilitar a navegação entre dois mares. Assim, os canais são identificados como partes do território do Estado convertidos em braços de mar e, portanto, estão sujeitos à soberania desses Estados (SILVA; ACCIOLY; CASELLA, 2012). Enquanto isso, os estreitos são resultado de um acidente geográfico provocado, por exemplo, pelo movimento das placas tectônicas, que distanciam razoavelmente duas porções de terra: dois continentes, duas ilhas, ou um continente e uma ilha. Desse modo, são corredores marítimos naturais que conectam duas grandes massas de água: dois oceanos, um mesmo oceano, um oceano e um mar, dois mares, ou um mesmo mar.

Alguns desses estreitos são vias cruciais para a segurança dos Estados, para o comércio internacional e para o mercado de hidrocarbonetos. Logo, preocupações relativas ao regime de navegação e a insegurança levaram os Estados costeiros e Estados usuários a buscarem a regulamentação dos espaços marítimos. Assim, a III CNUDM estabeleceu em sua III parte os parâmetros que classificaram alguns desses gargalos como *estreitos utilizados para navegação internacional*, ou simplesmente, *estreitos internacionais*. Nessa perspectiva, os estreitos relevantes para o sistema internacional seriam aqueles utilizados para a navegação internacional, ou seja, aqueles corredores marítimos que detém sentido estratégico, como rotas de passagem, vias de comunicação e de transporte internacional (CASELLA, 2009, p. 444). A trindade de Martín nos dias de hoje bem poderia ser traduzida em termos amplos: economia, segurança e instituições, que regem o sistema internacional. Afinal os chokepoints, particularmente os em tela desse trabalho, possuem uma incidência relevante sobre essas três esferas (economia, segurança e instituições) de modo independente, embora usualmente simultânea – e.g. Ormuz.

⁹ Em inglês: Sea Lines of Communication (SLOCs)

¹⁰ O Istmo se caracteriza por ser uma estreita porção de terra cercada por duas grandes porções de água e que conectam duas grandes porções de terra.

A identificação de um estreito internacional é interpretada muitas vezes de forma distinta pelos pesquisadores. Por exemplo, o geógrafo Alexander Lewis (1987) identifica aproximadamente 265 estreitos usados para a navegação internacional (DYKE, 2009, p. 179). Já Richardson e Chong (2007, p. 1) afirma que existem 116 estreitos que são de fato corredores relevantes, uma vez que por essas vias trafega o comércio internacional. Ao passo que na relação indicada por Brüel (1947) apenas 35 estreitos são realmente importantes para o sistema internacional (MARTIN, 2010, p. 63). A análise dos estreitos internacionais leva em consideração a existência de três elementos centrais, que de acordo com (MARTIN, 2010, p. 44) se constituem numa espécie de “Santíssima Trindade” para a identificação de um estreito: a geografia, o componente legal e a funcionalidade.

Nessa ordem, o componente geográfico dispõe as delimitações físicas, ou seja, que esse corredor deve se caracterizar por ser passagem natural que separe duas porções de terra e uma duas porções marítimas. Logo, compete a esse componente a identificação das condições físicas dessa via, entretanto este não estabelece limites para sua largura ou profundidade, apenas verifica se o estreito separa dois continentes (Ormuz, Bósforo), duas ilhas (Lombok, Hinlopen), ou um continente e uma ilha (Corfu, Messina), assim como se ele conecta dois oceanos (Magalhães, Le Maire), um mesmo oceano (Bass, Juan de Fuca), dois mares (Kerch, Dardanelos), um mesmo mar (Cingapura, Kalmar Sound) ou ainda, um oceano e um mar (Bab el-Mandeb, Gibraltar).

No entanto, esse componente é insuficiente para reconhecer um estreito de caráter internacional, isso porque a delimitação dos espaços não é feita pela geografia, mas sim pelo componente legal, que por meio do direito internacional delimita e determina os parâmetros para o mar territorial, zona contígua¹¹, alto mar¹², zona econômica exclusiva (ZEE) entre outros. Dessa forma, o componente legal estabelece que a largura do estreito em algum ponto ou em toda a sua extensão não pode ultrapassar 24 milhas (44 km), ou seja, a soma do mar territorial de cada Estado costeiro – 12 milhas (22 km). Destarte, unicamente quando a largura do estreito é a soma dos mares territoriais dos Estados costeiros, este será um estreito internacional do ponto de vista legal (MARTIN, 2010, p. 50). Assim sendo, o estreito que exceder este limite será considerado como uma área de alto mar ou ZEE, e, portanto, suas águas não serão submetidas à soberania de nenhum Estado costeiro, o que o configura como uma rota de livre navegação e sobrevoo. Conforme se pode averiguar na figura 1, apesar do estreito de Gibraltar ter ponto de largura máximo de 61 km, o seu ponto de menor largura é de 24 km, configurando-o como um estreito internacional.

¹¹ A zona contígua, não excede 24 milhas (44 km). Segundo (CASELLA, 2009, p. 385) “é o espaço no qual o Estado costeiro pode tomar medidas de fiscalização necessárias a evitar as infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários, bem como reprimir as infrações às leis e regulamentos, no seu território ou no seu mar territorial”.

¹² O alto mar diz respeito às águas além da Zona Contígua, sendo, portanto, uma área livre de qualquer soberania estatal, no qual a livre navegação impera. Para (ITUASSÚ, 2011, p. 436) é a “área marítima além das fronteiras onde se exaurem as competências privativas e absolutas, para surgir em seu lugar um critério de utilização genérica, inteiramente comum”.

Figura 1 – Exemplo de Estreito Internacional



Fonte: Estreito... (2015a, Adaptado pela autora).

Não obstante, quando existir uma ilha no meio do estreito e a largura da costa territorial até a ilha for de no máximo 44 km, este será considerado como estreito internacional. Essa situação poderia ser aplicada ao estreito de Kattegat entre a Dinamarca e a Suécia. Esse estreito possui mais de 44 km de largura, sendo assim, num primeiro momento não cumpriria os requisitos do componente legal, contudo a existência de duas ilhas no estreito faz com que o mesmo se divida em dois corredores. Nesse novo cenário, como nenhum dos dois corredores excede 44 km, o Kattegat se constituiria em um estreito internacional, de acordo com a Parte III da Convenção sobre Direito do Mar. Todavia, em 1979 a Dinamarca e a Suécia acordaram que o mar territorial de seus países seria de 3 milhas para cada um, o que resultou em uma faixa de livre navegação em ambas as partes do estreito.

Já o estreito de Luzon, entre Taiwan e Filipinas, como se pode visualizar na figura 2, é dividido por três corredores, em virtude da multiplicidade de ilhas no local. Desse modo, o corredor de Bashi, mais ao norte, tem 98 km, na divisão sul tem-se o corredor de Balitam com 44 km e o corredor de Babuyan possui 25 km. Como resultado da disposição adotada tem-se uma faixa de livre navegação (Bashi) e dois estreitos internacionais, os dois últimos sujeitos às leis nacionais das Filipinas. (MARTIN, 2010, p. 52).

Figura 2 – Individualização dos estreitos



Fonte: Estreito... (2015b, Adaptado pela autora).

Por fim, o último elemento na identificação de um estreito de caráter internacional diz respeito à sua natureza funcional, ou seja, o mesmo deve ser utilizado para navegação internacional. O elemento funcional de um estreito é bastante variável, pois para reconhecer um estreito como estreito internacional é preciso examinar quantos navios passam por ele, o total de tonelage, o valor da carga e quantas nações utilizam essa rota (BRÜEL, 1947 apud MARTIN, 2010). Nota-se, entretanto, que esse componente aborda apenas o seu caráter funcional ao longo da história, não importando as finalidades nem o tipo de carga que trafega pela via.

O componente funcional versa sobre estreitos que são rotas cruciais para as LCMs, e também aqueles cujo caráter é secundário, mas representam importantes opções para a navegação internacional. Nesse contexto, mesmo que no presente um estreito não disponha dessa condição, ele pode ser adquirido, caso o mesmo passe a simbolizar uma relevante rota internacional.

Uma hipótese a essa circunstância são os estreitos do norte do Canadá, que atualmente passam grande parte do ano congelados, mas com o avanço das tecnologias e das próprias mudanças climáticas podem se tornar viáveis à navegação internacional (MARTIN, 2010, p. 54). Outro exemplo é o descongelamento das geleiras no Mar Ártico, além dos avanços tecnológicos já buscados por Alemanha e China a fim de intensificar o comércio entre e os países do norte da Europa e o Estado chinês, utilizando assim o estreito de Bering (BLUNDEN, 2012, p. 115–

129). Nesse quadro, tanto os estreitos canadenses quanto o estreito de Bering estabeleceriam novas rotas comerciais extremamente atrativas, pois reduziriam consideravelmente as distâncias entre a Europa Ocidental e o extremo Oriente, ou ainda entre o norte da Europa e o leste Asiático.

Nos termos referidos pela Convenção de 1982, os estreitos utilizados para navegação internacional são aqueles que integram o mar territorial de um ou mais Estados a uma parte do alto mar ou uma ZEE a outra parte do alto mar ou ZEE, e que beneficiem a navegação internacional (WAINWRIGHT, 1986; MAZZUOLI, 2011). De acordo com a Parte III da Convenção (UNCLOS, 1982) os estreitos utilizados para navegação internacional podem ser alocados em categorias:

- a) estreitos no qual existe uma rota através do alto mar ou zona econômica exclusiva de similar conveniência com respeito às características geográficas e de navegação;
- b) os estreitos, de acordo com o artigo 37, são aqueles que conectam uma parte do alto mar ou uma zona econômica exclusiva à outra parte de alto mar ou ZEE, ou ainda ao mar territorial de outro Estado. O regime de navegação é a passagem em trânsito;
- c) os estreitos do artigo 38 são aqueles formados por uma ilha de um Estado ribeirinho e o seu território continental, e do outro lado da ilha exista uma rota de alto mar ou uma rota que passe por uma zona econômica exclusiva.

Existe ainda uma categoria a parte, que são os estreitos que se caracterizam como estreitos internacionais, mas são regulados por convenções específicas anteriores à CNUDM, como por exemplo os estreitos Turcos regulados pela Convenção de Montreux de 1936. Além dessas categorias dos estreitos utilizados para navegação internacional, referidos na parte III da Convenção, a CNUDM contabiliza mais quatro categorias de estreitos. O número de estreitos nas oito categorias compreende cerca de 230 corredores marítimos. Nas outras categorias estão: a) estreitos compostos por águas interiores e são regulados pela Parte II da CNUDM; b) estreitos que envolvem águas arquipelágicas, abordados na Parte IV da Convenção; c) estreitos onde há uma rota de alto mar; d) e um estreito que é regulado por um acordo compatível com a CNUDM de 1982. Evidencia-se que esse esforço de fazer uma legislação abrangente pode ter sido eventualmente contraproducente, pois as inúmeras classificações, regras e exceções, criam um campo vasto para controvérsia, o que se associa à fragilidade inerente ao Direito Internacional. Portanto, resta apenas a própria força como garantia à proteção dos Estados.

Para completar o quadro de fragilidade normativa, cabe salientar que alguns Estados costeiros, particularmente aqueles ligados aos estreitos classificados no artigo 37, no qual vigora a passagem em trânsito, não assinaram ou não ratificaram a Convenção. O Irã, por exemplo, argumentou que apesar de ter assinado a CNUDM, não a ratificou pois diverge da interpretação quanto ao regime de passagem pelo estreito de Ormuz. Nesse sentido, para Martin (2010, p. 201–202), apesar das inovações que a CNUDM 1982 apresentou acerca da prioridade dada à soberania dos Estados ribeirinhos sobre a liberdade dos mares, no caso específico dos estreitos

essa ordem foi invertida, uma vez que os interesses das potências marítimas prevalecem sobre a soberania dos Estados costeiros.

2.3 Pontos de estrangulamento: relevância estratégica dos gargalos marítimos

Dadas as considerações anteriores acerca da definição e do regime de passagem pelos gargalos internacionais, cabe a análise dos condicionantes que tornam esses corredores vitais para a segurança das rotas marítimas, o que se dá quando se constituem como verdadeiros pontos de estrangulamento ou chokepoints. O conceito de pontos de estrangulamento descende da estratégia militar, e refere-se a pontos geográficos, tais como cabos, vales e gargalos marítimos, que em virtude das suas características físicas não podem ser facilmente circunavegáveis, limitando assim a capacidade de ação militar (HUBER, 2003; EMMERSON; STEVENS, 2012)

Compete esclarecer que nem todos os canais e estreitos se constituem em pontos de estrangulamento. Haja vista que os canais são vias artificiais e os estreitos são vias naturais, enquanto o conceito de pontos de estrangulamento diz respeito ao termo teórico utilizado nos estudos de segurança internacional e que se refere a alguns gargalos marítimos que detém elementos de caráter estratégico (RUCKS, 2012).

Os pontos de estrangulamento foram identificados por teóricos do poder marítimo como elementos sensíveis e vulneráveis ao longo das linhas de comunicação marítimas. Em *“The Influence of Sea Power upon History 1660-1783”* (1890), Alfred Thayer Mahan¹³ identificou que a ascensão da Grã-Bretanha como potência deu-se através da pujança comercial e do domínio das linhas de comunicação marítimas. Assim, o controle de pontos estratégicos, por meio de colônias, assegurava seus mercados no ocidente e no oriente, visto que as:

[...] principais vias marítimas tornaram-se vias de comunicação internas do império. Com exceção do canal do Panamá, a Grã-Bretanha controlava todas as principais passagens marítimas e mares de pequena dimensão (pontos de estrangulamento), ou seja, aquelas superfícies marítimas cujo acesso poderia ser facilmente restringido a partir de qualquer das margens: Dover, Gibraltar, Malta, Alexandria, Cabo da Boa Esperança, o estreito de Malaca, o canal de Suez, e a foz do rio São Lourenço (DOUGHERTY et al., 2003, p. 204).

Desse modo, Mahan argumentava que o domínio dos mares (comércio marítimo e supremacia naval), e em especial o controle das passagens marítimas de importância estratégica, constituía-se em um elemento crucial para alcançar o status de grande potência (DOUGHERTY et al., 2003, p. 204). Em síntese, defendia que para obter o domínio dos mares era de suma importância desenvolver uma forte marinha mercante, estabelecer portos e bases navais, assegurando seus mercados ao mesmo tempo que os negava ao inimigo (PEELE, 1997).

¹³ Alfred Thayer Mahan (1840-1914) era um oficial da Marinha americana, suas obras e pensamentos influenciaram teóricos e políticos.

O papel desses gargalos marítimos também foi discutido por Julian Stafford Corbett (1854-1922), um historiador britânico que influenciou o debate sobre guerra naval. Para Corbett (2004, p. 98–99) somente quando um Estado controlasse determinados *pontos focais* (*focal points*), o comando do mar poderia ser alcançado. Desse modo, diferentemente de Mahan que acreditava no domínio absoluto, Corbett sustentava que o comando do mar era limitado em termos de tempo e espaço. Portanto, a guerra naval visava garantir essas LCMs ou negá-las ao inimigo. Assim, dentro do escopo do poder marítimo, os pontos de estrangulamento são os que se constituem como vias cruciais para a estratégia naval.

Para além do exposto acima, o conceito de chokepoint também está atrelado à economia, às instituições e à geografia dos transportes. Os pontos focais, de acordo com Sacchetti (1987, p. 29) são pontos geográficos (canais e estreitos) por onde as rotas marítimas se aproximam e confluem, pontos onde se concentra a navegação e de constante interesse geopolítico. Posto que aproximadamente 75% das rotas comerciais marítimas passam por pontos de estrangulamento (ALLIANCE... , 2011), faz-se evidente o caráter estratégico dessas vias. Nessa mesma perspectiva, segundo Rodrigue (2004, p. 360), os pontos de estrangulamento são entendidos como recursos preciosos, cujo valor está diretamente relacionado ao seu grau de utilização e à disponibilidade de alternativas, ou seja, quanto mais utilizado é um estreito internacional, mais relevante ele se torna para o sistema internacional. No contexto atual, o conceito de pontos de estrangulamento é comumente aplicado na definição de pontos críticos da segurança energética global, devido ao grande volume de petróleo e outros líquidos transportados através dessas passagens marítimas (EIA, 2015a). No entanto, valer-se apenas desse aspecto para definição de um ponto de estrangulamento seria aceitar uma abordagem bastante reducionista.

Existem inúmeros estreitos e canais no mundo e apesar de alguns autores utilizarem esses termos como sinônimos para pontos de estrangulamento, isso nem sempre é verdade. No exame feito até então, percebe-se que pontos de estrangulamento possuem valor estratégico de caráter comercial, político e militar, que normalmente interagem em mais de um desses aspectos. Assim, a verificação se um estreito ou canal constitui-se num chokepoint atenta para características que vão para além daquelas usadas na identificação de um estreito internacional, sendo necessário atentar-se também para os condicionantes humanizados (comércio, segurança e hidrocarbonetos).

Primeiramente, observa-se os fatores geográficos dos gargalos, como a largura reduzida, a pouca profundidade em parte ou toda sua extensão, ou ainda a existência de ilhas e plataformas que dificultam a navegação. Essas características (restrições) estão presentes em diversos estreitos utilizados para a navegação internacional e alguns canais, como o canal do Panamá, que não comporta mais de 4,5 mil TEUs¹⁴.

¹⁴ Cada TEU (Twent-Feet Equivalent Unit) representa um contêiner de aproximadamente 8 x 8 x 20m (Largura x altura x comprimento). Essa medida serve para contabilizar quantos contêineres cabem nas embarcações. É preciso destacar que essa não é uma medida oficial, entretanto é bastante utilizada na área de transporte marítimo de carga.

Em seguida, verifica-se os fatores relacionados à importância daquele gargalo para a navegação em virtude da inexistência de uma rota alternativa, ou à inviabilidade desta em termos de tempo e custo. Nesse caso, não existe uma rota marítima em alternativa ao estreito de Ormuz, tornando-o crucial para os países do Golfo Pérsico. No que se refere a tempo e custo, por exemplo, uma embarcação que saia do porto de Falmouth (Reino Unido) com destino ao porto de Tóquio (Japão)¹⁵ percorrerá em média 10738 milhas (19.543 km) em aproximadamente 44 dias, através da rota que utiliza o Canal de Suez¹⁶. Caso essa embarcação escolha o trajeto que passa pelo Canal do Panamá, percorrerá 12287 milhas (22.362 km) em 51 dias. Se optar por contornar o cabo da Boa esperança precisará de 58 dias para percorrer uma distância de 14058 milhas (25.858 km). No entanto, se a embarcação escolher a rota via estreito de Magalhães (16428 milhas ou 29.898 km) ou pelo Cabo Horn (16492 milhas ou 30.015 km), o percurso seria bem maior, cerca de 68 dias. Assim, comparando as rotas exclusivamente em termos econômicos, ou seja, tempo e combustível para cumprir seu destino, mostra-se evidente que a primeira rota é mais viável.

Para além dos fatores espaço e tempo, a relevância do gargalo também passa pelas características funcionais. Na identificação de um estreito utilizado para navegação internacional, a quantidade de navios, tipo de mercadoria e total de tonelagem são importantes, contudo, na definição de ponto de estrangulamento, o tipo de mercadoria, no caso hidrocarbonetos, e por conseguinte o volume desse produto e quantos Estados usam essa rota, assumem valor estratégico. Nesse sentido, Rodrigue (2004, p. 360) assinala que embora as características físicas da maioria dos pontos de estrangulamento marítimo sejam bastante estáveis, o que implica numa capacidade fixa, seu uso e valor, no entanto, podem variar significativamente.

Em vista disso, observa-se a existência de três elementos condicionantes, que transformam esses gargalos em pontos de estrangulamento: comércio internacional; mercado de hidrocarbonetos e segurança estratégica. O primeiro condicionante está diretamente ligado ao incremento do comércio mundial, pois ao passo que a integração mundial ocorria promovida pelos avanços da tecnologia, pela industrialização e pelo fenômeno da globalização, se tecia a interdependência dos mercados, numa complexa cadeia de rotas de comércio. No presente, o comércio através dos mares se apresenta como o meio mais barato e eficiente. Apesar de todo o avanço tecnológico, essa forma de transporte corresponde a aproximadamente 75% do total comercializado entre os países.

A relevância de alguns estreitos e canais está relacionada à evolução histórica do comércio, do poder militar e da própria tecnologia. Gibraltar, Ormuz e Malaca já desempenhavam papel importante na época em que o desenvolvimento naval no século XV ganhou força e as potências europeias dominaram e estabeleceram colônias ao redor do mundo, sobretudo nos pontos estratégicos, a fim de garantir o predomínio sobre as rotas de navegação e a circulação de

¹⁵ Distâncias calculadas pela autora por meio da ferramenta sea-distance (SEA... , 2015).

¹⁶ Essa rota, além do Canal de Suez, perpassa ainda por outros importantes gargalos marítimos: estreito de Gibraltar, estrito de Bab el-Mandeb e estreito de Malaca.

suas mercadorias. Esses pontos estratégicos primeiramente foram vitais para o desenvolvimento do comércio marítimo, pois no século XIX formaram importantes rotas de fornecimento de carvão para as grandes potências. Já no século XX, ganharam relevância estratégica devido ao contexto de guerras que marcaram o século, sendo que alguns chegaram a receber bases navais, como Gibraltar. No período imediato pós-Guerra Fria os pontos de estrangulamento não exerceram valor primordial aos Estados, particularmente pela perda do inimigo comum. Mas após os atentados de Onze de Setembro, com a ascensão da pirataria moderna, e ainda o caráter vital do fornecimento de hidrocarbonetos, até mesmo o avanço da tecnologia de logística tem reafirmado a sua importância.

Em outras palavras, os pontos de estrangulamento configuram-se em uma estreita passagem litorânea, a qual é impossível de ser contornada em consequência da inexistência de uma rota alternativa, ou ainda devido à inviabilidade em termos de custos e tempo (HUBER, 2003, p. 4).

O surgimento dos contêineres após a II Grande Guerra simboliza a revolução no transporte de mercadorias. Os barris, sacos e caixas de madeira já não eram mais necessários, o que permitiu a otimização e padronização do processo de carga e descarga dos produtos. O primeiro uso internacional de contêineres ocorreu em 1966 entre os Estados Unidos e a Europa, e a partir de 1970 para todo o Pacífico. Estabelecido esse progresso, foram projetados navios de grande porte, o VLCC (Very Large Crude Carrier) ou o ULCC (Ultra Large Crude Carrier), capazes de levar milhões de toneladas. Contudo, alguns estreitos e canais marítimos tem uma capacidade limitada, como estreito de Malaca, que delimita o tamanho das embarcações (malacamax¹⁷) que podem trafegar pelo corredor.

De acordo com relatório sobre comércio marítimo realizado pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2014, p. 19), o crescimento econômico mundial em 2013 sofreu revés em países em desenvolvimento, mas teve uma pequena melhora em países desenvolvidos. Esse quadro refletiu-se sobre o volume comercializado no mundo perfazendo modestos 2% de crescimento. Em contrapartida, o volume de comércio marítimo desacelerou e alcançou 9,6 bilhões de toneladas. Na figura 3 abaixo, fica evidente que o fluxo da navegação mundial se concentra em algumas LCMs, onde torna-se notável o papel crucial que alguns pontos de estrangulamento desempenham para manutenção no fluxo da navegação internacional.

¹⁷ Embarcações VLCC com até 18.000 TEU.

Figura 3 – Densidade das Rotas Marítimas

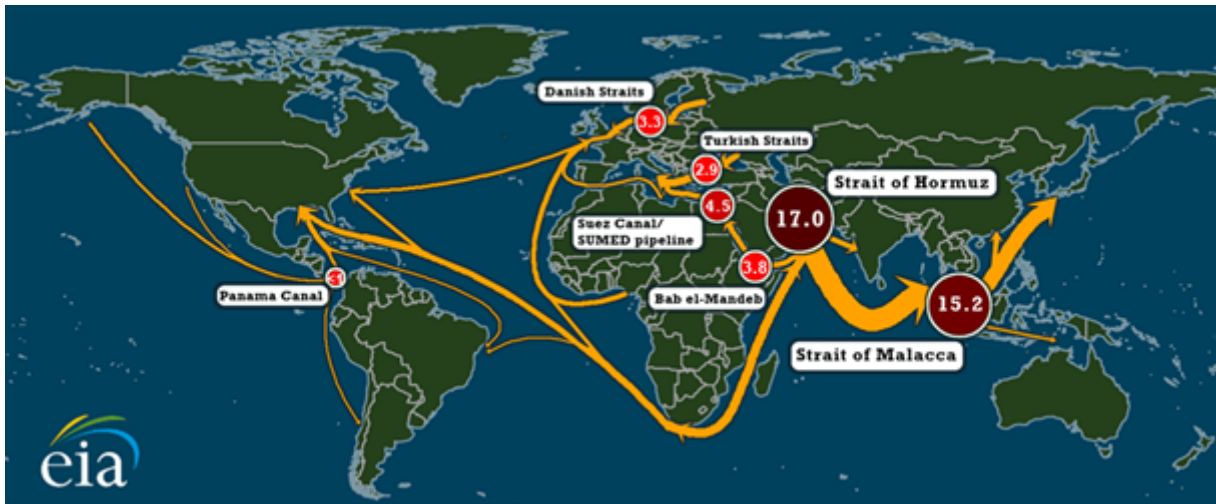


Fonte: Global... (2012).

O próximo condicionante diz respeito ao mercado de hidrocarbonetos. As cadeias marítimas de fornecimento e abastecimento de hidrocarbonetos são vulneráveis nos pontos de estrangulamento, de tal forma que qualquer bloqueio, mesmo que temporário, poderia provocar sérios prejuízos à economia mundial, porque afetaria de forma direta a oferta global desses recursos, refletindo sobre os preços do mercado de energia (EMMERSON; STEVENS, 2012). Também poderia desencadear uma série de impasses e conflitos, tanto em escala regional, quanto global, pois os pontos de estrangulamento representam fatores essenciais à segurança global da energia devido ao volume de petróleo e Gás Natural Liquefeito (GNL) que passam por essas passagens estreitas diariamente (GRESH, 2010, p. 43).

Segundo dados da US Department of Energy Information Administration (EIA), em 2013 a produção total de petróleo e outros líquidos foi de aproximadamente 90,1 milhões de barris por dia (bpd), sendo que cerca de 63% dessa produção foi escoada por via marítima. De acordo com UNCTAD (2014), os petroleiros (bruto, refinado, outros óleos, e GNL) foram responsáveis por 29,8% do transporte mundial marítimo. Como se pode averiguar na figura 4, os hidrocarbonetos percorrem longas distâncias entre fornecedores e consumidores, perpassando por diversos pontos de estrangulamento em seu trajeto. Essas cadeias marítimas de hidrocarbonetos são vulneráveis a potenciais quebras de fornecimento, haja vista que as reservas estão fortemente concentradas em determinadas regiões, enquanto os centros de consumo são muitas vezes distantes (LEHMAN BROTHERS, 2008).

Figura 4 – Pontos de estrangulamento com maior tráfego em volume de petróleo (bpd)



Fonte: EIA (2014b).

A demanda crescente por petróleo juntamente com o aumento do intercâmbio comercial entre os países colocou os pontos de estrangulamento em condições distintas, tanto pelas suas capacidades físicas de operar a quantidade de embarcações, quanto pelos perigos oriundos de acidentes ambientais, pirataria moderna, das guerras civis, guerras regionais, terrorismo, grupos insurgentes e proxies, que muitas vezes atuam nesses gargalos marítimos aumentando a sua vulnerabilidade. A guerra proxy regional, que será tratada no capítulo 3, é resultado da atuação de alguns desses atores e da digitalização disseminada, que reduziu os custos de produção e colocou as armas sofisticadas ao alcance do orçamento de grupos insurgentes. Em 2006, por exemplo, o Hezbollah, disparou um míssil C-802, contra um navio de guerra israelense provocando danos na proa do vaso, concomitantemente, outro míssil era disparado pelo grupo, por engano, e que atingiu e afundou um navio mercante cambojano. Embora não primeiro caso o míssil não provocou grandes danos, a situação no segundo é bastante diferente, obviamente o êxito também se refere as capacidades e condições do navio (PLUSHNICK-MASTI, 2006). Ao fazer analogia aos cargueiros e petroleiros que passam por Ormuz, tal ação poderia interromper o tráfego. A aquisição e aprimoramento da capacidade de grupos como Hezbollah, que em sua maioria são financiados por países exógenos para travar guerras por procuração em terceiros países.

A repercussão dos problemas e perigos nos pontos de estrangulamento suscitou nas organizações internacionais e nos Estados, especialmente os mais dependentes da livre navegação dessas rotas, um amplo debate sobre a ação de atores estatais e não-estatais. Dessa maneira, a pirataria moderna, o terrorismo, a instabilidade dos Estados e até conflitos armados foram projetados nos principais estreitos e canais, a fim de se analisar o real impacto desse cenário de insegurança em nível regional e global, mas, sobretudo, no comprometimento da linha de comunicação na economia mundial. Essas dinâmicas revelam a necessidade de se desenvolver modelo de análise sobre os pontos de estrangulamento, e que nesse sentido, para além da projeção naval, precisa se desfazer do aparente contrassenso de se utilizarem de forças terrestres para

proteção da circulação prevista no direito internacional sobre deslocamento inocente marítimo e aéreo.

A pirataria marítima moderna é complexa, pois entrelaça traços de crime organizado, e em alguns casos está associada ao terrorismo. O termo pirataria abrange dois crimes distintos: o primeiro é roubo onde o objetivo do ataque é roubar a embarcação ou a sua carga, e o segundo é o rapto, onde a embarcação é mantida refém até que o resgate seja pago, esse último ocorre principalmente na região da Somália (UNODC, 2010, p. 11). Os navios mais sequestrados são aqueles com mercadorias valiosas e petroleiros, onde os piratas procuram danificar os equipamentos de comunicação para que o mesmo não possa ser rastreado. Na maior parte das vezes esses grupos se escondem nos limites do mar territorial dos Estados ou em alto mar, o que dificulta o patrulhamento das guardas costeiras e tropas navais. Ao longo dos últimos anos o aumento dessa atividade tem ocorrido em todo o mundo, particularmente em áreas *hot spots* e pontos de estrangulamento, com o uso cada vez mais acentuado da violência, provocando mortes e perdas materiais.

Desde a década de 1990 há registro de atuação da pirataria moderna atacando embarcações mercantes, mas somente ganhou destaque e atenção dos Estados no início dos anos 2000, quando uma forte onda de ataques ocorreu no estreito de Malaca e em Bab el-Mandeb, totalizando 245 atentados em 2014 de acordo com relatórios do International Chamber of Commerce (ICC). Esse número diminuiu com medidas de patrulhamento que vem sendo empregadas desde meados dos anos 2000. No entanto, em 2003 foram relatados 445 ataques, e dois anos mais tarde esse número caiu consideravelmente para 279. Ações coordenadas entre os Estados foram utilizadas para combater a pirataria moderna, e os números não chegavam a 300 atentados, entretanto em 2009 esse índice voltou a crescer. Enquanto no resto do mundo foram registrados 189, nas águas da Somália, e, sobretudo no Golfo de Aden, que banha o estreito de Bab-elMandeb, ocorreram 217 ataques. Segundo dados do ICC (2015, p. 5), em 2011 foram registrados 439 casos, considerando tentativas de ataques e ataques concretizados. Já em 2012 esse número caiu para 297 e em 2014 foram registrados 264 casos. Dos casos que aconteceram em 2014 cerca de 140 ataques e/ou tentativas foram na região da Indonésia, sobretudo nos estreitos de Malaca, Singapura e Lombok.

Outro problema refere-se à insurgência de grupos rebeldes contemporâneos que vem causando prejuízos à segurança marítima. Alguns grupos insurgentes procuram causar danos diferentes dos objetivos da pirataria. O terrorismo visa ocasionar perdas econômicas, danos ambientais e outros impactos negativos, mas, sobretudo, a perda humana tem se mostrado o maior objetivo, tendo em vista sua atenção midiática (PARFOMAK; FRITTELLI, 2007, p. 3). Diversas organizações terroristas, como por exemplo a Al-Qaeda, são os maiores responsáveis por ataques dessa classe. Dois ataques da organização tiveram grande repercussão mundial, sendo o primeiro em outubro de 2000, quando o navio Cole foi atacado por um homem bomba no porto de Aden no Iêmen. Esse atentado provocou a morte de 16 pessoas e outros 39 ficaram

feridos. Em outubro de 2002, a Al Qaeda planejava alvejar um navio de guerra dos Estados Unidos, mas acabou atingindo o MV Limburg (Francês) que derramou 90 mil barris de petróleo, provocando sérios danos financeiros e também ambientais ao Golfo de Aden (SCHEINMANN; COHEN, 2012, p. 119 – 120).

Por fim, a instabilidade política dos países em torno dos estreitos e canais também se configura como um problema. Pontuando brevemente alguns pontos de estrangulamento presentes na figura 4, apontados pela EIA como relevantes pontos focais. Observa-se que esses gargalos são importantes vias para as linhas de fornecimento de hidrocarbonetos, mas também apresentam outros condicionantes. O estreito de Bab el-Mandeb é o estreito com um dos maiores índices de pirataria, somado a isso o estreito está localizado entre o Chifre da África e o Iêmen, países que tem enfrentado instabilidade política e conflitos armados. Já pelo estreito de Malaca trafega cerca de 40% do comércio mundial, em virtude das economias do leste asiático. Além disso, em meados dos anos 2000 o grupo terrorista Al-Qaeda promoveu diversos atentados na região, enquanto que os estreitos Turcos (Bósforo e Dardanelos) são vias marítimas estratégicas para a Rússia, pois ligam o país aos mares quentes, sendo que grande parte do petróleo do Mar Cáspio é escoado através dessa via. Por sua vez, os estreitos Dinamarqueses representam uma área de difícil navegação, devido às suas águas congeladas, mas são essenciais para o comércio marítimo e de hidrocarbonetos para os países do Mar Báltico. Já o estreito de Gibraltar serve como base militar estratégica de defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Tendo em vista as características (geografia, componente legal e funcionalidade) e condicionantes apresentados (segurança, comércio e hidrocarbonetos), percebe-se a relevância desses pontos de estrangulamento para além do seu entorno, assumindo papel muitas vezes crucial dentro das dinâmicas globais do sistema internacional. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de produção acadêmica que atente para este ponto. Há necessidade de estudar os estreitos mais relevantes do ponto de vista geopolítico e econômico e verificar se constituem ou não pontos de estrangulamento. No entanto, não é objetivo deste trabalho analisar todos eles, mas sim, dar enfoque especial ao estreito de Ormuz, que é o objeto de estudo desta dissertação.

2.4 Ormuz: naturalmente um ponto de estrangulamento

O estreito de Ormuz é uma das vias marítimas mais importantes no atual contexto internacional, em termos econômicos, políticos e estratégicos. Ormuz é considerado o gargalo econômico mais importante do mundo (OIL... , 2012b), o ponto estratégico onde coincidem os interesses dos Estados Unidos e da China como consumidores (YERGIN, 2014, p. 316). Em vista disso, a presente seção busca operacionalizar os fatores que caracterizam um estreito internacional e os condicionantes de pontos de estrangulamento no estreito de Ormuz.

2.4.1 Ormuz: um estreito internacional

Esse corredor marítimo liga o Golfo Pérsico, um braço de mar sem saída, ao mar de Omã, no Oceano Índico. O estreito está localizado entre Emirados Árabes Unidos e Omã, na costa sul, e com o Irã na costa ao norte. Essa via tem cerca de 104 milhas (167 km) de comprimento, sua largura varia de cerca de 52,5 milhas náuticas (97,3 km) a 20,75m (38,4 km) no seu ponto mais estreito, entre Irã e a Península de Musandam, que pertence a Omã (HAGHSHENASS, 2008, p. 2). Tendo em vista o mar territorial de 12 milhas, as embarcações que atravessam o estreito passam sobre águas territoriais sobrepostas do Irã e de Omã.

O estreito possui uma profundidade média de 90 metros, o que não implica em grandes riscos para a navegação de cargueiros e petroleiros. No entanto, ao longo do estreito de Ormuz existem oito ilhas, das quais sete pertencem ao Estado iraniano. Essas ilhas são particularmente importantes, uma vez que se encontram na rota de entrada e saída do Golfo. Os Emirados Árabes Unidos reivindicam a soberania de três delas – Abu Musa, Greater Tunb e Lesser Tunb – desde o tempo que o Xá Reza Pahlavi governava o Irã (1941-1979) (RUBIN, 2005, p. 44). A disputa pela soberania dessas ilhas está diretamente relacionada ao papel estratégico que essas representam no controle do tráfego e na manutenção do estreito. A fim de garantir essa soberania, o Irã mantém constante presença militar sobre o estreito, desde a retirada da Grã-Bretanha e da ex-URSS do Golfo Pérsico em meados da década de 1960 (CORDESMAN, 2007; WÄHLISCH, 2012).

O Irã possui vantagem estratégica em comparação aos demais países costeiros, no que tange ao controle do estreito de Ormuz, uma vez que sua costa se estende ao longo de todo o estreito, ou seja, desde o Golfo Pérsico até o Golfo de Omã. Desse modo, o controle das ilhas e o domínio sobre a costa tornam-se um entrave para as rotas comerciais marítimas, ao passo que ao longo delas encontram-se as principais bases navais iranianas (CORDESMAN, 2007, p. 2).

Dadas as especificações geográficas, somadas ao fato deste estreito ser a única via de saída do Golfo Pérsico, da sua relevância para intercâmbio comercial desses países, e que ele não é regido por nenhum tratado, Ormuz se enquadra na categoria dos estreitos utilizados para navegação internacional, referidos no artigo 37, no qual vigora a passagem em trânsito. Logo, estreitos que ligam uma parte do alto mar ou uma ZEE a outra parte de alto mar ou ZEE, ou ainda ao mar territorial de outro Estado.

Enquanto os países do Golfo Pérsico assumem a defesa conjunta de que Ormuz é um estreito utilizado para navegação internacional, e que portanto a navegação deve ser livre e sem restrições, os Estados costeiros diferem sobre o regime de passagem pelo canal. Na verdade, o estreito apresenta um quadro interessante, no que concerne ao direito de navegação, haja vista que Omã ratificou a Convenção de 1982, enquanto o Irã ratificou a Convenção de Genebra de 1958, e assinou a CNUDM de 1982, mas não a ratificou. Durante as negociações da CNUDM, tanto Omã quanto o Irã declararam¹⁸ suas compreensões no que tange determinados dispositivos

¹⁸ Segundo diz o artigo 300, é permitido aos Estados e organizações fazer declarações ou afirmações sobre a sua

da Convenção, particularmente, no que se refere à passagem por este corredor. Assim, para Omã, o regime de passagem em trânsito não impede o Estado de adotar medidas necessárias para garantir a paz e segurança do estreito.

O Irã, por sua vez, argumentava que alguns dispositivos da Convenção estavam em desacordo com suas posições adotadas ou em desarmonia com suas leis nacionais. Um dos principais aspectos frisados pelo Estado iraniano refere-se à passagem em trânsito, segundo o qual argumentava que não poderia oferecer garantias incondicionais à liberdade de navegação, asseguraria apenas a passagem de navios que não representam uma ameaça para sua segurança (UNCLOS, 1982).

Posto que os termos da CNUDM de 1982 se estenderiam apenas àqueles que ratificaram a Convenção, o Irã decidiu aplicar o regime de passagem em trânsito apenas aos Estados que ratificaram a CNUDM, aos demais países aplicaria as disposições acordadas na Convenção de 1958 (ORAL, 2012). Nesse sentido, cabe pontuar que vários países não ratificaram a Convenção de Montego Bay, como por exemplo os Estados Unidos, embora muitas vezes este assumam as normas da CNUDM. Ademais, é preciso levar em consideração o contexto histórico, pois em paralelo às negociações sobre a CNUDM, ocorria a Guerra Irã-Iraque. Logo, as preocupações iranianas iam para além da ameaça representada por grandes potências navais, mas também pelos seus vizinhos árabes. Assim, tanto Irã quanto Omã solicitam que navios de guerra avisem previamente que tráfegarão por suas águas territoriais, atentando para o regime de passagem inocente. Tendo em vista a natureza dessas embarcações, é natural tal prática, sobretudo em regiões instáveis. Países como Egito, Iêmen e Panamá, por exemplo, também fazem essa exigência.

Em 2010, o petroleiro japonês Mr Star sofreu ataque no estreito, que posteriormente foi assumido pelo grupo jihadista Abdullah Azzam Brigades¹⁹. O navio, carregado de 2 milhões de barris de petróleo, que deslocava-se para o Japão, não sofreu grandes danos nem mortes, tampouco teve grande impacto no mercado de petróleo (dada a grande oferta no mercado mundial naquele momento), no entanto suscitou novamente uma série de preocupações quanto à segurança de navegação no estreito (WORTH, 2016).

Desde 1974, após assinarem um acordo, Irã e Omã promovem o patrulhamento em conjunto e exploram as reservas de hidrocarbonetos no estreito. No presente, o tráfego de embarcações flui num Esquema de Separação de Tráfego, conforme a figura 5, reconhecido pela Organização Marítima Internacional, que visa controlar a saída e a entrada de embarcações a fim de reduzir o risco de colisão.

aplicação no momento da assinatura, ratificação ou adesão à Convenção, que não tenham por finalidade excluir ou modificar o efeito jurídico das disposições da Convenção (UNCLOS, 2013).

¹⁹ É um grupo jihadista sunita, fundado em 2009 na Arábia Saudita. Ele é um braço da Al-Qaeda no Líbano, mas também possui uma articulada rede em outros locais como, Egito, Faixa de Gaza, Iraque, Jordânia, e Síria

Figura 5 – Esquema de Separação de Tráfego



Fonte: Global... (2012, Adaptado pela autora).

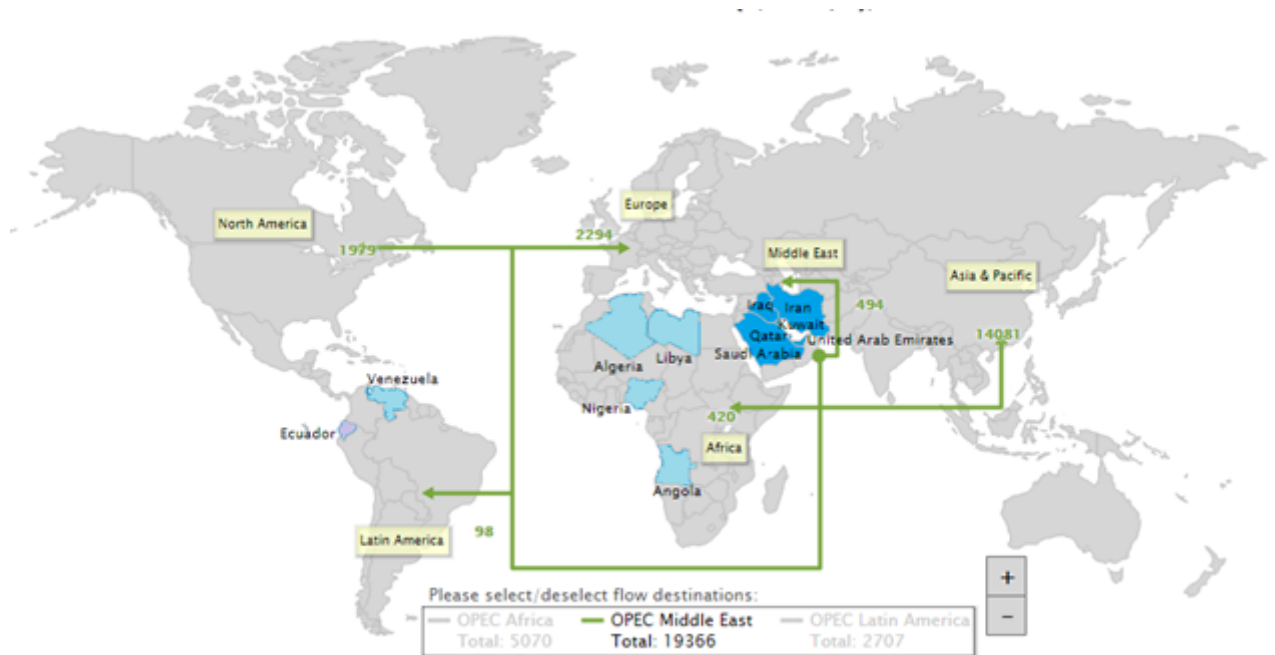
Em vista da quantidade de navios que circulam pelo estreito, o esquema de separação impõe limites de velocidade e regras que devem ser cumpridas com propósito de evitar acidentes, mas também para que os Estados Costeiros possam monitorar qualquer ameaça à segurança. O Esquema de Separação de Tráfego que vigora em Ormuz tem canais com 25 milhas de comprimento, no qual os grandes cargueiros e petroleiros utilizam os corredores com largura de 6 milhas (11 km), cada um com 2 milhas náuticas (3,7km) de largura, que são separados por 2 milhas, que servem como uma zona tampão (CORDESMAN, 2007, p. 2). Essa separação do tráfego restringe a capacidade de manobra tanto das embarcações quanto militares. O EST é supervisionado a partir das ilhas iranianas de Greater Tunb e Forur ao sul, e pela ilha de Quoin que pertence a Omã, na saída do estreito para o Oceano Índico (JAFARI-VALDANI, 2012). Até agora foram considerados apenas os componentes geográfico e legal. Tendo em vista que o componente funcional trata da relevância do gargalo para a navegação internacional e, neste caso, está diretamente relacionado aos elementos condicionantes de um ponto de estrangulamento, optou-se em abordar esse aspecto no próximo item.

2.4.2 Ormuz: um gargalo estratégico

Além das características anteriormente apresentadas, que conferem ao estreito o status de estreito internacional, Ormuz é considerado naturalmente um ponto de estrangulamento, pois forma uma ligação estratégica entre os campos de petróleo do Golfo Pérsico, que é uma via marítima sem saída, e o Oceano Índico. Desde 1908, com a descoberta de lençóis petrolíferos no Irã e em outros países da região, o estreito de Ormuz tem sido a principal rota para abastecer

os mercados consumidores na Ásia, Europa e Estados Unidos. Na figura 6 pode-se examinar os principais mercados consumidores dos países da Organização do Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁰ localizados no Oriente Médio, dos quais apenas a Arábia Saudita possui outra saída que não o estreito de Ormuz.

Figura 6 – Destino das exportações de petróleo dos países da OPEP no Oriente Médio (milhões de bpd)



Fonte: OPEC (2016).

Nota: em azul escuro os países da OPEP no Oriente Médio, em azul claro os demais países da organização.

Em 2009, por exemplo, passaram pelo estreito aproximadamente 15.5 milhões de barris por dia, contudo a partir de 2011, a média tem sido em torno de 17 milhões bpd (EIA, 2014b). Esse volume representa cerca de um terço de todo o petróleo negociado por via marítima e quase 20% do total de petróleo produzido globalmente (CORDESMAN; AARON, 2015, p. 2). Somente Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes Unidos e o Iraque foram responsáveis, em 2010, por 658 milhões de toneladas do petróleo bruto exportado no mundo, dos quais 16 milhões bpd passaram pelo estreito, sendo que aproximadamente 85% desse volume tem como destino o mercado asiático: China, Coreia do Sul, Índia e Japão (EIA, 2014b).

O estreito de Ormuz também representa uma via relevante para o mercado de gás natural liquefeito, dado que um terço do gás produzido mundialmente é proveniente da região do Golfo Pérsico, particularmente do Qatar. Em 2013, aproximadamente 3,9 TCF (trilhões de pés cúbicos) de GNL passaram pelo estreito de Ormuz. Adicionalmente, o estreito é fundamental para países como Bahrein, Iraque, Kuwait e Qatar, pois suas economias dependem do estreito para entrada e saída de mercadorias. Outro fator importante é que o nível de diversificação dessas economias

²⁰ A OPEP, fundada em 1960, tem como membros o Irã, Arábia Saudita, Angola, Equador, Argélia, Indonésia, Iraque, Kuwait, Líbia Nigéria, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Venezuela.

é baixíssimo, o que torna seus países dependentes das importações que passam pelo estreito (SHELALA II, 2014). Em termos de volume de importação e exportação, o porto de Dubai, que só pode ser acessado via Ormuz, é um dos mais movimentados do mundo, ao passo que em 2010 foi classificado como 9º maior porto do mundo com um tráfego superior a 11.600 mil TEU. O crescimento da região o tornou o maior centro de transbordo que liga a Ásia, o Oriente Médio e as rotas de comércio da África Oriental (RODRIGUE; COMTOIS; SLACK, 2013).

É natural o valor dessa rota para o Irã, uma vez que suas águas territoriais percorrem o estreito. Outro motivo é o fato de 80% do comércio do país ser escoado por portos localizados dentro do Golfo Pérsico. Ademais, uma parte das reservas de petróleo e gás estão nas águas territoriais do país, o Irã possui a quarta maior produção de petróleo e a segunda maior de gás natural do mundo. Em 2013, o país produziu cerca de 3,2 milhões de barris por dia de petróleo e outros líquidos e, aproximadamente 5,6 trilhões de pés cúbicos (TCF) de gás natural em 2012 (EIA, 2015b). Todavia, apesar de abundantes reservas do país, a produção desses hidrocarbonetos tem diminuído consideravelmente nos últimos anos. Esse quadro de diminuição das capacidades de produção, deve-se em parte às sanções internacionais impostas ao Irã após a Revolução Iraniana, mas, sobretudo após 2003, com a competição estabelecida entre Irã e Estados Unidos.

A par do caráter estratégico de Ormuz, a segurança deste corredor marítimo é vital para o conjunto da economia mundial, posto que as vias alternativas reais ao estreito são escassas (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 49 – 50). As grandes potências procuraram forjar corredores para desviar o estreito de Ormuz desde antes da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) (GIBSON, 2000), mais precisamente quando se deu a Revolução Iraniana e o rompimento das relações entre Estados Unidos e Irã. Com o bombardeio de navios petroleiros durante a Guerra e o receio de que o estreito pudesse ser bloqueado pelo Irã, diversos oleodutos e gasodutos passaram a ser construídos com o propósito de reduzir a dependência do estreito. Apesar disso, suas capacidades ainda são pequenas ou pouco exploradas, quando comparadas ao estreito de Ormuz, conforme pode ser observado na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Rotas Alternativas ao Estreito de Hormuz - Oleodutos e gasodutos

Oleodutos/ Gasodutos	País	Rota	Situação	Produto	Capacidade Total (milhões bpd)	Capacidade Utilizada (milhões bpd)
Petroline (East-West Pipeline) ²³ ²¹	Arábia Saudita	Golfo Pérsico/Mar Vermelho	Operando	GNL/Petróleo	4,8	2,0
Abu Dhabi Crude Oil Pipeline	Emirados Árabes Unidos	Abu Dhabi/ Golfo de Omã	Operando	Petróleo	1,5	0,6
Abqaiia-Yanbu Natural Gas Liquids Pipeline	Arábia Saudita	Golfo Pérsico/Mar Vermelho	Operando	GNL	0,3	0,3
Kirkuk-Ceyhan	Iraque	Iraque/ Turquia	Operando	Petróleo	1,6	0,5
Iraqi Pipeline in Saudi Arabia (IPSA) ²⁴ ²²	Arábia Saudita	Iraque/Arábia Saudita	Inativo	Gnl	1,7	–
Trans-Arabian Pipeline (TAPLINE)	Arábia Saudita	Arábia Saudita/ Jordânia/Síria/ Líbano	Inativo	Petróleo	0,05	–

Fonte: (EIA, 2014b; OIL. . . , 2012a)
Tabela desenvolvida pela autora.

Com base na tabela acima percebe-se que a capacidade de operação das vias alternativas ainda é ínfima quando comparada aos 17 milhões de barris de petróleo que passam diariamente pelo estreito. A Arábia Saudita, que detém 16% das reservas de petróleo do mundo, foi o segundo maior produtor em 2013, tendo produzido em média 11,6 milhões de barris por dia, contabilizando petróleo bruto e refinado. Naquele ano, o país exportou cerca de 7,7 milhões de bpd, sendo que 68% das exportações tinham como destino final os mercados asiáticos (EIA, 2014a). Enquanto isso, o oleoduto Petroline (East-West Pipeline), que conecta o Golfo Pérsico até o porto de Yanbu, próximo ao Mar Vermelho, transporta cerca de 2 milhões de bpd, apesar da sua capacidade para transportar 4,8 bpd.

A Arábia Saudita reabriu em 2012 o Pipeline iraquiano Arábia Saudita (IPSA), construído nos anos 1980, durante a Guerra Irã-Iraque. Esse oleoduto, com capacidade para transportar 1,7 milhões de bpd, não operava desde 1990, quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait (SAUDIS. . . , 2012), tendo sido recentemente convertido em gasoduto. Outros oleodutos que se encontram inoperantes, como Trans-Arabian, que foi fechado na década de 1990, não tem prazo para retomar o funcionamento, sendo uma das razões a guerra na Síria, mas há ainda uma série de rivalidades entre os países dessa rota, que dificilmente terão solução rápida.

²¹ O Petroline consiste em dois gasodutos com capacidade total de 4,8 milhões. O gasoduto de 56 polegadas (1,42m.) tem capacidade total de 3 milhões de bpd, sendo que no presente é utilizado 2,0 milhões de bpd. Já o gasoduto de 48 polegadas (1,22m) foi recentemente transformado em oleoduto (EIA, 2014b).

²² Iraqi Pipeline in Saudi Arabia (IPSA) pertencia ao Iraque, mas em 2001 a Arábia Saudita confiscou o oleoduto devido a dívidas iraquianas não pagas.

Já o oleoduto de Kirkuk-Ceyhan conecta o norte do Iraque à Turquia para exportação aos mercados ocidentais, e tem capacidade nominal de 1,6 milhões de bpd. Essa rota tem operado muito abaixo da sua capacidade, pois em virtude da guerra a produção foi reduzida, para que não caísse, por exemplo, em posse de rebeldes e grupos extremistas. Outro importante oleoduto é Abu Dhabi Crude Oil Pipeline, que liga os Emirados árabes unidos ao Golfo de Omã. Esse oleoduto foi construído em parceria com a China, mas ainda não opera em sua capacidade máxima(OIL... , 2012a). Na figura 7, pode-se visualizar as principais rotas alternativas dos países do Golfo Pérsico ao estreito de Ormuz.

Figura 7 – Principais rotas alternativas ao estreito de Ormuz



Fonte: Energy... (2012)

Conforme já exposto, os países ocidentais e asiáticos têm buscado construir cada vez mais oleodutos e gasodutos em parceria com países da Cooperação do Conselho do Golfo (CCG), para diminuir a dependência de Ormuz e o impacto no caso de uma possível quebra no tráfego. A maior parte do petróleo da região do Golfo tem como destino os mercados asiáticos, particularmente a China. A relevância de Ormuz para os Estados Unidos, portanto, está no controle sobre as dinâmicas de oferta do petróleo. Assim, como ressalta Visentini (2012, p. 115):

[...] embora os Estados Unidos não sejam grandes consumidores de petróleo da região, eles necessitam controlar o fluxo, como forma de influir na quantidade e preço que chega ao mercado para, assim, contingenciar o ritmo do desenvolvimento chinês e a formação de um espaço eurasiático.

Por tudo isso, o estreito é uma das vias mais importantes para o transporte mundial de energia, visto que quaisquer incidentes podem acarretar impactos significativos sobre a economia

mundial, pois se refletem diretamente na volatilidade do preço do petróleo. As ameaças feitas pelos Estados Unidos para embargar o programa nuclear iraniano refletem-se sobre Ormuz, uma vez que o governo iraniano sabe o peso desse ponto de estrangulamento na dinâmica mundial. Nesse aspecto, Yergin (2014, p. 316) pontua que qualquer esforço para bloquear ou fechar Ormuz seria visto como um ataque à economia mundial e provavelmente estimularia uma coalizão global, tal como ocorreu em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990. Nesse contexto, o estreito de Ormuz cria um ambiente de tensão nas dinâmicas regionais do Golfo e na competição estratégica entre Estados Unidos e Irã, pois a capacidade física do estreito torna-se um elemento importante, sobretudo porque quanto mais próximo do limite estiver a sua capacidade de operação, mais instável é a navegação, mais tensa é a situação política e mais esforços são necessários para manter a segurança do tráfego (RODRIGUE, 2004, p. 360). Outrossim, o Irã também é vulnerável a possíveis ataques em suas plataformas de petróleo e portos comerciais, assim como os demais Estados do Golfo Pérsico.

As tensões no estreito não se referem à ameaça de ataques piratas, mas sim em virtude das rivalidades históricas entre os países da região. Essa instabilidade no estreito remete à década de 1970, quando o Xá Reza Pahlavi pretendia tornar o Irã uma potência regional. Projetando-se para além do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã, o Xá redefiniu a fronteira marítima como sendo o Oceano Índico. As tensões que perduram até hoje são fatos dos diversos eventos que ocorreram naquela região. Segundo Jafari-Valdani (2012, p. 19), essas tensões são frutos de uma série de acontecimentos, tais como: a retirada das forças britânicas do Golfo Pérsico; o aumento do preço do petróleo, o que tornou o Irã mais forte do ponto de vista econômico; a reivindicação iraniana sobre o Bahrein e posse das ilhas no estreito; as tensões da guerra Índia-Paquistão; o ataque contra um petroleiro iraniano por guerrilheiros apoiados pela Iêmen do Sul, perto de Prim Island; a guerra na província de Dhofar em Omã e incapacidade de Omã para suprimir os insurgentes; e a presença da marinha soviética no Índico.

Após a queda do Xá Reza Pahlavi em 1979, as tensões no estreito passaram a envolver as rivalidades com os países árabes da região, Israel e os Estados Unidos. Desde a Doutrina Carter, que definiu a região como Arco das Crises, e os subsequentes eventos da Revolução e o ataque a petroleiros durante a Guerra Irã-Iraque, o governo norte-americano tem monitorado e vigiado o estreito. Essas tensões persistem há quase quarenta anos, sendo que na atualidade a maior ameaça ao estreito é normalmente apontada como sendo a possibilidade do Irã fechar o estreito (SHELALA II, 2014). Essas disputas e rivalidades solidificaram as hordineiras alianças e moldaram a competição estratégica entre Estados Unidos e Irã. Posto isso, e em vista do propósito do capítulo dois, essas questões pertinentes à segurança estão inter-relacionadas com a própria concorrência desses dois países, portanto, serão abordadas com maior profundidade no próximo capítulo.

2.5 Considerações finais do capítulo

Da explanação feita até aqui, observou-se em termos históricos os regimes que regem os estreitos utilizados para navegação internacional. A necessidade de Estados costeiros e usuários definirem os parâmetros que constituem um corredor vital para a navegação internacional, bem como as concepções que configuram os estreitos em pontos de estrangulamento. Nesse aspecto, além dos elementos geográficos, legal e funcional, constatou-se que o caráter estratégico dessas vias marítimas se encontra na sua relevância para o mercado de hidrocarbonetos, para o comércio mundial e ainda, de forma mais abrangente, para a segurança dos Estados.

A par destes elementos, buscou-se examinar o estreito de Ormuz sob cada um desses prismas. Assim, averiguou-se que o estreito é naturalmente um ponto de estrangulamento, em virtude das suas condições físicas e geográficas, posto que é a única saída do Golfo Pérsico. Em seguida, observou-se que de acordo com disposições do componente legal, o estreito caracteriza-se como um estreito internacional, amparado no artigo 37 da CNUDM de 1982, que conecta uma ZEE ao alto mar.

Posteriormente, constatou-se que o estreito realmente é um ponto de estrangulamento e que, no caso dessa via, os três condicionantes estão intrinsecamente relacionados. Portanto, Ormuz é um chokepoint não só pelas suas condições físicas, mas também por ser a principal saída e entrada de intercâmbio comercial dos países do Golfo. Paralelamente, é a principal rota de energia do mundo, haja vista que circulam por ele mais de 17 milhões de barris de petróleo por dia. Esse volume de petróleo destina-se, quase que sumariamente, ao mercado asiático. Nesse aspecto, cabe ressaltar que apesar dos Estados Unidos não serem um dos grandes importadores da região, o domínio sobre o estreito permite controlar possíveis quebras, bem como o desenvolvimento de países dependentes de energia. E, finalmente, desde a queda do Xá essa rota assumiu papel estratégico nas disputas entre Estados regionais e extra regionais.

Dados os indicadores e fatos ao longo do texto, é factível a relevância do estreito em termos geoestratégicos e geopolíticos, uma vez que é uma rota de interesse comercial, político e militar. Essa proposta de operacionalizar o conceito de ponto de estrangulamento tem por objetivo central examinar o caráter estratégico do estreito e, assim, oferecer as ferramentas basilares para a análise da competição estratégica entre Estados Unidos e Irã, que serão abordadas no próximo capítulo.

3 A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA

A configuração do estreito de Ormuz em um ponto de estrangulamento é um elemento importante na Competição Estratégica existente entre os Estados Unidos e o Irã. De acordo com Cordesman (2011), a competição estratégica entre esses dois países abrange os setores da energia, da economia, do comércio, das sanções impostas pelo ocidente em razão do programa nuclear iraniano, cruzando ainda pelas questões de âmbito bilateral e multilateral, formando um complexo eixo de competição entre os dois países.

Nesse sentido, a competição estratégica entre Estados Unidos e Irã envolve tipos e níveis distintos de competição como: Ideologia, religião e sistema político (modelo de desenvolvimento); Terrorismo, extremismos, ações paramilitares; Energia, sanções e impactos econômicos globais; Exportações, importações e controle de armas; Diplomacia; e Competição Militar (CORDESMAN, 2011). Dentre esses, a competição militar, que será foco principal desse capítulo, é a que implica em maiores riscos, tencionando as relações e a dinâmica do Golfo Pérsico. No entanto, compete ressaltar que esses níveis de concorrência são intrínsecos um ao outro, e vem moldando a competição entre os dois países ao longo de quase quatro décadas.

O presente capítulo, portanto, procura analisar a competição estratégica a partir das considerações propostas por Cordesman. Assim, faz-se um breve retrospecto das relações Estados Unidos e Irã, que tem por finalidade esclarecer os fatores que levaram ao rompimento das relações diplomáticas. A partir desse percurso histórico, examina-se os eventos que moldaram a competição estratégica a partir da Revolução Iraniana. Na sequência, procurou-se analisar a competição estratégica no período que compreende a invasão do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos até a retirada das tropas estadunidenses em 2013. Por fim, o capítulo analisa os condicionantes que viabilizaram a reaproximação entre EUA e Irã.

3.1 Antecedentes históricos

A presente seção visa analisar os fatores que moldaram a competição entre Estados Unidos e Irã. Dessa forma, faz-se inicialmente um resgate histórico, examinando as dinâmicas das relações entre os dois países que, em grande parte do século XX, foram estreitas e amistosas. Em seguida examina-se os eventos que promoveram a ruptura dessas relações e os fatores que moldaram as rivalidades entre ambos. Por fim, analisa-se as dinâmicas desses atores no Golfo Pérsico durante a Guerra Irã-Iraque, tendo por objetivo apresentar os elementos que estruturaram a competição no estreito de Ormuz após a invasão no Iraque em 2003.

3.1.1 EUA e Irã: o percurso de uma relação amistosa

Entre o final do século XIX e início do século XX o Irã foi envolvido no Grande Jogo, uma intensa disputa imperialista entre Grã-Bretanha e União Soviética, na busca pelo acesso e controle da Ásia Central. Destarte, a revolução dos transportes¹ e a descoberta de petróleo em solo iraniano em 1908 fomentaram a concorrência entre britânicos e russos pelo controle do Golfo Pérsico e pela saída para o Oceano Índico.

Em 1906 o Irã teve sua primeira grande revolução, instaurada pela dinastia Qajar². A Revolução Constitucional promoveu a abertura ao capitalismo e criou o parlamento (Majlis), tornando o país uma monarquia constitucional (HALLIDAY, 1979, p. 29). Quatro anos mais tarde, em 1925, o ex-comandante das Forças Armadas Reza Khan Pahlavi derrubou a dinastia Qajar, instituindo a dinastia Pahlavi, a qual governou o Irã até 1941. O golpe contou com apoio da Grã-Bretanha, que visava garantir o fornecimento e os lucros advindos do petróleo iraniano, posto que uma parcela considerável de ações da Anglo-Iranian Oil Company (AIOC)³ pertenciam ao governo britânico⁴. Nesse período, mais precisamente entre 1908 e 1950, as grandes potências e, sobretudo, grandes empresas petrolíferas, agiam com total autonomia dentro do Irã, priorizando seus interesses e pagando mínimas taxas para a exploração do petróleo (SCHILLING, 2003, p. 118).

Nos anos 1930, com a entrada de novas companhias petrolíferas no país, a Grã-Bretanha pressinou o Irã a assinar um acordo de concessão de 60 anos (1933-1993) para exploração de petróleo em solo iraniano. O acordo delimitava a área para exploração e o pagamento dos *royalties* ao Irã, calculados sobre a quantidade de petróleo extraído. A demanda por petróleo durante a Segunda Guerra Mundial promoveu o crescimento exponencial da AIOC, tornando-se em 1950 a maior refinaria do mundo e, o Irã, o segundo maior produtor mundial de petróleo bruto (HENNIKER-MAJOR, 2013, 1-2).

No entanto, acordos de concessão eram vistos internamente, tanto no parlamento quanto na sociedade, como uma imposição imperialista. Posto que, “*enquanto a maioria da população iraniana vivia na pobreza, a riqueza que fluía do subsolo do país jogava um papel decisivo na manutenção da Grã-Bretanha no pináculo do poder mundial*” (KINZER, 2004, p. 18). Além disso, crescia internamente o sentimento de insatisfação, particularmente por parte dos clérigos xiitas, com relação ao programa de modernização econômica e urbana promovida pelo Xá (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 27-30). O Governo de Xá Reza Khan buscou apaziguar os

¹ Entre o final do século XIX e início do século XX ocorreu o advento da indústria automobilística, da engenharia naval e aeronáutica.

² A Dinastia Qajar governou o Irã de 1795 até 1925. Sob o comando Qajar ocorreu a Revolução Constitucional de 1905 a 1907.

³ A AIOC, foi inicialmente denominada de Anglo-Persian Oil Company, mudando em 1935 para Anglo-Iranian Oil Company, a pedido do Xá Reza Khan Pahlavi. E, em 1954, tornou-se a British Petroleum.

⁴ Em 1901, o governo britânico, através da William Knox D’arcy, obteve uma exclusiva concessão de 60 anos para prospecção e exploração de hidrocarbonetos em todo o território iraniano, exceto nas províncias ao norte que fazem fronteira com a Rússia (MALEK, 2008).

ânimos internos e também diversificar as relações exteriores, assim aproximou-se de outros países ocidentais, como a Alemanha nazista.

A estratégia adotada pelo Xá Reza Khan revelou-se uma interpretação errada da conjuntura da época, refletindo em ameaça à própria vitalidade do regime. Com a ofensiva alemã sobre a URSS, durante a II Guerra Mundial, os Aliados pretendiam enviar suprimentos aos russos através do “*corredor persa*”⁵ para derrotar os nazistas (COAKLEY, 1977). Desse modo, comandaram a invasão sobre território iraniano dividindo o país: o sul ao britânicos e o norte aos russos. A invasão resultou na deposição do Xá, em favor seu filho Mohammad Reza Pahlavi. O domínio russo-britânico quase destruiu o novo regime Pahlavi, pois o Estado não acreditava na sua capacidade de resistir aos exércitos estrangeiros e a oposição usufruía de liberdades concedidas por essas potências (HALLIDAY, 1979, p. 24).

Ao final da II Grande Guerra, ocorreu o progressivo aumento da presença estadunidense no Irã, particularmente após a retirada das tropas soviéticas e do declínio do domínio britânico. Dada a conjuntura anterior, o governo de Mohammad Reza Pahlavi priorizou o alinhamento com o Ocidente. Ademais, a economia iraniana era extremamente dependente dos acordos de fornecimento de petróleo assinados com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. O Irã foi um dos países no qual o governo norte-americano declarou que manteria longe a ameaça das forças comunistas, e para tanto, forneceu apoio político, econômico e militar (HALLIDAY, 1979, p. 24).

Tal dependência econômica, somada ao controle externo na política do país e ao processo de ocidentalização fomentaram o debate no seio da sociedade iraniana. Um dos principais grupos de oposição foi o Partido Tudeh⁶ (nome do partido comunista), que ao longo da Segunda Guerra ganhou aceitação em várias camadas da sociedade ao clamar por direitos mais abrangentes, levantando pela primeira vez a bandeira da nacionalização da Anglo-Iranian Oil Company (ABRAHAMIAN, 2008, p. 107–113).

Os nacionalistas foram outro grupo importante na oposição ao Xá Reza Pahlavi, cujas pautas eram basicamente a nacionalização do petróleo e a democracia. O grupo encontrou voz em Mohammad Mossadegh que, ao ser nomeado primeiro-ministro pelo Majlis em 1951, conseguiu aprovar a lei de nacionalização do petróleo e outras medidas que visavam reduzir o poder do monarca iraniano. A política de Mossadegh entrou em conflito direto com o Xá (que fugiu para Roma) e também com as potências ocidentais (CALVOCORESSI, 2011). Estas acreditavam que o primeiro-ministro abriu as portas para a influência comunista no país e, dada a aproximação geográfica do Irã com a URSS, aumentavam-se os receios quanto à estratégia de Mossadegh (HALLIDAY, 1979, p. 25). Por fim, uma coalisão interna e externa articulou

⁵ O Corredor Persa foi uma importante rota logística, durante a Segunda Guerra Mundial, pela qual a Grã-Bretanha e Estados Unidos empreenderam um programa de suprimentos maciço à URSS, baseados no raciocínio de que uma condição fundamental para a vitória sobre a Alemanha de Hitler era a permanência da URSS na guerra, como aliada, ativa e poderosa (COAKLEY, 1977).

⁶ O partido Tudeh era um partido marxista, criado em 1941. Seus membros foram alvo da monarquia desde o início do século XX, mas foi no regime de Mohammad Reza Pahlavi, que ocorreu a maior repressão. Ao passo do partido fechar em alguns momentos e sofrer diversas divisões.

contra o primeiro-ministro: a Operação Ajax, orquestrada pelo presidente Dwight Eisenhower (1953 – 1961) e pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill⁷, que foi posta em prática pela Central Intelligence Agency (CIA) em conjunto com o Serviço Secreto Britânico (Secret Intelligence Service ou MI6), recolocou o Xá Reza Pahlavi no poder no ano de 1953 (KINZER, 2004, p. 19–23).

Depois disso, a monarquia iraniana, em uma postura *bandwagon*⁸, priorizou a aliança com os Estados Unidos. O país foi o primeiro a receber assistência financeira do *Programa Ponto Quatro*, desenvolvido pela *Doutrina Truman*⁹ após a Segunda Guerra Mundial (CALVOCORESSI, 2011, p. 382). Em contrapartida, o Irã também era um país chave na estratégia da política estadunidense que buscava ao apoiar o Xá: assegurar o fornecimento de petróleo; garantir o mercado iraniano, especialmente o militar; e estabelecer bases militares no país a fim de projetar sua influência na região, negando-a à União Soviética (COTTAM, 1978, p. 55–58).

A partir de 1953, sob a égide da Guerra Fria, as relações entre os dois governos iam muito além do intercâmbio comercial, os Estados Unidos influenciavam diretamente nas decisões internas, inclusive golpes às políticas adotadas pelo Estado iraniano. Em síntese, tratava-se de uma relação clientelista (KARNAL et al., 2010). Enquanto o Irã servia de apoio para operações estadunidenses na região, a monarquia iraniana contava com auxílio dos EUA para resistir às pressões regionais, oriundas das desconfianças dos países do Golfo Pérsico (conflito árabe-israelense) e também do Afeganistão e Índia (conflito Paquistão–Índia), em virtude do acordo militar CENTO¹⁰. Nesse período, no contexto da *política da contenção*, de George Kennan (1947), o “*Irã havia se tornado o elemento central da estratégia norte-americana na região em torno do Golfo, destinada a todo tipo de favor e assistência por parte de Washington*” (ANDERSON, 2015, p. 95).

No início dos anos 1970 o monarca iraniano, mais confiante das suas estratégias, buscou uma posição mais independente no sistema internacional. Dessa forma, procurou ampliar suas relações sem abandonar o CENTO ou entrar para o grupo dos *não alinhados*¹¹, iniciando negociações com o presidente russo Leonid Brejnev (1964-1982). Além do mais, quando os britânicos deixaram o Golfo Pérsico em 1971, o monarca iraniano pretendia preencher esse

⁷ Winston Churchill foi primeiro-ministro britânico por duas vezes, sendo seu primeiro mandato de 1940-45, e posteriormente de 1951-55. Churchill foi um político conservador que articulou o importante papel desempenhado pela Inglaterra na Segunda Guerra Mundial.

⁸ Bandwagon refere-se à situação na qual Estados, particularmente mais fracos, alinham-se ao líder mundial ou regional, ao invés de contrabalancear o poder desse país.

⁹ A Doutrina Truman (1947-1953) diz respeito às práticas adotadas pelos Estados Unidos visando conter o avanço do comunismo nos chamados países frágeis.

¹⁰ Organização do Tratado Centro (CENTO, na sigla em inglês), foi uma aliança militar entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. O Pacto Bagdá, como também era conhecida, vigorou entre 1955 a 1976, contudo não foi uma aliança ativa. No entanto, em 1974, a Organização promoveu alguns exercícios navais a fim demonstrar a vulnerabilidade das linhas de comunicação que transportavam o petróleo do Golfo Pérsico para os mercados ocidentais (MILLAR, 1975, p. 87).

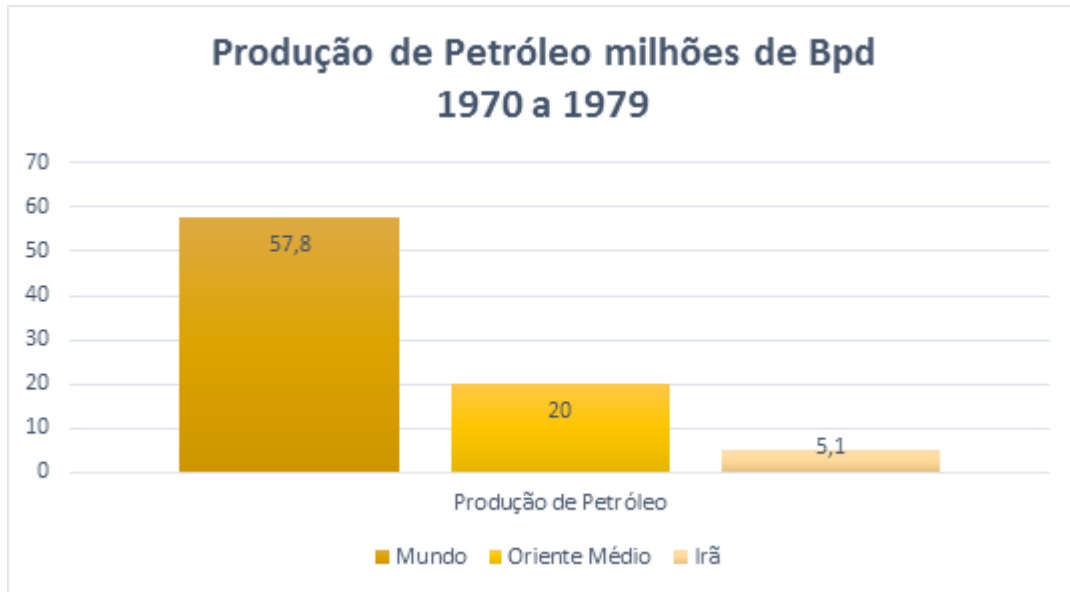
¹¹ O movimento dos países não alinhados tem origem nos anos 1960 sob contexto da Guerra Fria, o movimento era composto por países que pretendiam manter-se neutros ou não alinhados com as duas superpotências.

vácuo, tornado o Irã uma potência regional (YERGIN, 2010, p. 638–639). A estratégia do Xá Reza Phalavi era respaldada pela própria Doutrina Nixon, que tentava contornar as recentes restrições econômicas e políticas impostas ao poder americano apoiando-se em “fortes” alianças regionais (YERGIN, 2010, p. 638). Nessa época, os programas de treinamento e assistência técnica com o Irã foram finalizados, os EUA concluíram que receitas provenientes do petróleo possibilitariam a compra de armamentos. Entre 1947 a 1969, montante aplicado pelos EUA nesses programas foi de aproximadamente 1,4 bilhões de dólares (GLOBAL SECURITY, 2015).

O presidente Richard Nixon (1969-1974), influenciado pelos realistas como Henry Kissinger, entendia que os interesses nacionais deveriam prevalecer na política internacional do país, assim, em virtude dos altos custos humanos e econômicos da Guerra do Vietnã (1955-1975), era necessário adotar uma nova conduta, com menor envolvimento em guerras e conflitos no Terceiro Mundo. A Doutrina Nixon, formulada por Kissinger, então Secretário de Estado, acreditava que os Estados Unidos deveriam delegar responsabilidades, apontando uma política de Dois Pilares. No caso do Oriente Médio, os dois pilares seriam o Irã e a Arábia Saudita (JASPER, 1997). Nesse aspecto, cabe pontuar que os interesses estadunidenses na região permaneciam basicamente os mesmos, ou seja, conter a União Soviética, apoiar Israel e garantir o acesso aos hidrocarbonetos.

Nos anos 1970 a demanda mundial de petróleo estava nivelando-se com a produção disponível, por conseguinte o mundo se tornava mais dependente do petróleo do Oriente Médio. Entre 1970 a 1979 o consumo mundial de petróleo (bruto, refinado e derivados) era de 55,3 milhões de bpd, enquanto que a produção mundial, conforme figura 8, atingiu 57,8 milhões de barris por dia. Nesse período, os Estados Unidos consumiram, cerca 17,0 milhões de barris de petróleo dia (BP TOOLS, 2016), sendo que aproximadamente 0,26 milhões foram importados do Irã (EIA, 2016).

Figura 8 – Produção de petróleo na década de 70



Fonte: BP TOOLS (2016)

Nota: Gráfico desenvolvido pela autora.

Obs: Inclui petróleo bruto, refinado e derivados do petróleo. Exclui os combustíveis líquidos a partir de outras fontes, como a biomassa e derivados de carvão e gás natural.

Os países da OPEP utilizaram-se da “arma do petróleo”, durante o primeiro Choque do Petróleo, em 1973, para elevar em 70% o preço do barril, passando de US\$ 3,01 para US\$ 5, 12. Esse aumento dos preços propiciou o aumento exponencial das reservas de petrodólares do Irã, que em apenas dois anos passaram de 2,3 bilhões para 18,2 bilhões (CALVOCORESSI, 2011, p. 382). Esse *boom* do petróleo permitiu investimentos internos, como a construção do porto de Chabahar¹², o investimento no programa nuclear, e a compra maciça de armamento dos EUA, conforme pode ser verificado na Tabela 2.

¹² O Porto de Chabahar fica no Golfo de Omã, portanto o comércio iraniano não precisaria passar pelo estreito de Ormuz.

Tabela 2 – Exportação de armamentos dos EUA - 1970 (milhões de US\$)

Ano	Mundo	Irã	Irã (%)
1970	8967	1068	11,9
1971	11576	1134	9,8
1972	10728	598	5,6
1973	11966	1324	11
1974	12273	2171	17,7
1975	16120	4038	25
1976	15670	3989	25,4
1977	14470	4445	30,7
1978	13963	2101	15
1979	9640	214	2,2
Total:	125374	21082	16,8

Fonte: SIPRI

Tabela desenvolvida pela autora

Os dados acima revelam a militarização do Irã ao longo dos anos 1970, particularmente após o choque do petróleo. Analisando o período de 1973 a 1978, antes da queda do Xá, o mercado iraniano importou cerca de US\$18 bilhões em armas. Esse valor representa um significativo aumento se comparado às duas décadas anteriores, quando o país importou pouco mais de US\$ 590 milhões (SIPRI, 2016).

O Irã adquiriu cerca de 190 aviões de combate Phantom F-4, 460 tanques M-60A1, entre outros equipamentos. Em 1974, o Xá solicitou a compra de 80 F-14, a um custo aproximado de US\$ 2 bilhões, que foram entregues a partir de 1976. Quando o Departamento de Defesa do EUA dificultou a venda dos caças alegando que esses poderiam cair em “mãos erradas” ou parecer uma provocação à URSS, o presidente Nixon envolveu-se ativamente na autorização da venda (JASPER, 1997, p. 42–44). As negociações evidenciam a relação próxima dos dois governantes¹³, assim como a estreita associação entre os mercados de petróleo e armas dos dois países. Em síntese, a Doutrina Nixon foi o esforço de equilibrar os geopolíticos da contenção e o acesso aos hidrocarbonetos, com a necessidade de satisfazer as pressões internas norte-americanas (JASPER, 1997).

Quando Jimmy Carter chegou ao poder nos EUA em 1977 (até 1981) a situação da política interna do Irã era crítica, pois a crise estava enraizada em uma extensa camada da sociedade iraniana. No entanto, diferentemente de Nixon, o presidente Carter exigiu mudanças liberalizantes e medidas em favor dos Direitos Humanos. Por fim, em 1978 eclodiu uma forte oposição popular no Irã, resultado da piora da situação econômica do país, da produção agrícola em declínio, da indústria ineficiente, da inflação, das pressões dos EUA, da corrupção, somadas à repressão do Xá, que governava sob respaldo da SAVAK (polícia secreta do Irã), promoveram

¹³ Conforme destaca Yergin (2010, p. 639): “Quando Nixon perdeu a eleição para governador da Califórnia em 1962 e partiu para uma viagem ao redor do mundo, o Xá foi um dos poucos chefes de Estado a recebê-lo cordialmente. Nixon nunca se esqueceu dessa demonstração de respeito quando estava por baixo”.

o ambiente propício para a Revolução Islâmica Iraniana em 1979. Nesse sentido, a revolução foi fruto do esfacelamento da sociedade, ou ainda, como pontua Vizentini (1999, p. 77):

[...] da convergência da luta política contra vinte e cinco anos de ditadura do Xá, de uma revolta social contra as profundas desigualdades do modelo capitalista adotado e, de uma revolta islâmica e nacionalista contra a cultura ocidental – sobretudo o *american way of life*, abruptamente introduzida no país na esteira da modernização capitalista e contra a sujeição do país à diplomacia dos EUA.

Enquanto os partidos Tudeh, Frente Nacional e o Movimento de Libertação faziam frente ao movimento, o aiatolá Ruhollah Khomeini Musavi¹⁴ criticava ferrenhamente a Revolução Branca proposta pelo Xá Phalavi ainda em 1963, que visava promover grandes mudanças internas, como: emancipação das mulheres, melhoria na educação e redistribuição de terras, inclusive as da igreja (LENCZOWSKI, 1979). Assim, mesmo no exílio Khomeini comandou a oposição clerical, com discursos inflamados que eram copiados e difundidos no Irã. A oposição popular conseguiu derrubar o Xá Reza Pahlavi do poder no início de 1979, assumindo em seu lugar o então exilado Aiatolá Khomeini. A Revolução Islâmica, segundo Khanna (2008, p. 300), tinha caráter muito menos islâmica do que voltada contra a ordem existente, ao passo que o triunfo dos religiosos sobre os nacionalistas e socialistas deixou os iranianos tão espantados quanto o restante do mundo. A Revolução Iraniana foi a única feita e ganha sob a bandeira do fundamentalismo religioso, era quase um anacronismo, o qual Hobsbawm (1995, p. 442) remete ao século VII a.C. ou antes, à época da escrita do Corão.

É a partir da Revolução Iraniana que começou a se moldar a competição estratégica entre Estados Unidos e Irã. Enquanto que Wyer (1980) tem visão quase maniqueísta da Revolução Iraniana, no qual Carter e seus assessores (Zbigniew Brzezinski) premeditavam e orquestraram a Revolução de 1979, Vizentini (1999) ressalta que o Irã era o país mais poderoso e o gendarme mais confiável para os Estado Unidos, portanto, a Revolução Islâmica, sob contexto da *détente*, e da instabilidade na região no final dos anos 1970, seria a que mais impactaria na estratégia estadunidense no “Arco das Crises”. Nas sintéticas palavras de Hobsbawm (1995), a Revolução no Irã foi quase um golpe para o governo norte-americano.

O período subsequente ao estabelecimento da República Islâmica do Irã, surgiu entre os grupos internos uma forte desconfiança quanto às intenções do ocidente, pois temiam que os Estados Unidos e seus aliados articulassem um novo golpe, tal qual o ocorrido em 1953. Em consequência, essa onda de medo levou à Crise dos Reféns, o sequestro dos funcionários da embaixada dos Estados Unidos instalada em Teerã por jovens iranianos que durou de novembro de 1979 até janeiro de 1981. Além disso, outro evento que impulsionou o surgimento da competição estratégica foi o ideário político iraniano de exportar seu modelo revolucionário aos países vizinhos. De acordo com Hourani (1994, 426–427):

¹⁴ Suas críticas ao governo do Xá o obrigaram a se exilar no Iraque entre 1964 e 1978. Após uma rápida passagem pela França o aiatolá Ruhollah Khomeini Musavi retornou ao Irã em 1979.

[...] A revolução iraniana de 1978–79 destruiu a posição do xá, o mais forte aliado dos Estados Unidos, e substituiu seu governo por um outro empenhado em fazer do Irã um Estado realmente islâmico, como primeiro passo para uma mudança semelhante em outros países muçulmanos; havia um certo perigo de que a revolução se espalhasse para oeste nos países vizinhos, o que iria perturbar o sistema político dos países do golfo e suas relações com os Estados Unidos. Essas considerações levaram à formulação de planos americanos para a defesa do golfo em caso de necessidade, em acordo com os estados do Oriente Médio dispostos a cooperar. Mas a maioria desses estados tentou manter certa distância de uma aliança plena com os americanos, e em 1981 a Arábia Saudita e os estados árabes menores criaram seu próprio Conselho de Cooperação do Golfo.

O governo norte-americano passou a exercer pressões econômicas e diplomáticas contra o Irã, a fim de libertar os reféns. Os Estados Unidos pararam de importar petróleo iraniano, romperam suas relações comerciais com o Irã, congelaram os ativos financeiros do país em bancos dos norte-americanos, com exceção de bens pessoais (TRAUMANN, 2010, p. 12). Contudo, como essas medidas não solucionaram a crise, os EUA decidiram promover uma ação militar que também acabou fracassando. A crise dos reféns serviu como momento decisivo da relação EUA-Irã e pode ser entendida, no contexto da Revolução Iraniana, como o primeiro evento que estabelece a rivalidade entre os dois países.

3.1.2 A Primeira Guerra do Golfo e as dinâmicas no estreito de Ormuz

Em meados de 1980 o Iraque, sob comando do Partido Baas, invadiu a parte ocidental do Irã, tendo como pretexto disputas fronteiriças e a revisão do Tratado Argel¹⁵ firmado em 1975. O governo de Saddam Hussein viu na instabilidade e fragilidade do Estado iraniano uma oportunidade para aumentar suas reservas de petróleo e reivindicar antigas disputas fronteiriças (VISENTINI, 2014). Desde a Segunda Guerra Mundial, os dois Estados disputavam o controle sobre o rio Shatt al-Arab, uma importante rota de exportação de petróleo para ambos, que deságua no Golfo Pérsico. Essa animosidade foi fomentada com o rompimento das relações diplomáticas em 1971, quando o Irã, sob governo do Xá, assumiu o controle das ilhas de Abu Musa, Great Tunb e Lesser Tunb, próximas ao estreito de Ormuz, que também eram reivindicadas por outros países do Golfo Pérsico. Concomitantemente, os dois países passaram a nutrir as rivalidades internas: enquanto o Iraque expulsava cidadãos de origem iraniana, o Irã apoiava os curdos iraquianos que buscavam a independência (ZAHREDDINE; LASMAR; TEIXEIRA, 2011, p. 80 – 81).

A política jogada por Saddam Hussein precipitou-se em diversos momentos do conflito. A estratégia do governo iraquiano revelou-se um erro de cálculo, pois embora menos organizada, a recente República Islâmica do Irã travou uma guerra messiânica e com forte engajamento popular que perdurou por oito longos anos (VISENTINI, 2014). Além disso, os aspectos geográficos

¹⁵ O Acordo de Argel estipulava que o Iraque cederia uma faixa terrestre (520km) próxima à fronteira norte do estreito de Shatt al-Arab. Em contrapartida, o Irã não prestaria assistência militar aos curdos do Iraque.

também foram um empecilho para o avanço do Iraque, tanto na região montanhosa do curdistão iraniano, quanto no Golfo Pérsico.

A dimensão marítima da Guerra Irã-Iraque, revelaria até o final do conflito a importância e a vulnerabilidade de Ormuz, o que, posteriormente, transformaria o estreito no epicentro da competição estratégica no Golfo Pérsico. Ainda no início da Guerra, o Iraque promoveu a escalada do conflito, ampliando a área de ataque e a intensidade. Assim, as forças iraquianas passaram a utilizar torpedos e mísseis para atacar navios mercantes e minar os portos do Irã localizados ao norte do Golfo, particularmente em Bandar Shahpour, que atendia a indústria petrolífera iraniana. Os países da Cooperação do Conselho do Golfo, que eram pró-ocidente, temiam uma vitória do Irã e a exportação da revolução xiita para o Iraque e, por conseguinte, a influência da Revolução nas populações xiitas dos seus países (ver anexo B). Assim sendo, transferiram entre 25 a 65 bilhões de dólares ao Iraque para financiar armamentos e suprimentos durante a guerra (CRIST, 2009, p.1).

Em resposta, o Irã articulou uma operação aeronaval com propósito de afundar navios de guerra iraquianos, no entanto, foi somente após a criação do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (CGRI)¹⁶ que o país obteve avanços no golfo. A Guarda Revolucionária é um dos eixos centrais da estrutura de defesa do Irã, porém é um órgão independente da Marinha, pois seus homens são revolucionários xiitas, fortemente comprometidos com a Jihad. O CGRI iniciou suas atividades em 1984, transportando tropas e suprimentos para a região ao sul do Iraque, tornando-se mais tarde no ator responsável por articular a guerra assimétrica no Golfo (SEGAL, 1988).

No decorrer dos anos seguintes nenhum dos dois lados conquistaram avanços capazes de definir o fim do conflito, desse modo, intensificaram os ataques à indústria petrolífera. Assim, entre 1986 e 1987 o Iraque promoveu uma nova ofensiva sobre as plataformas e portos iranianos no Golfo, especialmente na ilha Kharg, uma das principais rotas de petróleo do Irã, e essenciais para este custear a guerra (SEGAL, 1988). Essa estratégia de Saddam Hussein tinha por objetivo internacionalizar o conflito, pois uma vez que a oferta de petróleo estivesse em risco, se justificaria uma intervenção dos EUA em favor do Iraque (CALVOCORESSI, 2011, p. 389).

O Irã também procurou afetar a economia iraquiana, para isso incentivou a Síria a bloquear o fluxo de petróleo do Iraque que passava pelo seu território e teria como destino final o mercado ocidental. Além disso, tendo em vista que suas capacidades convencionais, com o uso de míssil anti-navio Sea Killer ou ainda o míssil ar-superfície AS-12, não foram suficientes para conter os ataques do Iraque (HAGSHENASS, 2008), o Irã passou a afirmar sua supremacia naval no Golfo Pérsico através da guerra assimétrica. Como resultado dessa mudança, em 1986 a Guarda Revolucionária conseguiu dominar a Península de Faw, onde se concentrava grande

¹⁶ No presente, a Guarda Revolucionária opera no Mar Cáspio, no Golfo de Omã e também no Golfo Pérsico. Em 1985, a Guarda se desvinculou da República Islâmica da Marinha do Irã (IRIN), tornando-se um órgão independente.

parte da indústria petrolífera iraquiana.

Enquanto isso, os Estados Unidos optaram pela estratégia do dual containment, que visava o enfraquecimento e a destruição dos dois Estados. A lógica dessa política era vender armas aos dois países a fim de gerar profundos danos a ambas as partes (RAKEL et al., 2008; ARJOMAND, 2009). Tal estratégia fez-se evidente em diversos momentos: quando em 1982 os EUA tiraram o Iraque da “lista” de países que apoiavam práticas terroristas, sendo conivente com o uso armas químicas e biológicas (gás mostarda, sarin e tabun) contra iranianos e curdos; ou ainda, quando o escândalo do Irã-Contra (1986) revelou o esquema de venda de armamentos para o Irã, via Israel, burlando as próprias sanções aprovadas pelo Congresso norte-americano.

O Irã importou entre 1984 e 1986 aproximadamente US\$ 64 milhões em armamentos provenientes dos EUA. Ao longo de todo o conflito o país importou aproximadamente 5 bilhões de dólares em armas, sendo que seus maiores parceiros foram China, Coréia do Norte, Áustria, e URSS. Já o Iraque importou cerca 18,5 bilhões dólares em armamentos oriundos, sobretudo, da URSS, França, Grã-Bretanha e dos EUA (SIPRI, 2016). Embora o Iraque possuísse um número maior de armamentos e capacidade de reposição, posto que nenhuma sanção recaía sobre sua economia, o Irã contava com maior contingente nas forças militares, cerca de 6,5 milhões de homens, enquanto que o Iraque tinha aproximadamente 2,03 milhões de soldados. Esse contingente permitia uma boa vantagem ao Irã, especialmente pela capacidade de resiliência da Guarda Revolucionária. O Irã havia desenvolvido no governo do Xá Reza, o maior e mais bem treinado Exército da região (VISENTINI, 2012), nessa época, vários oficiais receberam orientação e treinamento dos EUA e de Israel. Em vista disso, segundo Segal (1988) o Irã teria condições de sair vitorioso da Guerra, se o aiatolá Khomeini não tivesse desmantelado o Exército, após a Revolução Iraniana.

O governo do presidente Ronald Reagan precisou reorganizar as forças militares norte-americanas, uma vez que antes da Revolução Iraniana contava com cerca de 30 mil militares no Irã (MASSOULIÉ, 1986, p. 116). Assim, Reagan criou o Comando Central¹⁷, responsável particularmente pela região do Oriente Médio, e que atuou ao lado do Iraque durante a Guerra Irã-Iraque (KARNAL et al., 2007, p. 262). O envolvimento dos Estados Unidos na Primeira Guerra do Golfo ocorreu em julho de 1987 e deu-se por meio da operação Earnest Will, conduzida pelo Central Command (CENTCOM), que tinha por objetivo dar apoio aos petroleiros do Kuwait, para que estes atravessassem as águas sob a proteção da bandeira norte-americana, contrariando assim a Convenção de Genebra de 1958. Adicionalmente, havia o receio de que a URSS pudesse aumentar sua presença na região, pois o Kuwait também havia solicitado ajuda aos soviéticos para exportar petróleo através de Ormuz (CALVOCORESSI, 2011, p. 390).

Além disso, os constantes bombardeiros no Golfo passaram a representar uma ameaça não apenas às embarcações, mas à economia mundial. Em 1987, dois mísseis AM39 Exocet

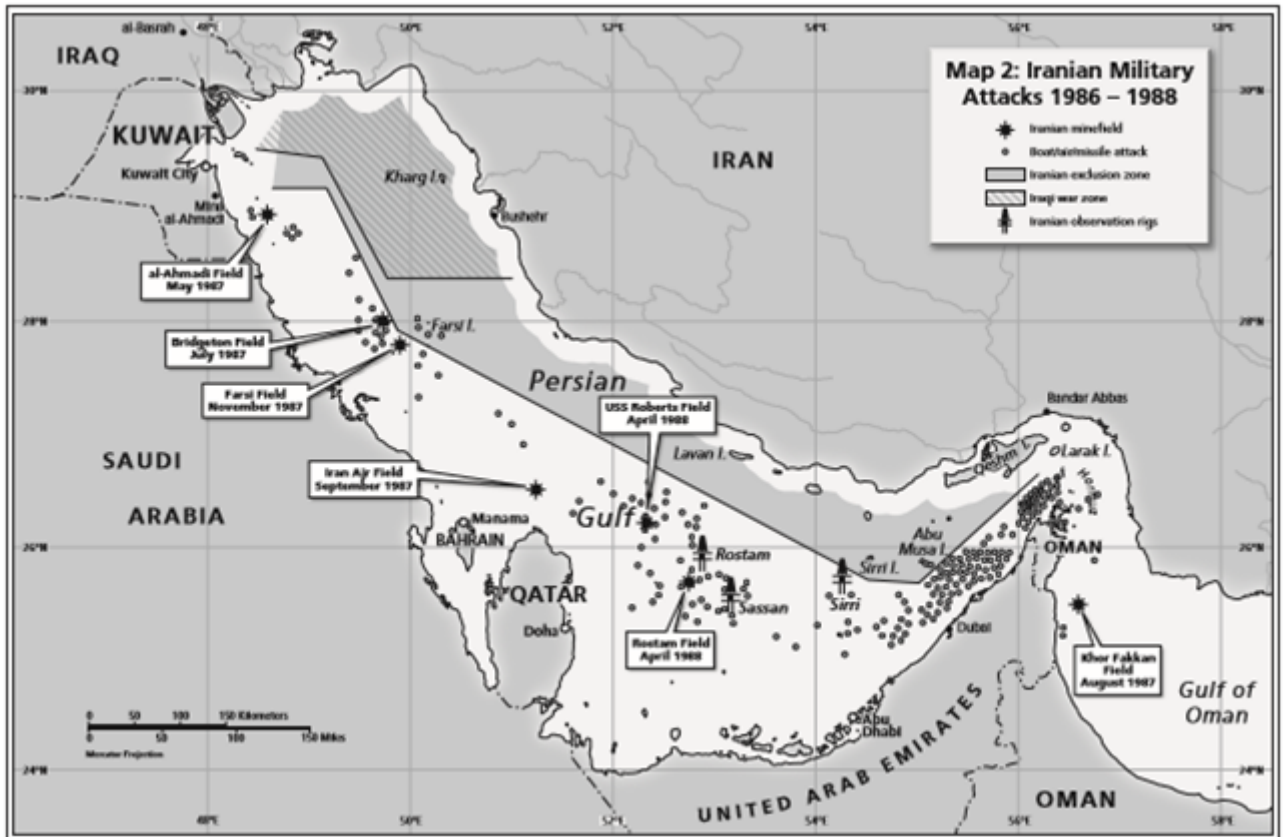
¹⁷ O Comando Central também operou em operações posteriores: contra o Iraque na primeira Guerra do Golfo em 1991, contra o regime Talibã na guerra do Afeganistão em 2001 e novamente contra o Iraque em 2003.

disparados por um Mirage iraquiano atingiram uma fragata norte-americana. No entanto, o envolvimento dos EUA ocorreu de fato depois que a fragata Samuel B. Roberts foi atingida por minas colocadas pela Guarda Revolucionária. O navio soviético Marshall Chuykov também foi atingido por minas locadas pelo Irã. Em trinta dias, mais três embarcações estrangeiras foram atingidas por minas. Em resposta à crescente escalada e à eficiência das táticas assimétricas iranianas, os EUA enviaram um esquadrão antiminas que visava detectar possíveis práticas de implantação de minas pelo CGRI. As forças norte-americanas utilizaram ainda aeroportos da Árabia Saudita, que serviram de apoio para os caças F-15 e aeronaves AWACS para monitorar o estreito de Ormuz.

Na avaliação do CENTCOM, essas ações de contramedidas mitigariam as ações assimétricas do Irã. No entanto, como ressalva Crist (2009), a estratégia norte-americana ficou centrada na dissuasão e na crença de que o Irã não desafiaria as capacidades militares dos EUA. Após o navio Bridgeton ser atingido por minas no Golfo, o almirante Harold Bernsen (apud, CRIST, 2009, p.4) afirmou que esse acidente demonstrou que a estratégia da dissuasão não teria sucesso. Após esse evento, houve o aumento da presença norte-americana no Golfo Pérsico, além da própria escalada do conflito.

Essa ideia revelou-se um erro, pois as ações assimétricas iranianas atingiram os comboios dos Estados Unidos e este não tinha realmente uma medida capaz de inviabilizar ou impedir as ações assimétricas da Guarda Revolucionária. Na figura 9, pode-se averiguar que grande parte dos bombardeios ocorreram na região próxima ao estreito de Ormuz. Cabe lembrar, como apontado no capítulo anterior, que o estreito por si só já limita a capacidade de navegação das embarcações, dessa maneira as ações assimétricas da Guarda revolucionária aumentam os riscos, pois as embarcações precisam reduzir a velocidade aumentando a chance de ser alvos de ataques e roubos de lanchas e barcos.

Figura 9 – Operações militares no estreito 1986-1988



Fonte: CRIST, 2009.

O governo norte-americano, aliado até então do Iraque, lançou a Operação *Praying Mantis* como resposta à ofensiva iraniana no Golfo. Dessa maneira, ao mesmo tempo que o Iraque promovia uma ofensiva para recuperar a península de Faw, os Estados Unidos atacaram plataformas iranianas próximos ao estreito de Ormuz. No entanto, a entrada dos EUA no conflito não representou o fim da Guerra Irã-Iraque, na verdade o cenário continuava tão obscuro quanto antes (SEGAL, 1988). Essa situação devia-se ao fato de que diversos grupos tinham interesse na continuação do conflito, tal como ressalta Visentini (2012, p. 67 – 68):

[...] interesse dos exportadores de armas, manobras envolvendo a política petrolífera, divisão do mundo muçulmano em benefício de Israel (que aproveitou o conflito para destruir o reator nuclear iraquiano), as necessidades internas de legitimação política e de construção de exércitos modernos e experientes por Khomeini e Saddam Hussein, ao que se ligavam rivalidades históricas entre árabes e persas, muçulmanos sunitas e xiitas.

A Guerra Irã-Iraque estabeleceu um divisor de águas nas relações entre os países da região. O conflito dividiu o mundo muçulmano, forjando alianças que perduram ainda hoje. Enquanto a maioria dos países do Oriente Médio apoiou o Iraque, a Síria, Líbia, Iêmen do Sul e Argélia apoiaram o governo iraniano (VISENTINI, 2014, p. 523). A Primeira Guerra do Golfo chegou ao fim, após a destruição de um avião iraniano que transportava 290 passageiros, por um

cruzador norte-americano, em julho de 1988 (MASSOULIÉ, 1986, p. 123). O cessar-fogo foi negociado através da resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, após oito anos de conflito, a Guerra já havia ceifado mais de 1,5 milhões de vidas e destruído a economia de ambos os países.

3.1.3 Ruptura das relações diplomáticas

Após a Revolução Iraniana e a subsequente Crise dos Reféns, as relações entre Estados Unidos e Irã se deterioraram e estabeleceram uma grande mudança no cenário político do Golfo Pérsico. Esses eventos, somados ao contexto da Guerra Fria, à instabilidade da região e aos choques do petróleo na década de 1970, moldaram a política externa dos EUA e os seus objetivos no Oriente Médio. Em 1980, Carter afirmou que qualquer tentativa por parte de forças externas para controlar e dominar o Golfo Pérsico seria interpretada como um ataque direto aos interesses vitais dos Estados Unidos e, portanto, essa ameaça seria contida utilizando-se para isso todos os meios disponíveis, inclusive o militar (CARTER, 1980). Logo, a Doutrina Carter tinha um caráter fortemente unilateral e justificava-se sob a defesa dos interesses ocidentais (KRAUTHAMMER, 1985). Assim, a partir da queda do Xá Reza Pahlavi, os Estados Unidos passaram a adotar estratégias que visavam conter a projeção do Irã no Oriente Médio. A interação dessas políticas com as estratégias iranianas estabeleceu uma concorrência multidimensional, que mais tarde resultaram na competição estratégica entre os dois países.

Durante o período da Dinastia Pahlavi, os Estados Unidos eram o maior parceiro comercial do Irã, dessa forma, o rompimento das relações impactou significativamente na economia iraniana, particularmente após a Crise dos Reféns e a imposição de sanções contra o país. O governo Carter aplicou em 1981 as primeiras sanções contra o Irã, que restringiam os tipos de produtos que poderiam ser exportados. Essas sanções foram renovadas em 1984 durante o governo de Ronald Regan (1981-1989) pelas leis de controle e exportação de armas, que proibiam a exportação de aeronaves e veículos militares ao Irã, mas as empresas petrolíferas estadunidenses ainda estavam liberadas a importar petróleo bruto iraniano (ESTELAMI, 1999). O fim da Crise dos Reféns no início de 1981 não melhorou as relações EUA-Irã. Na verdade, já se estruturava um novo jogo: a Guerra Irã-Iraque (Primeira Guerra do Golfo). O governo estadunidense, que havia adotado uma política de isolamento do Irã, enxergou nesse conflito uma oportunidade para derrubar o líder supremo Khomeini.

O período imediato após a constituição da República Islâmica do Irã foi marcado por uma grande instabilidade política. Para ser ter uma ideia, somente nos dois primeiros anos, o país teve três presidentes: Abolhassan Banisadr (1980-1981), que era laico e moderado foi deposto pelo parlamento; Mohammad-Ali Rajal (1981), que foi assassinado em um bombardeio; e Ali Khamenei (1981-1989), que manteve uma estreita relação com o Líder Supremo Khomeini.

Após a morte de Khomeini, em 1989, Ali Khamenei¹⁸ assumiu como novo Líder Supremo, e o novo presidente iraniano, Hashemi Rafsanjani (1989-1997) pode implementar diversas políticas de liberalização da economia, como por exemplo: a privatização de algumas empresas estatais, medidas de atração do capital externo, e redução dos gastos com defesa (ABRAHAMIAN, 2008, p. 183 – 184).

O governo norte-americano, visando isolar ainda mais o Irã e mitigar as capacidades iranianas, aprofundou as já pesadas sanções econômicas contra o país. Com o fim da União Soviética a política externa dos Estados Unidos com relação ao Irã era influenciada basicamente por três elementos: a) garantir o acesso ao fornecimento de petróleo; b) inibir o surgimento de um eixo antiamericano formado por Rússia-China-Irã; c) e, por fim, pelas rivalidades fomentadas por Israel (RAKEL et al., 2008). Nessa época, já havia uma crescente aversão ao programa nuclear iraniano, ao terrorismo e ao fundamentalismo, ocorrendo o aprofundamento das sanções econômicas, aspectos esses que forjaram os distintos tipos e níveis de competição observados por Cordesman (2011).

Após a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o Irã buscou promover um ambicioso programa de reestruturação das suas capacidades militares, a fim de assegurar-se como potência regional. Contudo, as perdas da guerra somadas às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos impactaram profundamente na economia iraniana e, conseqüentemente, sobre a reestruturação de suas forças armadas. Ademais, a baixa no preço do petróleo desde 1986 levou à queda na exportação, o que se refletiu sobre a inflação e fez o aumento das taxas de desemprego acelerar.

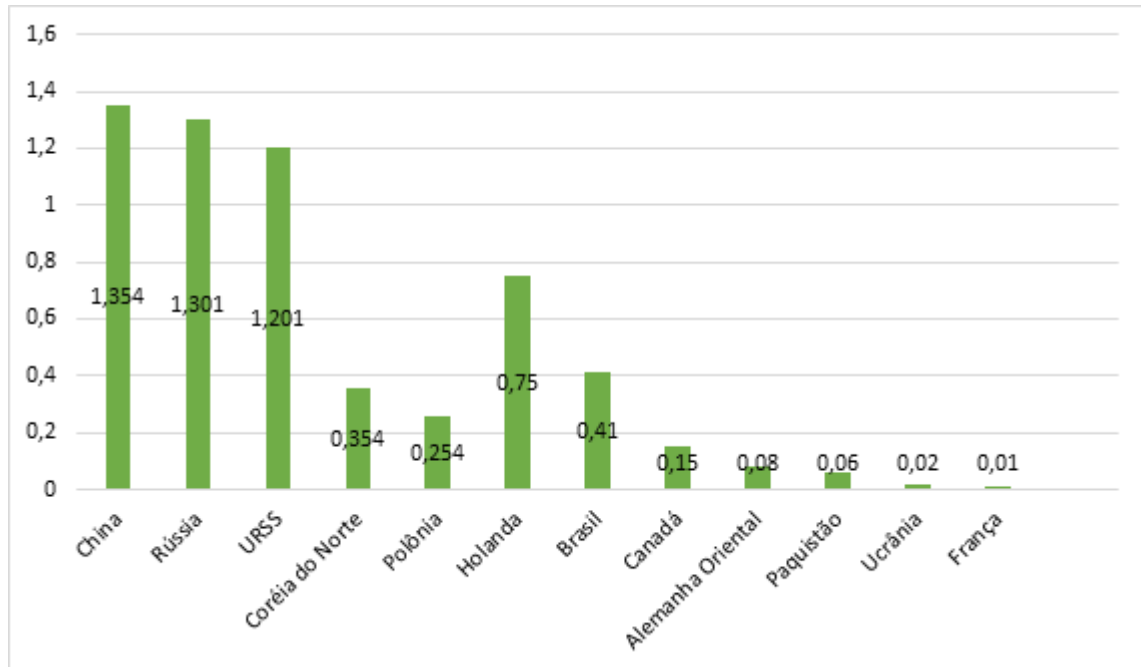
As relações com os Estados Unidos melhoraram timidamente durante o governo de George H. W. Bush (1989-1993), que aliviou algumas sanções, chegando a liberar aproximadamente US\$ 600 milhões de ativos iranianos congelados nos Estados Unidos. Nessa ocasião, os EUA liberaram uma quantidade limitada de petróleo bruto para ser comercializado com o país e com países europeus. Esse processo de relaxamento potencializou o intercâmbio, ao passo de em 1994 os Estados Unidos serem o quinto maior importador do Irã (ESTELAMI, 1999, p. 5). Esse relaxamento e a tímida aproximação, tem por trás a ideia de frear a crescente parceria entre Irã e Rússia, principalmente em torno do financiamento russo para a construção de um reator nuclear no sul do Irã.

O período de relaxamento, entretanto, não durou muito. Em 1995, o governo estadunidense proibiu que as empresas norte-americanas tivessem qualquer envolvimento com a indústria petrolífera iraniana, impondo novas sanções. No ano seguinte, os Estados Unidos aprovaram o *“Iran and Libya Sanctions Act”* (ILSA), que visava obstaculizar e travar o desenvolvimento da indústria iraniana, que não poderia exportar petróleo aos EUA, nem importar petróleo refinado. Em resposta, o governo de Rafsanjani procurou fortalecer a cooperação econômica com países do leste europeu e asiático, a fim de tornar sua economia menos dependente dos EUA e seus aliados, como Alemanha, França e Grã-Bretanha. Quanto a cooperação militar, como pode ser

¹⁸ Antes de tornar Líder Supremo, Ali Khameni foi presidente do Irã entre 1981 a 1989.

observado no gráfico apresentado na figura 10, o Irã priorizou a parceria com países com os quais tinha afinidade política, tais como China, Coréia do Norte e Rússia.

Figura 10 – Importação de armamentos do Irã entre 1989-1997 (milhões de US\$)



Fonte: SIPRI (2016, adaptado pela autora).

Nota: Valores comercializados pela Alemanha Oriental antes da reunificação em 1989.

Nota: Valores da URSS correspondem ao período antes do seu desmantelamento em 1991.

Após a fundação da República Islâmica, o governo estadunidense passou a ver o Irã como um Estado antiamericano, que ameaçava os seus interesses na região do Golfo Pérsico. O Irã representaria ainda uma ameaça à existência de Israel. Além do mais, o governo iraniano é visto pelo EUA como um exportador de terrorismo, responsável por financiar armas para as forças insurgentes no Afeganistão e no Iraque (CORDESMAN, 2011). Em contrapartida, dentro do Irã e em alguns movimentos islâmicos da região alimentava-se uma crescente aversão ao Ocidente, particularmente aos EUA. Assim, o ressentimento pela interferência dos Estados Unidos nas dinâmicas internas dos Estados transformou-se em uma concisa mobilização de massas que repudiava qualquer contato estadunidense (KURZMAN, 1998, p.65).

Em 1997, foi eleito o presidente Mohammed Khatami, que pregava uma política mais liberal e detinha boas relações com o Ocidente, ao passo de reestabelecer suas relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e também de amenizar o embargo econômico durante o governo de Bill Clinton (1993-2001). Com isso, somado à melhora no preço do petróleo, o presidente iraniano conseguiu promover melhorias em programas que visavam o bem-estar da população. Todavia, esses progressos tiveram novamente um revés durante o governo de George W. Bush (2001-2009), em virtude dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da Doutrina Bush, que promovera uma ofensiva ambiciosa na chamada “guerra ao terror”, forjando num novo capítulo no Oriente Médio.

Em 2002, o Governo George W. Bush lançou o Plano de Segurança Nacional, no qual definiu no que consistia a ameaça à segurança estadunidense e os pilares para a Doutrina Bush. De acordo com o texto (BUSH, 2002), os Estados Unidos deveriam fazer uso de todos os meios disponíveis para derrotar a ameaça do terrorismo global. Esse Plano ofereceu os alicerces para a concretização da Doutrina Bush, que rotulou países como Síria, Iraque, Coreia do Norte e Irã como “Estados párias”, pertencentes ao “Eixo do Mal” (FUSER, 2006). O Governo iraniano, que havia condenado os atentados de 11 de setembro (CORDESMAN, 2011), sentia-se injustiçado com essa classificação. Tal situação hostilizou ainda mais as já precárias relações entre os dois países.

Simultaneamente, em 2002 foi revelado a existência de duas usinas nucleares (Arak e Natanz) no Irã, até então desconhecidas. Houve então uma grande pressão internacional, pois suspeitava-se que o Irã estivesse desenvolvendo armamento nuclear a partir de urânio enriquecido (ALBRIGHT; HINDERSTEIN, 2002). Posteriormente, essas instalações foram colocadas sob inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a qual revelou que o Irã não dispunha de capacidade para fabricar armamentos nucleares, mas os Estados Unidos não acreditavam em tal hipótese (CORDESMAN, 2011). Assim, o Irã se deparou com a possibilidade de um ataque preventivo contra as suas instalações nucleares, o que forçou o governo iraniano a repensar suas estratégias de defesa nacional. Concomitantemente, já se desejava internamente uma resposta ao cerco militar promovido pelos Estados Unidos no Golfo Pérsico.

Após os atentados de Onze de setembro os Estados Unidos passaram a agir unilateralmente, uma vez que não contava com apoio de grande parte da comunidade internacional e, tão pouco obteve aprovação da ONU ou da OTAN para realizar a invasão ao Iraque em 2003. Esta invasão tinha uma conjuntura bem diferente da realizada ao Afeganistão em 2001, visto que se tratava de uma resposta imediata aos atos terroristas ocorridos naquele ano.

O avanço norte-americano na região representou a neutralização das tradicionais ameaças externas ao governo iraniano - do regime de Saddam Hussein no Iraque e do Taleban no Afeganistão – que foi substituída pela presença militar dos Estados Unidos, no Iraque, no Afeganistão e nas águas que banham o Golfo Pérsico, representando um novo desafio ao governo iraniano (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2011, p. 296). Nesse aspecto Visentini (2012, p. 112) salienta que:

[...] O Irã ficou cercado, pois a leste o Paquistão e o novo regime afegão eram aliados dos EUA (que neles mantinha tropas e bases) e ao norte o Turcomenistão e o Azerbaijão firmaram acordos com a OTAN e receberam assessores e instalações de vigilância eletrônica americanas. A oeste havia a Turquia, que é membro da OTAN e possui bases aéreas americanas, e o Iraque, sob ocupação direta. Finalmente, ao sul os estados do Conselho de Cooperação do Golfo são inimigos de longa data do Irã e nas pequenas petromonarquias há bases norte-americanas, enquanto a presença da marinha dos EUA no Golfo Árabe, alegadamente para defender essa importante rota de petróleo, representa uma ameaça direta ao país.

Desse modo, após a invasão ao Iraque em 2003, o Irã viu-se encurralado pelos Estados Unidos, o que aumentou a tensão e o medo de uma invasão estadunidense. A análise desses eventos torna evidente que a competição estratégica entre Estados Unidos e Irã tem sua origem na perda do controle ocidental sobre o Estado iraniano, a partir da Revolução de 1979, e da Guerra Irã-Iraque, que colocou os até então aliados em lados opostos.

3.2 O estabelecimento da Competição Estratégica

Conforme apontado anteriormente, o interesse dos Estados Unidos na região do (grande) Oriente Médio pautava-se em três elementos: manutenção do equilíbrio de poder; manutenção dos fluxos de petróleo; e o combate a grupos islâmicos que representassem uma ameaça aos EUA. Segundo Friedman (2012), ao início do século XXI era um grande desafio manter equilíbrio de poder entre os três grupos dessa região: árabes e israelenses, paquistaneses e indianos e iraquianos e iranianos. O equilíbrio de poder nesse último grupo se desmantelou com a invasão ao Iraque em 2003 pelos EUA e o progressivo esfacelamento do Estado iraquiano.

A partir da introdução das tropas norte-americanas ao longo do Golfo Pérsico se estabelece a competição estratégica entre EUA e Irã. Essa competição é composta por diversos setores, formando um complexo eixo de concorrência entre os dois países, sendo muitas vezes descrita como uma Guerra Fria regional de múltiplas frentes. O início dessa concorrência envolve o programa nuclear iraniano, que teve suas origens ainda no período do Xá Reza Pahlavi, e contava com apoio norte-americano (CORDESMAN, 2011, p. 99). Em 2003, a Agência internacional de Energia Atômica (AEIA) emitiu um relatório apontando que o Irã havia ocultado por 18 anos o desenvolvimento de pesquisas paralelas às reveladas pelo governo, descumprindo as medidas previstas pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), da qual o Irã é signatário. Compete observar que a Agência internacional de Energia Atômica permite o enriquecimento de urânio aos países que assinaram o tratado, desde que se submetam a periódicas inspeções e se comprometam a enriquecer urânio a níveis específicos para a geração de combustíveis.

Em meio às pressões internacionais, o governo iraniano comprometeu-se a cooperar com as salvaguardas propostas pela AIEA, mas não o fez de forma integral, o que ocasionou novas desconfianças e críticas ao país. Em 2004, em troca da suspensão do enriquecimento de urânio, Alemanha, França e Reino Unido (EU-3) estabeleceram com o Irã um acordo de incentivos, que também não teve sucesso (KERR, 2012, p. 6). A eleição em 2005 do conservador Mahmoud Ahmadinejad revelou uma nova postura das relações do país com o mundo. O novo presidente adotou uma política de caráter mais nacionalista, além do que, procurou se aproximar da Rússia e da China e, diferentemente do seu antecessor, promoveu duras críticas ao Ocidente, particularmente contra os Estados Unidos e Israel.

Logo ao assumir, Ahmadinejad, que após aplicações de sanções em 2006, proibiu novas inspeções da AEIA, buscou fomentar o programa nuclear iraniano, e defendeu a ideia de

autonomia do país na condução tanto do programa quanto do enriquecimento de urânio. Em contrapartida, o governo estadunidense afirmava que a condução do programa nuclear sem a supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica representava uma ameaça, e que o Irã tinha por objetivos a construção de armamento nuclear. Portanto, o programa nuclear representava o pretexto perfeito para uma polarização e até mesmo o desencadeamento de uma guerra preventiva (VISENTINI, 2012, p. 160).

Em 2006 o Irã anunciou que pretendia retomar as pesquisas e o desenvolvimento de urânio enriquecido nas suas instalações Natanz (KERR, 2012, p.6). No mesmo ano, a Agência Internacional de Energia Atômica levou a questão sobre o projeto nuclear iraniano para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, onde o governo norte-americano apoiou sanções internacionais mais rigorosas contra o Irã. Essas sanções não foram aceitas por todos os membros do Conselho, então, a solução encontrada foi oferecer negociações em troca da suspensão do enriquecimento do urânio.

Nesse período, o governo de Ahmadinejad estava disposto a negociar, contudo, deixou claro que não iria suspender o enriquecimento de urânio, até porque, segundo o presidente, o desenvolvimento nuclear era necessário para contrabalancear a dependência energética do país. Nesse âmbito, vale destacar que mesmo o Irã tendo umas das maiores reservas de petróleo do mundo, suas capacidades de refinamento são mínimas, o que o obriga a importar grandes quantidades de petróleo refinado. Com essa posição tácita no que se refere ao desenvolvimento do programa nuclear, Ahmadinejad conquistou grande apoio político, onde inclusive a oposição era favorável ao programa.

O governo iraniano procurou maneiras de amenizar a dependência da indústria do petróleo, a economia iraniana continuou a crescer de forma moderada e o PIB (produto interno bruto) chegou a crescer 6% em 2006. A partir de então, o Líder Supremo Khamenei procurou incentivar uma campanha para privatizar alguns setores da economia iraniana, tais como: pequenos bancos, algumas estações de energia, companhias aéreas e outros. Essas medidas de privatização tinham por objetivo melhorar os setores improdutivos do país e preparar-se para uma possível adesão à Organização Mundial do Comércio (VISENTINI, 2012, p. 165 – 167). Adicionalmente, o Irã buscou ampliar suas relações econômicas, especialmente com novos investidores do setor petrolífero na China e no Japão.

Adicionalmente, o presidente do Irã reforçou os laços com grupos aliados a seus interesses no Afeganistão e no Iraque, além do Hezbollah, do Hamas e da parceria com a Síria (CORDESMAN et al., 2013). O governo iraniano também procurou reforçar suas relações com China e Rússia, pois o Irã é considerado o melhor caminho para o escoamento rentável e seguro do petróleo e do gás da Ásia central (VISENTINI, 2012, p. 112). Nesse sentido, para Brzezinski (1998), caso não houvesse alguma normalização nas relações entre Irã e EUA, o governo norte-americano teria seus interesses ameaçados por uma possível aliança entre o eixo Rússia-Irã-China.

O debate sobre o programa nuclear iraniano sofreu avanços e retrocessos até 2013. Com sucessivas negativas iranianas de paralisar o enriquecimento de urânio, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma série de pacotes de sanções econômicas, iniciando em dezembro de 2006, depois em março de 2007 e em março de 2008. Entre as medidas, por exemplo, estava a proibição de venda de armamentos ao Irã, o que por sua vez impactou sobre a capacidade iraniana de modernizar suas forças armadas. Desde 2007, as sanções se estenderam a entidades econômicas e congelaram a cooperação financeira do país em âmbito internacional.

As sanções econômicas refletiram-se internamente, diminuindo as taxas de emprego e piorando a economia. Mesmo com a eleição do presidente democrata Barack Obama, em 2009, que se propôs a abrir uma frente de diálogo com o Irã, os impasses continuaram. Em 2009, EUA, Reino Unido e França acusaram o Irã de construir clandestinamente uma nova usina nuclear, com finalidades militares. Em outubro daquele ano, EUA, França e Rússia apresentaram uma proposta a fim de colocar fim ao problema. A proposta feita ao Irã versava sobre o envio de 75% das reservas de urânio iraniano de baixo enriquecimento para ser enriquecido até 20% em usinas russas, onde posteriormente seriam novamente remetidas ao Irã para uso médico. Assim, o baixo percentual que ficaria no Irã inviabilizaria a construção de bombas atômicas. Contudo, novamente o Irã recusou a proposta e em 2010 afirmou que passaria a enriquecer Urânio a 20%.

No mesmo ano a União Europeia anunciou que adotaria sanções adicionais ao Irã, particularmente no que se referia ao mercado de hidrocarbonetos. Em 2011, um relatório da AIEA, afirmava que o governo iraniano havia realizado testes para o desenvolvimento de um dispositivo nuclear. Em resposta os Estados Unidos e o Reino Unido afirmaram que fariam novas pressões por meio de sanções mais severas, que atingissem o setor energético e financeiro. Em resposta às sanções econômicas feitas pelo ocidente, o Irã ameaçou bloquear o estreito de Ormuz por diversas vezes. Em 2011, foi finalizada a construção de uma usina de energia nuclear em conjunto com a Rússia em Bushehr, sendo essa considerada a Primeira usina nuclear civil no Oriente Médio (VISENTINI, 2012, p. 169).

A competição entre Estados Unidos e Irã tem ainda como plano de fundo o Estado de Israel. A tensão entre os dois países envolve o apoio dos EUA a Israel, assim como o apoio iraniano ao Hezbollah e ao Hamas. Ademais, as declarações do ex-presidente Ahmadinejad sobre os judeus e o Holocausto, além do projeto nuclear, fomentam essa rivalidade. Dado isso, não se pode esquecer que com o desaparecimento do Iraque como ator regional, as rivalidades entre os países do Conselho do Golfo com o Irã se acirraram, sobretudo com o apoio dado pelos Estados Unidos.

3.2.1 A Competição no estreito de Ormuz

No âmbito da competição militar, Estados Unidos e Irã são concorrentes diretos no Golfo Pérsico, no Oceano Índico, na Ásia Central e na região do Levante no Oriente Médio.

A competição militar sofreu uma progressiva expansão a partir de 2003, refletindo a crescente presença militar norte-americana no Golfo e o aprimoramento das capacidades militares iranianas. Essa competição vai além do inventário militar, abrange também as capacidades de negação de área, escalada, dissuasão, contenção e ingerência, que objetivam, sobretudo, influenciar o comportamento dos demais Estados da região (CORDESMAN, 2011b). Nesse sentido, dentro da esfera da competição militar, a concorrência se dá na inter-relação das forças convencionais, assimétricas e irregulares, e ainda das armas de destruição em massa.

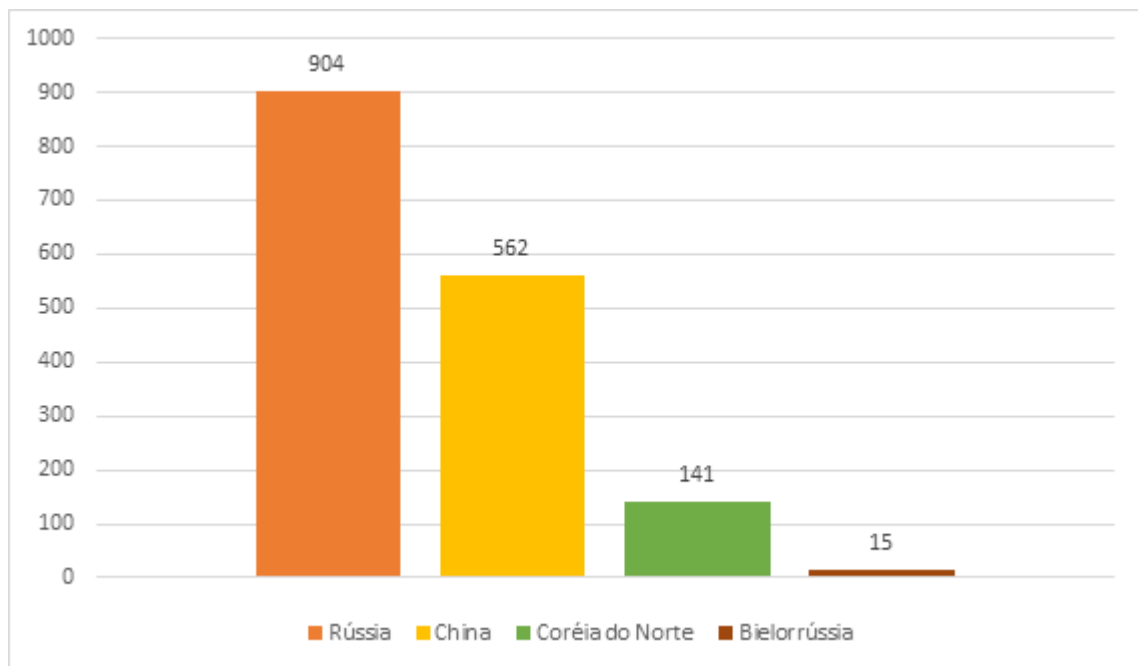
Conforme observado anteriormente, ao final da I Guerra do Golfo, o Irã percebeu que seus inimigos estavam ao entorno do Golfo Pérsico, haja vista que cresciam as hostilidades com países da região, e também pela presença da Quinta Frota dos EUA, sediada no Bahrein. O governo iraniano precisava então reconsiderar suas estratégias militares, especialmente suas capacidades navais, a fim de garantir sua soberania e o domínio sobre o estreito de Ormuz. Assim, para impedir e/ou retardar possíveis ações militares dos Estados Unidos no Golfo, o Irã passou a desenvolver capacidades de anti-acesso e negação de área. A análise de *anti-access/area denial* (A2/AD) descrita por Andrew Krepinevich (2010), acerca da ameaça que essas capacidades do Irã representam para os interesses regionais dos Estados Unidos, é uma importante ferramenta para examinar as dinâmicas dos dois países no estreito. Nessa perspectiva, as capacidades de anti-acesso dizem respeito aos meios utilizados para impedir que o inimigo adentre no território, logo trata-se de armamentos de longa distância que tenham como alvo as forças marítimas e aéreas. Já as capacidades de negação de área propõem-se a limitar as ações de forças inimigas numa aérea operacional, compreendendo, portanto, armamentos de curto alcance (KREPINEVICH, 2010).

Desde a constituição da Revolução Iraniana as forças militares do país estão estruturadas em 3 eixos: Forças Armadas regulares do Irã, compostas por Exército, Marinha e Aeronáutica; a Força de Resistência Basij, responsável por assegurar os preceitos do Islã dentro da sociedade iraniana; e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, que opera no Mar Cáspio, no Golfo de Omã e também no Golfo Pérsico. A partir de 1992 o Irã estabeleceu um escritório único para abrigar as três forças com a finalidade de integrar suas estratégias de segurança e defesa do Estado. Segundo dados do The International Institute for Strategic Studies (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2011), estima-se que o Irã tenha em torno de 545 mil homens ativos nas forças do país e um adicional de cerca de 350 mil de reserva, dos quais 18 mil pertencem à Marinha, 350 mil ao exército, aproximadamente 35 mil à força aérea e 40 mil a forças paramilitares. Contudo, acredita-se que esta última pode mobilizar por meio da Resistência Força Basij mais de 1 milhão de homens. Apesar disso, o Irã não possui capacidades para projetar-se de forma significativa sobre todo o território do Golfo, suas forças terrestres não estão estruturadas para promover uma incisão profunda sobre o Iraque, ou lidar com as capacidades ar-terra dos EUA (NADER, 2014).

Parte desse quadro deve-se às sanções econômicas impostas pelos EUA e posteriormente pelo Conselho de segurança da ONU, que impactaram sobre diversos segmentos da economia

iraniana, inclusive no setor militar, tornando suas capacidades convencionais defasadas. Essas sanções restringiram a habilidade do Estado em repor e adquirir novas aeronaves, navios, mísseis e outros equipamentos militares, de modo que o Irã procurou desenvolver uma indústria nacional, contudo, dada as dificuldades econômicas e tecnológicas as suas capacidades de produção eram baixas (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2011, p. 297). As sanções também restringiram os parceiros em cooperação militar, que ao longo do período 2003-2013 era composto apenas por quatro países, conforme se pode averiguar na figura 11. Os maiores parceiros do Irã em cooperação militar nos anos 2000, assim como nas duas últimas décadas do séc. XX, continuavam sendo China, Coréia do Norte e Rússia, o que levou o país a investir em capacidades específicas, como por exemplo: submarinos, sistema de defesa aérea, mísseis balísticos, mísseis anti-navio, minas, torpedos entre outros.

Figura 11 – Importações de armas do Irã entre 2003-2013 (milhões de US\$)



Fonte: SIPRI (2016, elaborado pela autora)

O Irã possui um orçamento de defesa de aproximadamente 10 bilhões de dólares, mas segundo levantamentos do THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS (2011) esse valor não abriga os custos com financiamento de atores não-estatais estrangeiros, nem programas de mísseis, gastos com indústria de defesa, capacidade nuclear e atividades de inteligência. Assim, provavelmente esse valor deve girar em torno de US\$ 12 bilhões a 14 bilhões, o que é cerca de 30% menos do que os valores gastos com defesa pela Arábia Saudita (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2011, p. 297). O aumento das capacidades convencionais, de acordo com Cordesman (2011b), visa projetar as habilidades iranianas de ameaçar e influenciar seus vizinhos, além de procurar dissuadir as operações aéreas e navais norte-americanas – e israelenses – na região do Golfo.

Em resposta às pressões ocidentais, o Irã ameaçou por diversas vezes bloquear o estreito de Ormuz, como forma de barganhar a autonomia da sua política externa e, particularmente, o desenvolvimento do seu programa nuclear. Logo, tendo em vista o valor crucial do estreito para o mercado mundial de hidrocarbonetos, as dinâmicas em Ormuz passaram a ser um ponto de tensão não apenas da competição entre Irã e EUA, mas também regional. Assim, entre 2003 a 2013, o governo iraniano valeu-se do caráter estratégico do estreito e passou a realizar uma série de exercícios militares com intuito de fazer uma demonstração de força. Esses exercícios, segundo Guzansky, Schachter e Lindenstrauss (2011), objetivavam mostrar que o Irã enxerga o estreito como extensão da sua área de influência, seu quintal estratégico.

A política iraniana em fazer uso das ameaças de bloqueio do estreito pautava-se em uma guerra assimétrica e psicológica, onde o Irã poderia fechar Ormuz travando uma guerra híbrida a fim de impor altos custos econômicos, com o propósito de pressionar os EUA a cessar os ataques, o que por sua vez concederia ao Irã a vitória psicológica e política do conflito (SCHRODEN, 2011; DOLAN, 2012; NADER, 2012). Nesse contexto, é preciso considerar que possivelmente países como China, Índia e Japão, que são fortemente dependentes do petróleo dessa região, não apoiariam qualquer ação militar no estreito. Obviamente os países do CCG sofririam com o fechamento do estreito, assim como o Irã, pois a maior parte das exportações de petróleo do país passam por Ormuz. Além disso, o governo iraniano também sofreria perdas militares.

No entanto, o Irã não seria o único a sentir os custos militares e econômicos da guerra, os danos e prejuízos também afetariam os EUA. Nesse aspecto, alguns eventos como a batalha no estreito de Dardanelos – durante a Primeira Guerra Mundial –, a Guerra Irã-Iraque e ainda conflito entre Israel e o Hezbollah oferecem importantes lições para os EUA no que tange à escalada de uma conflagração no estreito de Ormuz. Uma importante lição da batalha de Dardanelos refere-se à falta de preocupação dos Aliados com questões envolvendo as dimensões de tempo e fatores de espaço e força. No exame desses elementos em Ormuz, observa-se que as medidas de capacitação marítimas não representam meios eficazes de dissuasão das forças iranianas no Golfo, isso porque o Irã aproveita a interação entre tempo e fatores de espaço e força para projetar-se rapidamente sobre a área, empregando a combinação de forças simétricas e assimétricas para prolongar o bloqueio do gargalo (SCHRODEN, 2011). A questão da Guerra Irã-Iraque foi averiguada anteriormente, mas cabe pontuar que a combinação de forças convencionais e irregulares durante 1986-1988 resultaram em significativos custos ao mercado mundial de energia e revelaram a vulnerabilidade do estreito (HAGHSHENASS, 2008; CRIST, 2009; DOLAN, 2012). Outro evento importante, que permite considerável exame de um conflito com o Irã no estreito, refere-se ao ataque de Israel sobre o Líbano em 2006, no qual o Hezbollah, apoiado pelo Irã, promoveu uma guerra híbrida gerando significativos custos a Israel. Assim, numa projeção das capacidades iranianas de travar uma guerra desse caráter em Ormuz, verifica-se que tal fato poderia significar um profundo desastre às forças estadunidenses (DOLAN, 2012; NADER, 2012).

Outra lição importante foram as simulações de guerra que o Pentágono realizou em 2002 sobre o Golfo. O Millennium Challenge (MC02) iniciou os jogos na metade de 2002 e foi uma das simulações mais caras realizadas pelos EUA, cerca de 250 milhões de dólares. Apesar de ter sido apresentado oficialmente como uma simulação de guerra contra o Iraque, uma vez que os jogos foram inicialmente planejados no ano 2000, acredita-se que MC02 estava destinado ao Irã (BORGER, 2002; DOLAN, 2012). Nessa simulação as forças estadunidenses perderam para o fictício país chamado “Red”, que promoveu uma concisa barragem de mísseis destruindo navios de guerra, cruzadores, um porta-aviões e “ceifando” mais de 20 mil mortes. Além disso, o país “Red” enviaria pequenas embarcações de patrulhamento para atacar as forças dos EUA.

Os interesses dos Estados Unidos no Golfo Pérsico estão diretamente vinculados à importância geoestratégica do estreito. Os Estados Unidos passaram a implementar juntamente com seus aliados uma série de Medidas de Capacitação Marítima a fim de garantir a livre circulação dos petroleiros e cargueiros. Dentre as medidas pode-se destacar o envio de 4 navios norte-americanos, duplicando a frota de patrulha em 2013. Um ano antes foram enviados quatro helicópteros MH53-E Sea Dragon para o Bahrain com objetivo de detectar minas, além de alguns submarinos não-tripuláveis e um navio de comando da quinta frota dos Estados Unidos.

Os esforços iranianos de estabelecer e consolidar suas estratégias militares no Golfo ao longo de 2003-2013 poderiam obstruir a navegação, o que representaria ameaça direta aos interesses dos EUA. A Marinha iraniana conta com menos de 10 fragatas e corvetas que foram adquiridas no governo do Xá, e três submarinos russos da categoria Kilo, que são capazes de colocar minas e disparar torpedos teleguiados de longo alcance (PHAM, 2010, p.66), e a Guarda Revolucionária conta com minas e barcos pequenos, dos quais somente alguns estão equipados com mísseis anti-navio. Mesmo assim, o Irã poderia disparar mísseis a partir da costa do Golfo contra navios dos EUA, ou ainda espalhar minas ao longo do estreito, o que poderia diminuir ou retardar o transporte marítimo, até que os Estados Unidos e seus aliados pudessem retirar essas minas. Adicionalmente, compete ponderar que as pressões crescentes sobre o programa nuclear do Irã bem como sua ligação com atores não estatais como o Hezbollah e o Hamas, foram um contrapeso às suas limitadas capacidades convencionais de guerra, e servem como poder de dissuasão sobre possíveis ações militares de outros países (CORDESMAN, 2011). Portanto, o Irã poderia combinar suas forças convencionais juntamente com forças irregulares e projetar-se sobre o Golfo Pérsico, atacando alvos de forma discriminada ou indiscriminada, além de minar os canais do estreito de Ormuz, o que bloquearia o estreito, mesmo que por um período curto.

Ademais, é preciso considerar que o Irã tem controle sobre seis ilhas do estreito, domínio sobre uma grande faixa costeira que vai do Golfo Pérsico ao Golfo de Omã, e o controle sobre a navegação, como visto no capítulo anterior, permite ao Irã formar uma rede de operações para colocar minas ao longo do estreito. Logo, o Irã poderia valer-se dos cerca de 100 barcos de patrulha que possui (e que, por serem pequenos, muitas vezes escapam do radar) para colocar minas. Em sua maioria, esses barcos de patrulhamento são armados com mísseis anti-navio e

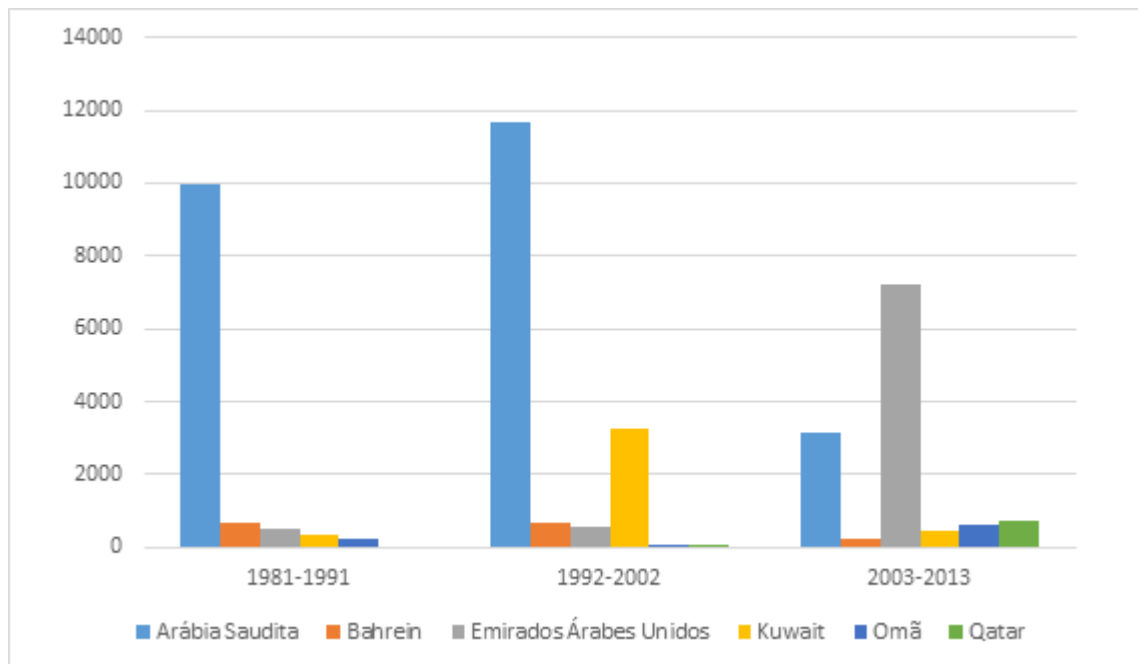
torpedos de curto alcance.

Assim, apesar da pouca modernização, o Irã poderia infringir sérios problemas a qualquer país invasor, travando uma guerra híbrida. Nesse sentido, capacidades irregulares e assimétricas permitem ao Irã realizar ataques de baixo nível com habilidade de negação de área, que geralmente são difíceis de serem combatidas (CORDESMAN, 2011b). Desse modo, a Marinha iraniana poderia atacar diversas instalações offshore no Golfo, como plataformas de petróleo, bases militares e ainda embarcações comerciais, como ocorreu durante a Guerra Irã-Iraque. Entretanto, o Irã não possui condições de fechar o estreito por longo tempo. Segundo estimativas apontadas por Cordesman (2015), o Irã teria condições de fechar o estreito por cerca de 10 dias, contudo, esse bloqueio poderia impactar de forma significativa sobre a economia mundial. Logo, a aposta iraniana estaria em suportar o máximo possível o conflito, por meio de suas capacidades assimétricas e irregulares, forçando elevados custos materiais aos inimigos ao ponto do Irã conquistar uma vitória política do conflito.

Além disso, a Guarda revolucionária possui minas de fabricação nacional e chinesa que podem ser colocadas ao longo do estreito para bloquear a passagem de embarcações inimigas. O país desenvolveu os mísseis balísticos antinavio equipados com mísseis de curto alcance como Fateh-110, míssil Zelzal-3 e Raad-301, que podem alcançar uma distância entre 100 e 700km. Ademais, o Irã também adquiriu baterias de mísseis anti-navio em solo iraniano, da categoria HY-2, que possuem alcance de 100 km, podendo ser uma opção para atacar aeronaves. Segundo relatório do (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, 2011), O Irã teria condições de atacar navios norte-americanos com mísseis C-701, C-801 e C-802, localizados em suas ilhas ao longo do estreito, ou mesmo a partir da costa. Desse modo, o Irã poderia atacar, por meio de seus mísseis balísticos, os aliados norte-americanos no Golfo e também suas bases militares e plataformas petrolíferas.

Assim, o aprimoramento das capacidades convencionais do Irã acarretou um novo desafio às estratégias dos EUA, tanto no que tange ao teatro de guerra no estreito quanto ao apoio militar aos países do CCG. Tal situação acabou pressionando ainda mais a concorrência em torno da aquisição de novas armas. Ao analisarmos a figura 12, observa-se a constante aquisição por parte dos países CCG, entre 1981 a 2013, de armamentos provenientes dos Estados Unidos. Embora a Arábia Saudita tenha diminuído o valor de aquisição, outros países como Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã aumentaram suas importações de armamentos.

Figura 12 – Exportação de armas dos EUA para CCG entre 1981-2013 (milhões de US\$)



Fonte: SIPRI (2016, elaborado pela autora)

A transferência de armas, de sistemas de defesa e cooperação em treinamentos tem por trás o interesse comum dos EUA e dos países da Cooperação do Conselho do Golfo em conter a projeção do Irã como potência regional. A partir de 2011 com as revoltas no mundo árabe, grupos insurgentes e terroristas financiados tanto pelos países do CCG quanto pelo Irã acirraram as disputas em nível regional. O Bahrein, por exemplo, acusa o Irã de interferir em assuntos internos apoiando grupos de oposição xiita desde as revoltas de 2011 (KATZMAN et al., 2012, p. 3). Dentro da estratégia norte-americana, a parceria com os países da Cooperação do Conselho do Golfo gira em torno de três elementos: garantir o fluxo de hidrocarbonetos pelo estreito, proteger seus aliados e ainda lidar com extremismo e o terrorismo na região. Essa aliança dos Estados Unidos com o CCG visava manter o equilíbrio de poder na região (CORDESMAN, 2012; YERGIN, 2011).

A construção de vias alternativas para escoamento de hidrocarbonetos dos países do CCG, como visto no primeiro capítulo, procura diminuir a importância do estreito como rota de abastecimento dos mercados, o que reduziria a capacidade de dissuasão iraniana. Após a invasão do Iraque, os EUA passaram a pressionar o país para construção de vias alternativas em parceria com a Turquia, Jordânia e ainda Arábia Saudita, mas o agravamento da crise política, do conflito e a ascensão do Estado Islâmico acabaram inviabilizando o escoamento em grandes quantidades através de rotas. Outro ponto a ressaltar é que grande parte das reservas de petróleo e gás encontram-se próximas às águas do Golfo, portanto em termos de custo e tempo a utilização do estreito é mais barata e viável. Logo, a geografia do estreito e sua relevância como ponto de estrangulamento são elementos cruciais na estratégia de dissuasão do Irã, enquanto o governo estadunidense dispõe de meios diplomáticos, políticos, econômicos e militares para conter o Irã.

Nesse sentido, para O'Neil e Talmadge (2009) os Estados Unidos deveriam impor um regime rígido de sanções contra o Irã a fim de prejudicar sua infra-estrutura e minar suas capacidades navais e aéreas. O autor acredita que isso possibilitaria aos EUA impor sérios custos ao Irã e vencer o conflito no Golfo, o problema na análise de O'Neil é que ele não leva em conta as capacidades do Irã em travar uma guerra irregular. Assim, o Irã ao que se evidencia passou a investir e dar crescente importância às capacidades navais em detrimento das marítimas para assim travar a guerra no mar.

Os Estados Unidos dispõem de recursos, tanto em quantidade quanto em qualidade, superiores aos iranianos. Num cenário hipotético de conflito, os EUA podem valer-se, por exemplo, do seu poder aéreo para bombardear pontos-chave das forças armadas iranianas e também da infraestrutura, imputando sérios danos ao Irã. Além disso, os Estados Unidos buscam desenvolver medidas para conter o avanço das estratégias A2/AD. Nesse âmbito, segundo Tol et al. (2010, p. 9) o AirSea Battle caracteriza-se por medidas que tentam contrapor as estratégias A2/AD desenvolvidas pelo Irã nos últimos anos. De acordo com Tol, o AirSea Battle tem como objetivo a combinação das capacidades operacionais e a diminuição dos custos. Nesse aspecto, em caso de bloqueio no estreito de Ormuz, essa estratégia visaria derrotar o inimigo, por meio de operações coordenadas envolvendo mar, terra, ar, espaço e ciberespaço. Assim, os Estados Unidos fariam uso das melhores capacidades militares, como submarinos, caças, porta-aviões e armas de longo alcance para impedir ou desbloquear o estreito o mais rápido possível.

No entanto, a competição entre EUA e Irã viu-se cercada por novos desafios a partir das revoltas no mundo árabe em 2011. A ascensão do EI, a insurgência de grupos rebeldes, a instabilidade política do Iraque, o prolongamento da guerra Síria, e a retirada das tropas norte-americanas do Iraque em 2013, trouxeram novos elementos à competição. Esse quadro, somado ao desgaste da economia iraniana e a necessidade dos EUA de adotar uma nova política externa para Oriente Médio, viabilizaram as negociações em torno do acordo nuclear do Irã em 2013 e a reaproximação entre os dois países.

3.3 A reaproximação

Apesar do acirramento das ameaças de bloqueio do estreito desde 2010, dos discursos de retaliações de ambos os lados, a competição entre EUA e Irã viu-se cercada por novos desafios a partir das revoltas no mundo árabe em 2011. A ascensão do EI, a insurgência de grupos rebeldes, o prolongamento da guerra Síria, a instabilidade e a retirada das tropas norte-americanas do Iraque em 2011, trouxeram novos elementos à competição. Esse quadro, somado ao desgaste da economia iraniana e à necessidade dos EUA de adotar uma nova política externa para Oriente Médio, viabilizaram as negociações em torno do acordo nuclear do Irã em 2013 e a reaproximação entre os dois países.

Assim, em meados de 2013 os presidentes dos dois países, Hassan Rohani e Barack

Obama, após mais de 30 anos de rompimento das relações diplomáticas, estabeleceram as primeiras conversas para uma possível reaproximação. O relaxamento das tensões e as conversas envolvendo o acordo nuclear iraniano têm por trás o desgaste da economia iraniana, o aprofundamento da Guerra na Síria, e ainda o esfacelamento do estado iraquiano. Para Mearsheimer (2013), o principal elemento que permitiu essa aproximação é a eleição do moderado Hassan Rohani e a profunda crise que assola o Irã em virtude das sanções econômicas.

O maior problema seria no reestabelecimento dessa relação e da solução para impasse do programa nuclear seria o lobby israelense, que pressionavam os Estados Unidos adotar políticas rígidas contra o Irã, mantendo todas as opções disponíveis inclusive a militar. Segundo Mearsheimer e Walt (2006), o lobby por vezes influenciou a tomada de decisão e direcionou a política externa norte-americana no Oriente Médio, como a invasão do Iraque. No entanto, cabe destacar que nesse caso tiveram grande peso os atentados do Onze de Setembro, e o fato do comando do país estar nas mãos de George W. Bush (WALT, 2013). Outros dois grupos também fomentaram as discussões sobre a negociação do acordo nuclear: os imperialistas liberais, em sua maioria democratas, e os neoconservadores, majoritariamente republicanos. O interesse dos EUA em resolver o dilema do programa nuclear era alto, principalmente porque ao resolver esse impasse poderia se levantar as sanções, o que abriria as portas para relações comerciais e econômicas. Há ainda a influência que o Irã exerce em grupos dentro da Síria e no Iraque, além do interesse comum de combater o EI.

A possibilidade para abertura do diálogo amparava-se em múltiplos fatores, um deles refere-se ao fato que o Irã de 2013 apresentava uma conjuntura bem distinta daquele pré-invasão Iraque. Além disso, um acordo diplomático é mais favorável do que o desgaste de uma outra guerra, que como vimos anteriormente, um conflito em Ormuz poderia apresentar resultar em sérios custos aos EUA, dando a vitória política ao Irã. Para Mearsheimer (2013) o governo de Obama sabia que não haveria condições de se travar mais uma guerra, haja vista os altos custos econômicos e humanos deixados pela guerra no Iraque. Já Israel não teria condições de sustentar um conflito aéreo contra o Irã sem apoio logístico dos EUA, logo, teria que concordar com a posição norte-americana. Em suma, devido ao aprofundamento dos conflitos das revoltas árabes e os custos herdados da “guerra ao terror”, os Estados Unidos precisavam encontrar uma forma de alcançar seus objetivos na região e, para isso, seria necessário encontrar uma forma de contrabalancear com o Irã sem precisar aumentar sua presença militar.

Nesse sentido, o estabelecimento de um acordo nuclear permitiria ao governo de Obama monitorar as atividades nucleares iranianas, mantendo a não-proliferação nuclear. Essa reaproximação, que até então era inconcebível, passa a ser uma opção mais necessária, tal qual ocorreu com presidente Roosevelt que precisou se aliar a URSS stalinista para derrotar a Alemanha nazista, e com Nixon que se aliou com a China maoísta, para impedir que os soviéticos alterassem o equilíbrio de poder, após danos da Guerra do Vietnã. Dessa forma, segundo Friedman (2015), quando os EUA enfrentam situações inaceitáveis, o interesse estratégico supera a repulsa

moral que era até então fortemente alimentada. Assim, a estratégia para o reestabelecimento das relações tem por finalidade assegurar os objetivos estratégicos no Golfo.

Em contrapartida, o governo iraniano, esgotado economicamente, viu nessa reaproximação a possibilidade de sobrevivência. A resolução do impasse nuclear permitiria o reingresso da economia do país no mercado mundial, retomada do crescimento, a melhoria da qualidade de vida da população e a manutenção do regime. Observa-se a confluência de interesses entre Estados Unidos e Irã, uma vez que ambos tem interesse no fluxo contínuo do petróleo por Ormuz, além de possuírem alguns inimigos comuns como a Al-Qaeda e alguns grupos sunitas. Esse processo de reaproximação desacelera a competição, o que ameniza a possibilidade de um conflito que, aliás, não era interesse de nenhum dos dois países (FRIEDMAN, 2010; MEARSHEIMER, 2013). E, finalmente, não existindo a possibilidade no presente de contrabalancear através do Iraque, o acordo passa a ser uma opção viável para os dois.

Desse modo, após pouco mais de dois anos de negociações o acordo foi assinado. No início de 2016 as sanções impostas tanto pelos EUA quanto pela ONU foram levantadas. A maior ameaça a essa nova estratégia norte-americana, seria um embate direto entre seus aliados do CCG e o Irã, o que seria rapidamente retalhado pelos EUA em favor de países árabes. Todavia, essa possibilidade é praticamente nula, uma vez que o Irã já exerce grande influência na região.

A possibilidade de um acordo EUA-Irã não foi bem vista por Israel e pelos países do Conselho do Golfo. Embora o Hezbollah tenha apoio do Irã, poderia haver alguma aliança deste com Israel, uma vez que ambos têm rivalidades e disputas com os árabes. O acordo poderia reconfigurar a relevância desses países na estratégia do governo norte-americano para a região. Tal possibilidade parece exagerada, porém, desde 2011 as rivalidades entre esses países e o Irã se intensificaram, sobretudo com a Arábia Saudita. Deste quadro, resultou a escalada da concorrência militar entre iranianos e sauditas e a disputa pela projeção de poder e influência que tem sido travada, por meio de grupos proxies em países vizinhos (CORDESMAN et al., 2013). A Turquia, de acordo com Friedman (2015), é o único país que teria condições de fazer frente ao Irã. No entanto, apesar da geografia montanhosa e da necessidade da livre circulação do trânsito por Ormuz, um embate direto entre Irã e Arábia Saudita parece improvável, embora ambos têm travado uma crescente disputa pela influência e controle da região. Contudo essa é uma guerra por procuração, travada em países terceiros.

3.4 Considerações finais do capítulo

As considerações apresentadas no decorrer do estudo tinham por objetivo central estudar o papel do estreito de Ormuz na competição estratégica entre Estados Unidos e Irã. Dado à operacionalização, no primeiro capítulo, do conceito de pontos de estrangulamento evidencia-se a relevância no estreito em termos geoestratégicos e geopolíticos, uma vez que esse gargalo é uma das rotas marítimas mais importantes no atual contexto internacional. Posto isso, a

contextualização do percurso histórico das relações entre os dois países, corroboram para compreensão do papel chave desempenhado pelo Irã no Oriente Médio. A análise histórica permite ainda entender as dinâmicas e os fatores envolvidos no estabelecimento da competição estratégica entre os dois países. Nesse sentido, compete ressaltar que dois eventos marcam o rompimento das relações entre os dois países que foi durante a maior parte do século XX amistosa: o primeiro deles foi a Revolução Iraniana, que derrubou o governo do Xá Reza Pahlevi, pró- Estados Unidos, em 1979. O segundo evento que consolidou as rivalidades foi a Guerra Irã-Iraque entre 1980-1988.

Os dois países promoveram na década de 1990 um relaxamento da concorrência, contudo, após os atentados de Onze de setembro de 2001, e a política ofensiva adotada pelos Estados Unidos que enquadrou o Irã no chamado “Eixo do Mal”, revigorou o antagonismo entre os dois países. Esse evento, em conjunto com a invasão norte-americana no Iraque em 2003 e o repúdio internacional ao desenvolvimento do programa nuclear iraniano foram impulsionadores do acirramento da competição estratégica.

Pode-se dizer, portanto, que o plano de fundo histórico da competição estratégica é resultante das tensões políticas entre dois países. Dentro dessa perspectiva, o Irã entendia a competição impulsionada pelos esforços dos Estados Unidos em projetar poder na região do Oriente Médio, mais particularmente no Golfo Pérsico. Em contrapartida os Estados Unidos temiam que o Irã se tornasse uma potência regional dominante. Os dois países promoveram o aceleramento da competição militar, particularmente na região do estreito de Ormuz. Mesmo com as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, o Irã procurou desenvolver seu programa nuclear e modernizar suas capacidades militares. Para isso, buscou parceiros asiáticos como a Coreia do Norte, China e Rússia. Sendo o Irã uma rota segura para o petróleo e gás da Ásia Central, a aproximação entre Teerã, Pequim e Moscou é vista como uma ameaça aos interesses norte-americanos na região. Ademais, as sanções forçaram o Irã a desenvolver uma indústria nacional, que apesar de pequena, tem conseguido desenvolver equipamentos importantes, tais como mísseis balísticos, minas, e embarcações leves.

Assim, a história recente da competição entre Estados Unidos e Irã reflete o fato de que o Irã tem buscando ampliar suas capacidades de guerra assimétrica, e nesse sentido o estreito de Ormuz se apresenta como elemento importante na concorrência entre os dois países. Haja vista que a Marinha dentro das forças convencionais iranianas é a que apresenta melhores capacidades de travar uma guerra assimétrica. Além disso, apesar do Irã não conseguir bloquear o estreito por um longo período, é ainda o ponto focal de grande importância geoestratégica, o que possibilitaria o Irã barganhar e dissuadir o poder inimigo.

Ademais, o fato de ser um ponto de estrangulamento do sistema internacional, devido sua relevância para o mercado de hidrocarbonetos pode ser uns dos pontos que impossibilitaram uma ofensiva direta entre os dois países, no período de acirramento da competição. De posse dessas considerações, observa-se que o estreito de Ormuz desempenha um importante papel

dentro da competição estratégica, sendo um ponto de tensão e inflexão da competição.

4 DA COMPETIÇÃO À GUERRA PROXY REGIONAL: A RELEVÂNCIA DOS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO

O presente capítulo aborda a concorrência entre Arábia Saudita e Irã e sua relação com os pontos de estrangulamento da região. A retirada das tropas norte-americanas do Iraque em 2011, a subsequente guerra civil síria e seu transbordamento para o Iraque forjaram um novo paradigma de segurança regional no Golfo Pérsico, que passa da competição, para a guerra proxy, e posteriormente para a guerra proxy regional. Em vista disso, a relação dos dois países tornou-se mais competitiva, ambos adotaram uma postura mais assertiva, escalando a disputa a fim de assegurar sua influência na região. Dessa forma, a primeira seção versa sobre os eventos que promoveram o acirramento das rivalidades entre os dois países, que acabaram culminando na Guerra Proxy e posteriormente na Guerra Proxy Regional. Posto isso, o capítulo analisa de forma individual e brevemente a Guerra na Síria – nesse caso, passa também pela Guerra no Iraque – e no Iêmen e sua correlação com os pontos de estrangulamento do Oriente Médio.

4.1 A concorrência entre Arábia Saudita e Irã

A equação da competição estratégica entre EUA e Irã era composta de múltiplas variáveis, sendo uma delas a concorrência entre persas e árabes. Como visto anteriormente, após a revolução de 1979 os Estados Unidos fomentaram a parceria com os países do Conselho do Golfo, particularmente com a Arábia Saudita que também possui uma rivalidade histórica com o Irã, que para além do Golfo Pérsico projeta-se sobre o continente. Durante a Competição EUA-Irã, a concorrência entre sauditas e iranianos foi marcada por uma relativa acomodação (CORDESMAN, 2011; YADLIN, 2010), mas com períodos de tensão que foram historicamente forjados por um antagonismo religioso-ideológico, competindo nos níveis político, militar e econômico, visando garantir seus interesses geoestratégicos e promover sua hegemonia regional (BERTI; GUZANSKY, 2014; GRUMET, 2015).

Essa rivalidade entre o Reino saudita e a República iraniana tem sua origem na política externa do Xá Reza Pahlavi, que procurou tornar o Irã uma potência regional. Destarte, a Arábia Saudita temia o transbordamento da Revolução Iraniana e, por consequência, uma possível hegemonia xiita no Oriente Médio (ALGHOUL, 2015). Dessa forma, no decorrer da Guerra Irã-Iraque, a Arábia Saudita financiou mais de 25 bilhões de dólares ao governo de Saddam Hussein para sufocar qualquer prerrogativa iraniana sobre o Golfo. Assim, os sauditas delegaram aos iraquianos os custos militares e civis de combater a ameaça que o Irã representava (ALGHOUL, 2015).

A concorrência entre sauditas e iranianos também é alimentada por disputas territoriais envolvendo os países do CCG, como as três ilhas que são contestadas pelos Emirados Árabes

Unidos e que pertencem ao Irã. Há ainda a reivindicação iraniana de que o Bahrein é persa e não árabe, o que poderia estabelecer uma nova fronteira entre Irã e Arábia Saudita, através da ponte de 25km que liga o arquipélago do Bahrein ao Estado saudita. Além disso, as águas do estreito de Ormuz também são requeridas pelos Emirados Árabes. Todas essas disputas têm em comum o objetivo desses países em projetar-se sobre o Golfo e influenciar a distribuição de hidrocarbonetos.

A guerra ao terror promovida pelos EUA, que deflagrou a invasão no Iraque e o desaparecimento deste como um ator relevante, alterou o paradigma de segurança regional no Golfo Pérsico. Para alguns pesquisadores, como Grumet (2015) e Glause III (2014), por exemplo, essa nova situação poderia ser caracterizada como uma nova Guerra Fria no Oriente Médio, obviamente com significativas diferenças com a Guerra Fria estabelecida entre EUA e URSS, que eram capazes de competir globalmente e em todos os níveis — político, econômico e militar — de modo que nenhuma delas pudesse ficar indiferente aos atos da outra.

As rivalidades na relação dos dois países amparam-se em sete esferas, de acordo com Grumet (2015): político-religiosa; diplomática; alianças internas e externas; econômica; armamento nuclear; guerra proxy; guerra convencional; Nessa ordem, a primeira esfera versa, por exemplo, a politização sectária, que vem crescendo após as revoltas de 2011, mas que tem sido fomentada pelos dois países com finalidade de legitimarem-se como líderes. Além disso, antes da criação do Reino da Arábia Saudita, sauditas e iranianos chegaram a desenvolver relações amistosas. No entanto, acabaram por gerar um ambiente de Guerra Fria muito em decorrência de seu antagonismo religioso-político, pois a Arábia Saudita representa o islã sunita, e suas interpretações ocorrem de acordo com o Wahhabismo¹, enquanto o Irã retrata uma maioria muçulmana xiita crente nas doutrinas do ex-Líder Supremo Khomeini.

No que tange à diplomacia, desde a criação do Reino da Arábia Saudita, as relações até então amigáveis foram gradualmente se hostilizando. A projeção iraniana sobre o continente foi interpretada como uma ameaça pelos sauditas, em parte pelas suas ligações com o Hezbollah, o Hamas e a Jihad islâmica. Quanto às alianças internas e externas, os dois países desenvolveram importantes laços. A Arábia Saudita ligou-se com os Estados Unidos e outras potências ocidentais, já o Irã focou em estreitar seus laços com a Rússia, China e Coreia do Norte. No âmbito econômico, conforme pontuado no capítulo um, os dois países possuem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, o que facilita a articulação com grupos de interesses.

Outra esfera trata do programa nuclear e do desenvolvimento de arsenal nuclear, o que levaria a uma corrida armamentista tal qual aconteceu entre EUA e URSS. O próximo ponto

¹ O wahhabismo foi fundado no século XVIII, por Muhammad Ibn Abd-ElWahhab, estabelecendo-se como doutrina oficial da Arábia Saudita, sendo compreendido como a aplicação estrita e correta do Alcorão. Sobre o movimento wahhabismo, (ROCHE, 2011, p. 9) destaca que muitas vezes foi modificado de acordo com interesses de cada governante, constituindo-se com um movimento oportunista e político, que tornou-se base do ensinamento das madraçais, que de uma forma simplista, foi transformando-se de forma cada vez mais autoritária, e conquistou milhares de adeptos sunitas.

diz respeito à guerra proxy travada em países terceiros, que compreende a região da Península Arábica, do Golfo e do Levante. Por fim, guerra convencional travada pelos dois Estados.

A partir das prerrogativas, pode-se averiguar as esferas para análise do que se denominou de Nova Guerra Fria do Oriente Médio, compondo os níveis e tipos de competição. A concorrência entre os sauditas e iranianos também é composta por uma agenda multidimensional, tal qual ocorria com os EUA. Nesse âmbito, a concorrência abarca tipos e níveis distintos de competição, como: Ideologia, religião e sistema político; Terrorismo, extremismos e ações paramilitares; Energia, sanções e impactos econômicos globais; Exportações, importações e controle de armas; Diplomacia; e Competição Militar (CORDESMAN, 2011) e, ainda, o modelo de desenvolvimento.

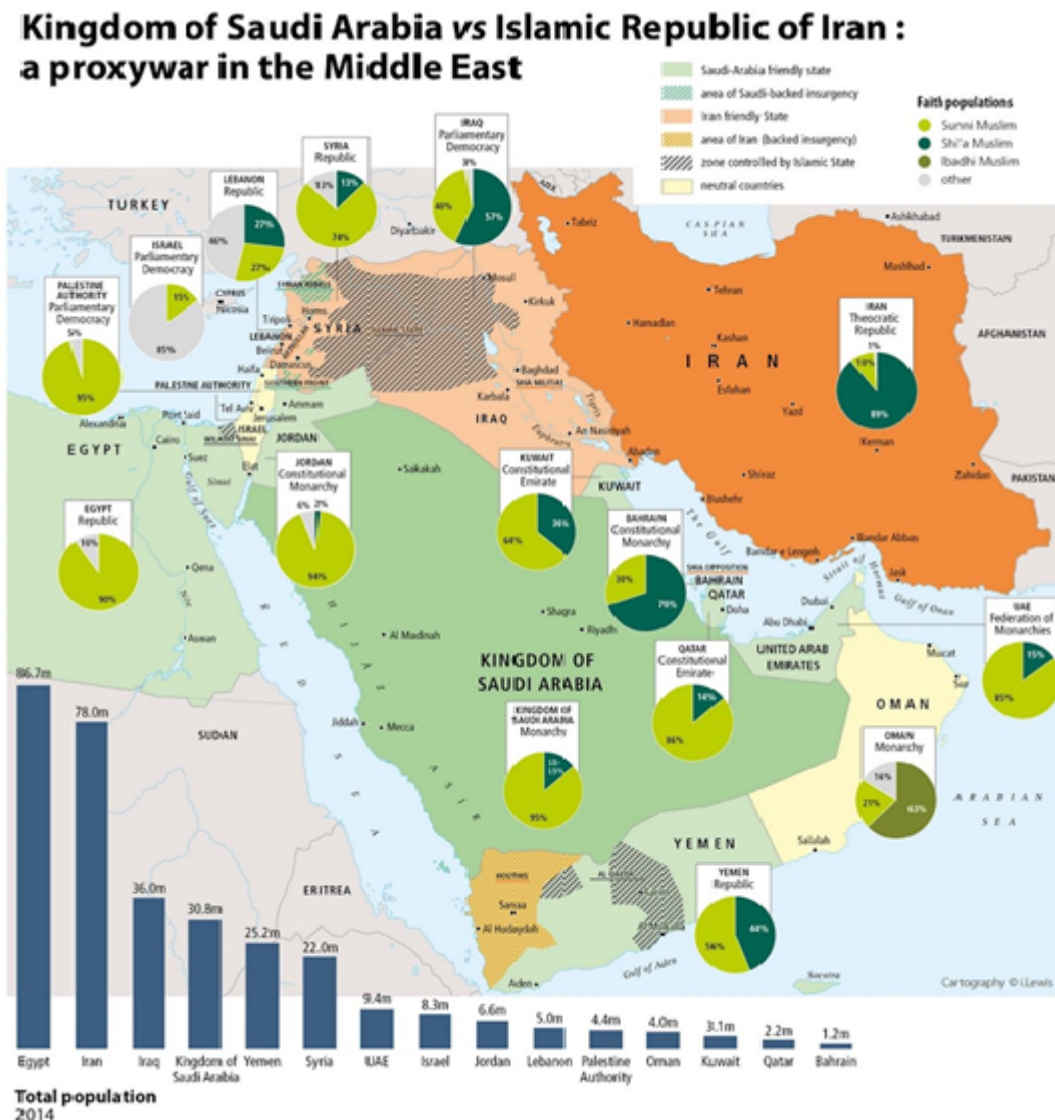
As rivalidades históricas envolvendo governos iranianos e sauditas acirraram-se vertiginosamente após a invasão dos EUA ao Iraque em 2003, pois segundo Grumet (2015), se intensificou a disputa do poder regional. Em contrapartida, na análise de Cordesman et al. (2013), o período que pressupõe a competição estratégica EUA-Irã foi marcado por uma acomodação na concorrência entre sauditas e iranianos, com alguns episódios de tensão. A invasão ao Iraque colocou fim ao Complexo de Segurança Regional Iraque-Irã, sendo substituído por um novo padrão de relações que obedece uma sobreposição (overlay), ou seja, a presença de potências extra-regionais. Nesse sentido, Buzan e Waeber (2003, p.61) asseveram que os interesses da grande potência, nesse caso os EUA, transcendem a mera penetração e passam a controlar de modo tão profundo que o padrão local das relações de segurança se modifica. Essa configuração impõe uma agenda de securitização, com a qual a grande potência pode invocar ações emergenciais. Assim, após a invasão no Iraque, deu-se a presença maciça das forças armadas estadunidenses em vários países aliados na região.

Esse padrão se alterou novamente em 2011, quando houve a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, e concomitantemente o alvorecer da Primavera Árabe. As hostilidades entre Arábia Saudita e Irã se intensificaram com o fim da competição estratégica EUA-Irã e as revoltas em países geoestratégicos para sauditas e iranianos, como Bahrein e Síria. Os protestos na Tunísia ao final de 2010 floresceram o que se denominou de Primavera Árabe e como um efeito dominó espalharam uma onda de protestos e reivindicações populares por quase todo o Oriente Médio. Esses movimentos foram duramente reprimidos pelos governos, que em alguns casos contavam com o apoio dos seus aliados regionais para abafar o movimento. Pode-se dizer que a primeira ação da Arábia Saudita para neutralizar qualquer avanço iraniano sobre a Península Arábica ocorreu no Bahrein em 2011, conseguindo com sucesso sufocar os protestos xiitas contra o governo sunita (FRIEDMAN, 2015).

Estas considerações permitem o exame do conceito de escalada de Hermann Kahn (1969), que pressupõe uma relação progressiva em que se tem: paz, Competição Estratégica, Guerra Proxy, Guerra Proxy Regional. Os eventos no início dos anos 2010 abriram espaço para a escalada da concorrência entre Arábia Saudita e Irã, que tem sido disputada por meio

de confrontos militares indiretos, através de grupos proxies, movidos por objetivos sectários, como se pode averiguar na figura 13. A Guerra Proxy entre esses países tem sido padrão desde a Guerra Irã-Iraque e suas lições acerca das possíveis consequências no caso de enfrentamento direto, tendo em vista que os dois dividem um espaço marítimo comum, o estreito de Ormuz no Golfo Pérsico, e sua dependência dessa via, sauditas e iranianos tem travado uma guerra por procuração após as revoltas árabes, uma profunda e ampla guerra que teve como teatro inicial a Síria. Entretanto, o aprofundamento da crise síria, a ascensão do Estado Islâmico, e a projeção de poder para além das águas do Golfo e do estreito, resultaram no transbordamento dessa guerra proxy para o Iraque e o Iêmen.

Figura 13 – Guerra Proxy Regional



Fonte: Pène (2015).

A partir do exame da figura acima, é evidente que o Oriente Médio é palco de uma complexa guerra por procuração travada entre Arábia Saudita e Irã. No rescaldo do despertar árabe, sauditas e iranianos promoveram o aumento da retórica politização sectária, a fim de

legitimar seus papéis de líderes; os dois travaram uma guerra por procuração no Bahrein, Síria, Iraque e Iêmen. De acordo com Grumet (2015), foi justamente a guerra proxy que viabilizou o surgimento de atores não-estatais poderosos, a exemplo de grupos extremistas como o ISIS. Esses dois países são extremamente diferentes, entretanto possuem algumas semelhanças: ambos países possuem uma extensa faixa terrestre; são grandes produtores de hidrocarbonetos, detendo respectivamente a segunda e a quarta maior reserva comprovada de petróleo (EIA, 2016); suas economias são excessivamente dependentes das exportações de hidrocarbonetos; são o centro da sua própria fé no mundo, no qual os sunitas são a força condutora na Arábia Saudita e os xiitas no Irã (PèNE, 2015); ambos já foram importantes aliados dos EUA; os dois países patrocinam grupos insurgentes em países terceiros que são relevantes tanto para assegurar a influência religiosa e política no Golfo, quanto em termos de controle de produção energética e ainda rotas alternativas a Ormuz.

Na ótica do Arco das Crises, tanto Estados Unidos quanto Arábia Saudita precisavam lidar com o desafio apresentado pelo Irã em diversos setores: político, econômico e militar. Esse arco das crises que vai do Marrocos ao Paquistão representa mais um desafio ao governo saudita, segundo Cordesman (2011), uma vez que precisa lidar com a concorrência iraniana no Bahrein, Iêmen, Iraque, Líbano e Síria. Nesse contexto, as práticas e ações iranianas passaram a ser interpretadas como uma ameaça à segurança da Arábia Saudita e seus aliados árabes. Como salienta Yergin (2014, p. 319) eles estão:

[...] Convencidos de que o Irã está buscando uma estratégia de cerco, com sua presença no Iraque e as subversões sobre a população xiita no Bahrein, no oeste da Arábia Saudita e no Iêmen para promover insurgência nas fronteiras meridionais da Arábia Saudita, além de financiar e fornecer armas ao Hezbollah, no Líbano, e ao Hamas, em Gaza. Tal cerco pressionaria os estados do Golfo árabe e, ao mesmo tempo, colocaria os ativos em uma posição que o Irã pudesse controlar em algum momento de tensão ou crise no futuro.

Além dessas razões apresentadas, havia outros receios quanto às reais intenções do Irã, entre eles: a projeção oeste para obter acesso ao Mediterrâneo (Iraque e Síria); o desenvolvimento de arsenal nuclear e o seu impacto sobre a balança de poder regional; a influência sobre países da OPEP; e a influência sobre a minoria xiita no Reino Saudita. Para Berti e Guzansky (2014), essa rivalidade histórica ampara-se sobre uma complicada animosidade ideológica, que é pautada nas alegações de autenticidade e legitimidade, bem como nos confrontos entre xiitas iranianos e os wahhabistas sunitas da Arábia Saudita. Essas disposições revelam que ambos se valem da fé para garantir seus interesses políticos geoestratégicos e lograr a hegemonia regional.

Conforme anteriormente mencionado, a Competição Estratégica é composta por seis tipos e níveis de concorrência que interagem entre si: ideologia, religião e sistemas políticos; Terrorismo, extremismo, laços paramilitares e operações secretas; Energia, sanções e impactos econômicos globais; Controle, exportação e importação de armas; Diplomacia internacional; e Competição militar (CORDESMAN, 2011, p. 7 – 12). Nesse sentido, mesmo que Cordesman

(2011) não mencione o modelo desenvolvimentista dos dois países e as reformas iranianas em função do acordo nuclear, isso também entra no cálculo da competição. Por fim, a Competição Estratégica refere-se a todos os tipos e níveis de competição, que não a guerra convencional. Posto isso, o acirramento da competição após as Revoltas Árabes e uma possível alteração no quadro de comando desses países levou sauditas e iranianos a escalar da guerra proxy estabelecida em 2011 (Síria e seu posterior transbordamento para o Iraque) para a guerra proxy regional em 2015, travada no Iêmen.

4.2 A Guerra na Síria: a ligação entre Golfo Pérsico e o Mediterrâneo

A Síria é comandada desde o ano 2000 pelo alauíta Bashar al-Assad, que foi eleito em virtude da indicação do partido Baas para suceder a presidência, após a morte de seu pai Hafez al-Assad. Desde o início do seu governo, a Síria sofreu uma série de sanções por parte dos EUA, o que agravou a situação econômica e deteriorou as condições de vida da população. As sanções foram aplicadas após o então presidente estadunidense George W. Bush incluir o país na lista do “Eixo do Mal”, acusando-o de desenvolver armas de destruição em massa e oferecer auxílio aos fugitivos do Iraque, ressaltando sua ligação com grupos extremistas e terroristas como a Jihad islâmica, o Hezbollah e o Hamas (VISENTINI, 2012, p. 146). Os protestos da Primavera Árabe eclodiram na Síria em 2011, quando manifestantes contestavam o governo de Assad em Da’ra no sul do país. Esses clamavam pela expulsão dos oficiais corruptos do governo, pelo fim do estado de emergência e a legalização dos partidos políticos. Dessa forma, como em outros países, a crise foi se aprofundando e se alastrando pelo país (VISENTINI, 2012).

O aprofundamento da crise síria é resultado da confluência de uma série de interesses de atores estatais e não-estatais, que tornaram o país um jogo de soma zero, onde o sucesso, representa a derrota para o outro. Inicialmente o conflito deu-se entre o governo composto por alauítas (considerado uma ramificação dos xiitas) contra grupos sunitas, drusos e cristãos. Quando a Guerra civil emergiu, a Síria foi duramente criticada pelos EUA e seus aliados, que exigiam a saída de Assad do poder. Após o surgimento do Estado Islâmico que intensificou o conflito e promoveu uma onda de refugiados nos países vizinhos, os Estados Unidos iniciaram uma campanha aérea em 2014 a fim bombardear instalações do EI, e passaram a apoiar e treinar cerca de 5 mil homens que pertenciam ao grupo que o governo denominou de “rebeldes moderados” (CORDESMAN; AARON, 2015). A estratégia dos EUA no conflito envolve uma gama de fatores que vai desde a aliança Síria-Rússia, as rivalidades político-religiosas entre aiatolás e sunitas; os interesses israelenses, mas também reduzir e fragilizar as relações Síria-Irã, isso porque após a retirada das suas tropas no Iraque houve uma incisiva influência iraniana sobre seus vizinhos a oeste, portanto, um dos objetivos estadunidenses era conter o arco de influência iraniano.

Além da presença norte-americana, outros atores externos como Rússia, Arábia Saudita

e Irã atuam na guerra civil síria, colaborando com grupos e facções distintas. A entrada da Rússia no conflito em 2015 deu-se por várias razões, entre elas: assegurar o governo do seu aliado Bashar al-Assad; demonstrar e testar as suas forças armadas, que estão passando por uma modernização significativa; enfraquecer o Estado Islâmico, e vincular suas ações na Síria a outras questões, tais como a Ucrânia e as sanções impostas pela União Europeia e os EUA (SPAULDING, 2015; RUSSIA'S... , 2016); Além disso, através da base aérea em Latakia e uma instalação naval em Tartus construir uma capacidade militar no Mediterrâneo, assegurando dessa maneira uma saída para os mares quentes e garantindo um entreposto para sustentar as linhas de abastecimento, no caso dos estreitos turcos serem bloqueados à navegação, devido, por exemplo, à escalada do conflito na Ucrânia e seu transbordamento para o Mar Negro.

A Síria tem sido um importante aliado do governo iraniano desde a Revolução Iraniana em 1979. A partir de então, essa coalizão se fortaleceu em razão dos interesses similares e da existência de inimigos comuns, assim subsidiaram uma rede de milícias e proxies a fim de frustrar os objetivos de atores regionais e extra-regionais (Estados Unidos, Israel e Iraque), como ocorreu com as forças dos EUA e de Israel no Líbano (1984), que no ano 2000 acabaram por se retirar do país ao não conquistarem avanços sobre o território; ou quando neutralizaram as ações de Saddam Hussein, haja vista que o Iraque estava cercado praticamente em toda a sua fronteira pelos dois países; após a intervenção dos EUA no Iraque, no qual financiaram e armaram insurgentes contra as forças norte-americanas; além das relações e do apoio ao Hezbollah, Hamas e a Jihad islâmica (palestina) e outros grupos radicais que atuam na região a oeste do Irã (GOODARZI, 2016).

De mais a mais, o natural cerco geográfico dos países do Golfo e Turquia e suas relações próximas com o governo estadunidense, consolidaram a aliança Irã-Síria, uma vez que suas chances de resistência e sobrevivência seriam maiores se eles se apoiassem. Assim, a Síria é comandada por uma minoria xiita que deseja permanecer no poder, manter influência sobre o Líbano e recuperar as Colinas de Golan, que perderam para Israel em 1967. Ademais, os dois visam proteger-se de um possível ataque de Israel e ainda dos avanços dos árabes (sunitas), embora numa escala diferente, uma vez que a Síria foca em parte do Levante, enquanto que o Irã precisa considerar toda a região. Nesse sentido, embora o epicentro da estratégia iraniana seja o Golfo Pérsico, ao se projetar para oeste, o Irã garantiria o acesso ao Mediterrâneo, mas, sobretudo, estabeleceria um “Arco de Influência iraniana” (OIL... , 2012a), consolidando-se assim como uma potência regional. A par disso, são claras as motivações da política iraniana na região, ou seja, a manutenção do governo de Assad, o estabelecimento de um governo pró-Irã no Iraque, fortalecimento do Hezbollah no Líbano e o apoio ao Hamas na Palestina para influenciar a região (CORDESMAN, 2015).

Praticamente desde o início da guerra o Irã tem fornecido armas, tropas de elite, financiamento e assistência ao Hezbollah com propósito de auxiliar as forças de Assad e garantir seus interesses. O Irã transferiu anualmente ao grupo mais de 100 milhões de dólares para pagar

armas, mísseis antinavios, foguetes entre outros equipamentos militares (CORDESMAN et al., 2013). A projeção das forças iranianas para o Mediterrâneo poderia valer-se de foguetes e mísseis de curto alcance, por exemplo, para atacar qualquer inimigo árabe, e ao que tudo indica também Israel (CORDESMAN; AARON, 2015). No entanto, em 2012 a estratégia parecia fadada ao fracasso, em virtude do aumento das sanções sobre o Irã, e da criação de um governo no Iraque que não estava sob influência iraniana, além do quase colapso das forças de Assad (FRIEDMAN, 2012).

Esse proscênio alterou-se com a ascensão do Estado Islâmico na Síria e sua subsequente expansão para o Iraque. A partir das ações extremas do grupo jihadista no Iraque, que conta com uma porção da população sunita, o Irã promoveu uma campanha maciça para que os grupos xiitas não sucumbissem ao EI. Isso viabilizou que o Irã inserisse assessores militares nas forças armadas iraquianas, forçando até mesmo as forças aéreas norte-americanas a trabalhar com suporte das forças terrestres iranianas (FRIEDMAN, 2015). Já na Síria a atuação o EI é mais complexa e não se restringe a um grupo específico, mas assim como ocorre no Iraque, o Irã tem sido um apoiador importante para combater o grupo extremista. Esse apoio iraniano na Síria e Iraque, segundo al-Masri (2015), tem em seu cálculo a possibilidade de pressionar o P5+1 no que tange às negociações do programa nuclear iraniano, além de amarrar qualquer interesse israelense ou árabe de influenciar a tomada de decisão norte-americana.

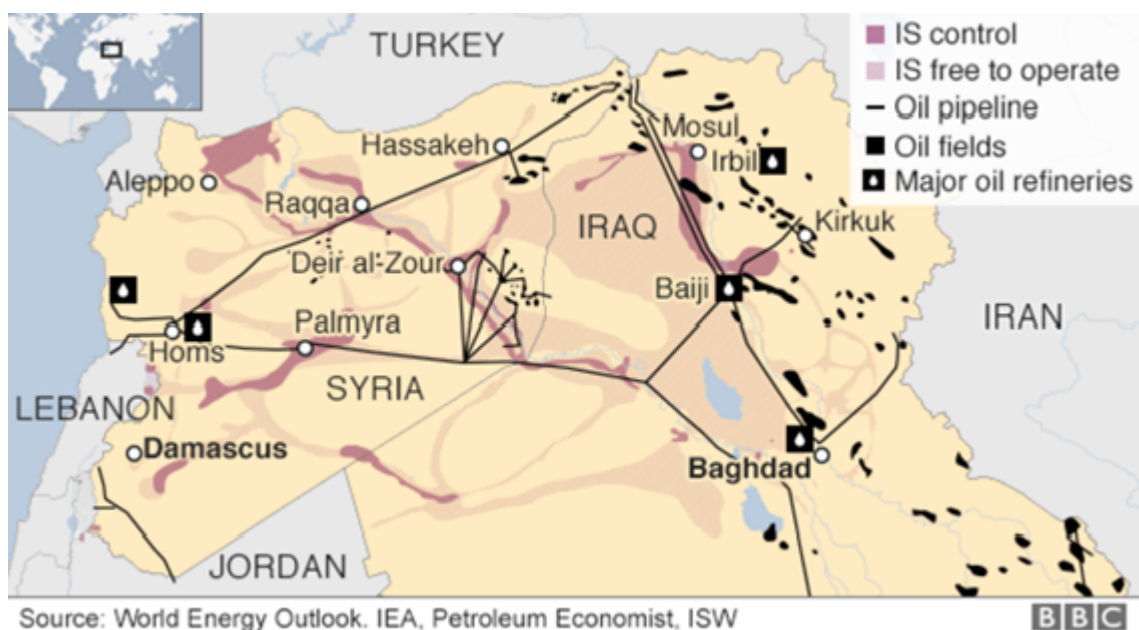
A Guerra Civil Síria desestruturou as condições básicas de vida no país, esse complicado conflito interromper a vida de milhares de pessoas entre 2011 a 2015, e fez até dezembro de 2015 mais 4,8 milhões de refugiados que estão alocados, sobretudo, nos países vizinhos (UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2016). O esfacelamento da sociedade é fruto da multiplicidade de grupos e interesses, nesse sentido, Cordesman e Aaron (2015) aponta a política e os esforços militares norte-americanos fracassaram. Ademais, o apoio russo a Assad e os multifacetados interesses dos grupos rebeldes e extremistas aprofundaram a crise a tal passo de não ser possível reconstruir o país.

A Guerra Proxy na Síria exacerbou as divisões sectárias. Para Grumet (2015), o Estado Islâmico se originou justamente da guerra por procuração, fomentada pelas rivalidades históricas entre sauditas e iranianos. O grupo extremista Estado Islâmico é composto por sunitas radicais, em sua maioria combatentes expulsos das Forças Armadas do Iraque, que tem captado a simpatia do povo que foi reprimido por anos - cerca de 10 milhões de pessoas. Em 2014, o EI anunciou que seus esforços visavam a criação de um Califado, e para alcançar esse objetivo o grupo vem recrutando cada vez mais jovens para compor suas forças. No final de 2015 estimativas apontavam que o grupo teria 100 mil homens (50 mil sírios, 30 iraquianos e 20 mil estrangeiros) que tem lutado contra xiitas e yajids (uma ramificação do povo curdo).

O grupo jihadista EI vale-se da violência extrema e midiática para intimidar seus inimigos. Para manter-se economicamente, confisca propriedades, silos de grãos, bancos, petrolíferas. Em 2014 os EUA formaram uma coalizão internacional para bombardear áreas dominadas pelo

grupo, e até o final de 2015 promoveram mais de 7 mil ataques. Na figura 14 pode-se averiguar que as áreas dominadas pelo grupo extremista concentram-se próximas às zonas produtoras, mas de acordo com ONU (2015) a coalizão conseguiu recuperar cerca de 40% do Iraque e 20% da Síria. A Rússia não fazia parte dessa coalizão, pois defendia a manutenção do governo de Assad, assim apesar de atuarem combatendo o EI essas operações não eram articuladas. Justamente nesse aspecto, Cordesman e Aaron (2015) assevera que o impasse não encontrará respostas e soluções individuais, nem dos Estados Unidos e nem da Rússia, nem tão pouco da ONU. A resposta deveria ser conjunta ao que de fato interessa: mitigar o Estado Islâmico e promover a escalada da reconstrução e recuperação do país.

Figura 14 – O EI e o controle sobre os oleodutos



Fonte: Islamic... (2016).

A grosso modo, pode-se dizer que a guerra proxy na Síria é um subproduto das exacerbações político-religiosas que compõem a região, e ainda a concorrência e a confluência de interesses regionais e extra-regionais vinculados às cadeias mundiais de abastecimento de energia. Este último revela a posição geoestratégica da Síria, uma vez que o país se encontra situado na região dos países detentores das maiores reservas de hidrocarbonetos e possui acesso aos mercados ocidentais sem a necessidade de se tráfegar pelos pontos de estrangulamento da região.

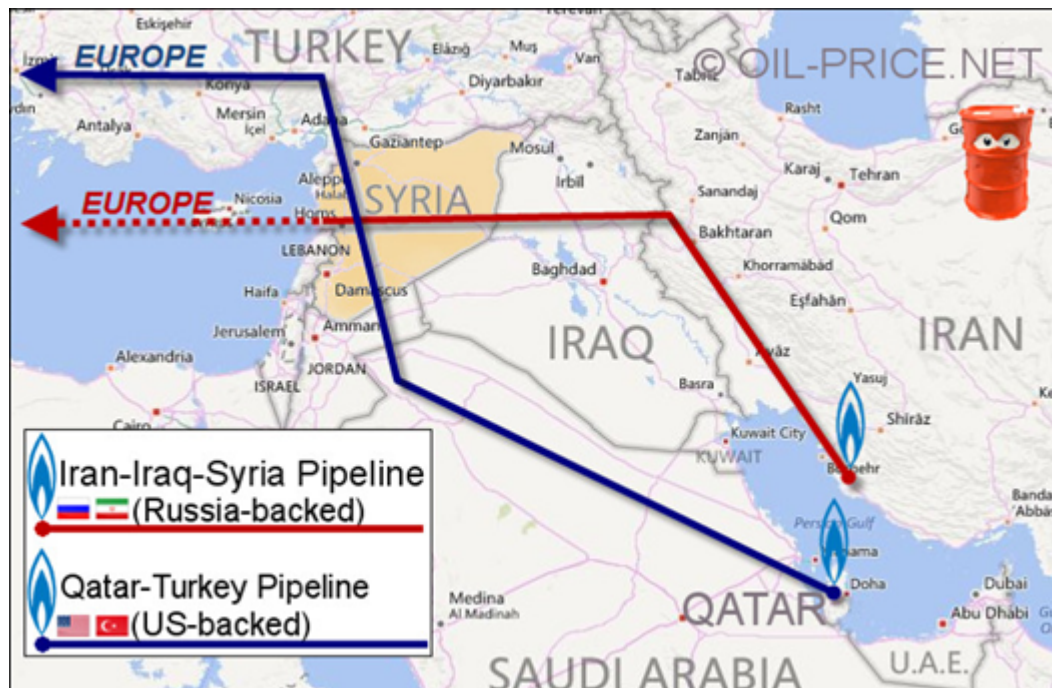
É fato que a Síria é o único aliado do governo iraniano na região, embora os dois países tenham como centro da sua estratégia política áreas distintas, no qual o Golfo é marco central para o Irã, assim como o Levante é fulcro para a Síria (CHUBIN, 2012). Essa articulação permite a projeção iraniana para o oeste, e o acesso ao Mediterrâneo estabelecerá uma importante rota alternativa para a exportação de gás natural, como pode-se averiguar na figura 16. Parece um tanto controverso que justamente o Irã, o Estado que controla a maior parte das águas de Ormuz,

precise recorrer a vias alternativas ao estreito, entretanto, uma das razões para isso ampara-se nas lições sobre os custos da Guerra Irã-Iraque e o bombardeamento maciço entre 1986 a 1988 nas águas do estreito. Desse modo, caso o Irã entrasse novamente em confronto no Golfo Pérsico seus portos não estariam tão concentrados, o que por sua vez permitiria redirecionar suas produções para o porto Chabar no Golfo de Omã e para o Mediterrâneo, tendo assim mais que uma opção que garantisse as divisas necessárias para subsidiar os custos e viabilizar sua sobrevivência na guerra.

Em 1989, Irã e Catar descobriram que abaixo das suas águas territoriais encontrava-se o maior campo de gás natural no mundo com aproximadamente 2081 Tcf. Individualmente a Rússia é o país com a maior reserva, cerca de 1888Tcf, enquanto que o Irã tem 1201 Tcf e o Catar 872 trilhões de metros cúbicos de gás natural (EIA, 2016).

Por conta do problema da falta de infraestrutura para a exportação das suas próprias reservas de gás natural, o governo iraniano propôs a construção do gasoduto alternativo Irã-Iraque-Síria, conforme demonstra a figura 15, que iria bombear gás iraniano para portos sírios como Latakia, facilitando o acesso ao Mediterrâneo, o que por sua vez reduziria as distâncias entre o Irã e o mercado consumidor europeu. Em 2011, o governo russo anunciou que financiaria a construção desse gasoduto, que seria entregue em 2016, mas devido à escalada do conflito e do avanço do Estado Islâmico sobre território sírio e iraquiano, dominando importantes áreas produtoras de petróleo, o projeto acabou ficando em segundo plano (AUSTIN, 2015).

Figura 15 – Síria: Projetos para construção de novos gasodutos



Fonte: (AUSTIN, 2015).

Em contrapartida, o Qatar também procurou estabelecer uma via alternativa a Ormuz, forjando como figura anterior uma rota que saía do seu território, passava pela Arábia Saudita,

posteriormente pela Jordânia e Síria, tendo como destino a Turquia. O governo de Bashar al-Assad não concordou com a construção desse gasoduto, acirrando novamente as disputas entre CCG e o eixo Síria-Irã. A resposta do Qatar deu-se por meio do apoio a grupos rebeldes sírios, onde financiou, somente entre 2011 e 2013, cerca de 3 bilhões de dólares para derrubar o regime de Bashar al-Assad (ORENSTEIN; ROMER, 2015).

Enquanto isso, a Arábia Saudita tem apoiado o grupo Jabhat al-Nusra, que é um braço da Al-Qaeda na Síria. Apesar de oficialmente ser inimigo do EI, lideranças e empresários sauditas estão colaborando amplamente com as forças insurgentes, predominantemente as sunitas (ORENSTEIN; ROMER, 2015). Assim, tanto o Qatar quanto a Arábia Saudita passaram a financiar, treinar e fornecer armas aos rebeldes contrários ao governo.

Para Ayoob (2012) tal estratégia transformou a Primavera Árabe em um evento que visava o enfraquecimento do único país aliado de Teerã e, por consequência, do próprio Irã. A articulação dessa frente na Síria, acirrou as disputas em diversos países, levando a guerra por procuração para uma escalada regional.

4.3 A Guerra no Iêmen: a importância do estreito de Bab el-Mandeb

Em, 2015 eclodiu a Guerra civil no Iêmen entre o grupo Houthi, que é apoiado pelo Irã localizado próximo ao Mar Vermelho e a fronteira com a Arábia Saudita, e os grupos sunitas que se encontram espalhados do norte ao sul do país, conforme pode-se observar na figura 16.

Figura 16 – Grupos que disputam no Iêmen



Fonte: (SAUDI..., 2012).

Tendo em vista a presença do Irã na Síria e particularmente no Iraque, que tem cerca de 814km de fronteira com a Arábia Saudita, esta deparou-se com a possibilidade das forças iranianas articularem um cerco ao país. Em vista disso, Friedman (2015) assevera que não restava outra saída à Arábia Saudita que não agir, e portanto, passou a enviar dinheiro e promover operações militares destinadas a cortar as linhas de suprimento iranianas. O governo saudita tem implementado uma guerra de coalizão, que é estrategicamente defensiva, mas taticamente ofensiva. Para tanto, tem usado o poder aéreo para apoiar as forças terrestres do governo iemenita. Em março de 2005, o presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi denunciou ataques aéreos na cidade portuária de Aden, como tentativa de golpe promovido pelo ex-presidente Ali Abdullah Saleh. Enquanto a Arábia Saudita dá apoio logístico aos sunitas, o Irã apoia os xiitas. Em 2016, forneceu ao Iêmen a venda de mísseis C-802, que tem sido utilizados em uma série de ataques nos Emirados Árabes. A crescente conflagração poderia levar a guerra para dentro do golfo de Áden, nesse caso, compete computar que se um possível embate com o Irã no Golfo fecharia a principal via de exportação de petróleo saudita, um confronto ao sul do Iêmen poderia levar o conflito ao Golfo de Áden, bloqueando assim a alternativa a Ormuz: o estreito de Bab el-Mandeb. Isso também impactaria sobre o Canal de Suez, uma vez que esses dois corredores formam uma única via que liga o Mediterrâneo ao Oceano Índico.

O estreito de Bab el-Mandeb, cuja largura varia de 5 a 23 km, liga o Mar Vermelho ao Oceano Índico através do Golfo de Áden, separando os países do chifre da África (Djibuti, Eritreia e Somália)² da Península Arábica (Iêmen). O ponto de menor largura do estreito fica no Iêmen, entre Djibuti e Eritreia. Em 2010 passavam por Bab-el Mandeb cerca de 2,7 milhões de barris de petróleo por dia, quatro anos mais tarde o volume total era de 4,7 milhões de bpd. Quanto ao volume de gás, estima-se que cerca de 1,2 trilhões de Tcf passaram pelo estreito em 2014 (EIA, 2016). Contudo, o Iêmen não é grande produtor de hidrocarbonetos, na verdade grande parte desse volume provém dos oleodutos e gasodutos que desaguam no Mar Vermelho e tem como destino o mercado do continente asiático, ou ainda referem-se aos volumes de hidrocarbonetos que saem de Ormuz, passam por Bab el-Mandeb e pelo Canal de Suez tendo como destino os mercados europeus e estadunidenses.

Logo, o aumento da instabilidade em torno de Bab el-Mandeb pode impedir petroleiros no Golfo Pérsico de alcançar o Canal de Suez, desviando-os ao redor do extremo sul da África, somando-se a isso tempo e custo. Como a situação de segurança no Iêmen continuou a deteriorar-se, os Estados Unidos tem aumentado sua presença marítima na área, e anunciou a sua intenção de trabalhar com parceiros do Conselho de Cooperação do Golfo para assegurar o fluxo contínuo do comércio pelo estreito. Vale destacar que na parte sul o estreito de Bab el-Mandeb, em Djibuti, já existem bases navais dos EUA, Japão e França, instaladas em outro momento, sob a justificativa de assegurar o fluxo de comércio e hidrocarbonetos pelo estreito.

² Etiópia também faz parte do Chifre da África, porém não faz fronteira com o estreito de Bab al-Mandeb.

4.4 Considerações finais do capítulo

O capítulo tinha por interesse o estudo das rivalidades históricas entre Arábia Saudita e Irã, que em virtude de suas assimetrias possibilitou que os grupos insurgentes dispusessem de armas para lutar contra os governos aliados em países vizinhos. No entanto, dado o possível cenário de um cerco promovido pelo Irã, a Arábia Saudita impulsionou a queda do preço do barril do petróleo, posto que essa era a principal fonte de divisas iranianas (VALDI, 2015). Assim, a deterioração da economia provocada em grande medida pelas sanções financeiras e a estratégia saudita de imputar perdas financeiras, impulsionou uma revisão da estratégia iraniana, e nesse caso, tinha como ópio firmar o acordo nuclear com P5+1, que permitiria o levantamento das sanções e a reinserção da economia iraniana no mercado mundial.

A estratégia estadunidense para o Golfo está focada no equilíbrio de poder, ou seja, ela visa equilibrar vários poderes na região. Assim, ao mesmo tempo que opera fornecendo informações de inteligência e planejando missões para os sauditas lutarem contra as forças dos al-houthis apoiados pelo Irã, no Iraque os Estados Unidos estão bombardeando o Estado Islâmico, colaborando com as forças xiitas ligadas às forças iranianas, conseqüentemente opondo-se à Arábia Saudita que financia com dinheiro e armas o grupo jihadista. A guerra civil na Síria é a mais confusa das três que estão em curso, pois além das forças do governo, dos grupos rebeldes, do Estado Islâmico, existe a presença de atores externos. As potências ocidentais, particularmente os EUA tem bombardeado instalações do EI, mas também fornecendo armas aos rebeldes “moderados”, que lutam contra Assad e o EI. A entrada da Rússia no conflito em 2015, também visava atacar o Estado Islâmico e assegurar a posição de Bashar al-Assad no comando do país (QUEM. . . , 2015).

Destarte, Irã e Arábia saudita também se enfrentam na Síria, mas de forma indireta. O primeiro, através de grupos proxies como o Hezbollah, apoia o presidente Assad, já os sauditas financiam armas ao Estado Islâmico. Esse complexo jogo foi se articulando ao mesmo tempo em que o P5+1 estabelecia os parâmetros do acordo nuclear. E, apesar dos EUA apoiar sauditas no Iêmen e os iranianos no Iraque e de certa forma na Síria, a estratégia do governo Obama não prejudicou a ratificação do acordo. Essa estratégia de equilíbrio de poder regional entre o Reino saudita e o Irã coloca os EUA numa posição mais delicada quanto a sua atuação ao norte da Península (FRIEDMAN, 2015).

Pro fim, embora a Arábia Saudita e Irã venham se enfrentando também em outros países como, por exemplo, no Bahrein e no Líbano, as duas principais frentes são os conflitos na Síria (e, por extensão, no Iraque) e no Iêmen, uma vez que estes conflitos estão ligados diretamente aos corredores marítimos vitais para os dois. Uma Guerra direta entre Arábia Saudita e Irã no Golfo é bastante improvável dada a dependência dos dois países com relação a Ormuz. Essa situação é distinta no estreito de Bab el-Mandeb, caso a guerra chegue ao Golfo de Áden, pois embora as embarcações iranianas passem por esse corredor para chegar aos mercados ocidentais,

elas poderiam contornar o sul da África, já a Arábia Saudita se tornaria ainda mais dependente de Ormuz.

5 CONCLUSÃO

As concepções apresentadas ao longo do estudo visavam averiguar e estudar a relevância do estreito de Ormuz, enquanto ponto de estrangulamento, nas dinâmicas da Competição Estratégica no Golfo Pérsico. Haja vista o amplo conteúdo desse trabalho, mas que se encontra interligado através de Ormuz, compete destacar algumas percepções finais dessa dissertação e os desafios para trabalhos futuros.

Inicialmente, discorreu-se no primeiro capítulo sobre a navegação através dos estreitos, as características que compõem esses corredores marítimos e os elementos condicionantes que transformam essas vias em pontos de estrangulamento no Sistema Internacional. Em seguida, buscou-se observar os esses elementos que caracterizam Ormuz e as razões que o tornam o principal ponto de estrangulamento marítimo. Em síntese, o capítulo oferece a compreensão de que muito embora seja auspiciosa a existência de uma Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, na qual alias é impossível não destacar o empenho do Brasil, essa contém impasses e intensões que se desenvolveram no decorrer das suas sessões, e que foram forjados por polaridade estabelecida entre potências marítimas e Estados costeiros.

Ademais, a despeito dos esforços notáveis da diplomacia brasileira, o reconhecimento da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental trata-se de um feito único, posto que a Convenção do Direito do Mar estabelece e regula o direito de todos os Estados costeiros e ribeirinhos, não apenas os privilégios das potências marítimas, tal qual ocorria desde o Tratado de Tordesilhas. No entanto, importa destacar que as questões relativas ao direito de passagem inocente ou em trânsito não se devem exclusivamente ao tema abordado (pontos de estrangulamento), mas também dizem respeito ao fato de que os temas discutidos ainda no século XXI são predominantemente de escolha das grandes potenciais marítimas. Sem dúvida alguma, o estudo dos pontos de estrangulamento procurou demonstrar que a regulação dos espaços marítimos, no qual o Brasil empenhou esforço político e estratégico, revela que a projeção naval dos Estados costeiros a partir de chokepoints pode transcender ao plano regional, em função de suas características intrínsecas e do seu valor como rota de comércio mundial.

De posse disso, pode-se dizer que a delimitação do mar territorial de 3 milhas que coincide com o tiro de canhão daquela época é semelhante à atual digitalização, que propiciou a horizontalização das capacidades militares e acabou por colocar ao alcance, tanto dos Estados costeiros próximos aos estreitos, quanto dos Estados com uma grande extensão costeira – caso do Brasil – a possibilidade de, através da projeção naval, vir a disputar o controle do mar com as grandes potências marítimas. No presente, as aeronaves não tripuláveis, os satélites e micro satélites, os mísseis cruzadores baseados em terra que são ajustáveis à ação antinavio (e que tem alcance de até 3 mil Km), integram a cadeia de comunicação da guerra centrada em rede. No entanto, eles estão ao alcance não apenas dos chamados “estados baleia”, mas de potências

regionais e mesmo médias, no qual se enquadra o Irã.

É justamente esse o ponto de conexão com o segundo capítulo, que versa sobre a competição estratégica entre EUA e Irã. A competição estratégica é um fenômeno difuso, porém profundo, multidimensional e recorrente na região do Oriente Médio, que pode ser observada desde a disputa entre Inglaterra, Rússia e Alemanha, passando por EUA e Inglaterra, depois por EUA e URSS, até chegar na competição EUA e Irã. Trata-se de uma forma de conflito intermediária entre a paz e a guerra. Do ponto de vista da literatura das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, esta condição só é reconhecida no âmbito da bipolaridade, usualmente utilizada para descrever a “Guerra Fria”.

Logo, considerando o resultado da Guerra Fria, sobretudo tendo em vista o desfecho do colossal desmantelamento da URSS, é notável o fato de uma potência média ter sobrevivido, e em certa medida ter vencido a competição estratégica com a única superpotência remanescente, ou seja, os Estados Unidos. Esse entendimento parece intuitivo, contudo, convém frisar que o sobrevivido refere-se ao regime jurídico-político tutelado pelo clérigo do Irã, diferentemente do que ocorreu na então União Soviética, onde além da erosão do sistema político, o próprio território reflete a correlação de força adversa e de assimetria abissal. Nesse caso o referente empírico é o acordo Nuclear EUA-Irã, que é importante pelo seu teor, mas, sobretudo, pelo conteúdo simbólico: o de obter do próprio EUA, “bastão” de gendarme da ordem regional.

Esse novo proscênio que surge no Oriente Médio a partir da retirada das tropas norte-americanas do Iraque promoveu a escalada das rivalidades entre os dois principais concorrentes no Golfo Pérsico: Arábia Saudita e Irã. Essa escalada baseia-se em rivalidades antigas, que estão relacionadas aos fatores políticos, religiosos, mas particularmente em razão do modelo de desenvolvimento dos países. A par disso, o capítulo três buscou demonstrar que a competição estratégica estabelecida anteriormente entre EUA e Irã não pode ser sucedida por uma balança estável, neste caso, materializada eventualmente na concorrência entre Arábia Saudita e Irã. Desse modo, ainda antes da retirada dos Estados Unidos em 2011, Turquia, Israel e Arábia Saudita, além de outras petromonarquias, procuraram se posicionar para a confrontação com o Irã através da guerra proxy. Eventualmente essa perspectiva possui algum papel explicativo autônomo, para entender o aparente “fracasso” estadunidense em estabilizar o Iraque: tratou-se, na hipótese da assunção estar correta, de ter sido sabotado pelos seus principais aliados, que converteram sua retirada do Iraque em uma disputa que levasse a estabilização ao último aliado do Irã, ou seja, a Síria. E, por conseguinte, abrisse uma saída alternativa para os hidrocarbonetos do Golfo, que não precisariam passar por Ormuz.

A ruptura das tradicionais fronteiras pela Guerra Proxy transbordou da Síria, para o Iraque, e posteriormente para o Iêmen. Logo, pelo exposto, é factível que os esforços para estabilização falharam, tanto dos EUA, da força de coalizão, quanto da Rússia. Em virtude de um confronto com perdas fatais, os Estados Unidos admitiram estar criando novas bases no Iraque, refletindo que provavelmente não existe uma solução para a Guerra Síria, no âmbito do

seu território, uma vez que esta guerra é travada entorno dos três pontos de estrangulamento marítimos (Ormuz, Canal de Suez e Bab el-Mandeb), e na faixa terrestre que permite contorná-los, ligando o Golfo Pérsico ao mediterrâneo leste.

Nesse aspecto, quanto à conexão entre a Guerra Proxy Regional e os estreitos, por hora, somente pode-se destacar a coincidência da disputa entre o Estado Islâmico e o Irã no Iraque incidir diretamente sobre a correlação de forças em Ormuz, tendo como protagonistas indiretos, além do Irã, os países do Conselho do Golfo. Já a Guerra travada no Iêmen contra os Houthi, justamente que controlam a faixa de terra contígua ao estreito de Bab el-Mandeb, e do terrorismo no Sinai e da insurgência no Egito estarem ligados à Irmandade Muçumana que, aparentemente manteve a designação original, servindo para nomear também suas congêneres na Turquia, na Síria e no Iraque onde assumiram uma versão mais degradada e violenta nas figuras do Estado islâmico e da Frente al-Nusra.

Diante disso tudo, é razoável reconhecer que a despeito da sua feição regional, justamente em função dos chokepoints, esse quadro assume uma importância ímpar também em termos globais, tal como uma merecedora de uma Conferência de Paz, que só pode ser chamada por países que tenham uma relação com potências como EUA, Europa e BRICS, ou seja, que disponham de capacidades para lidar com a responsabilidade (Peace-enforcement). Nesse aspecto, o Brasil e a UNASUL, poderiam dividir o encargo dessa tarefa, servindo como alternativa para o Brasil no que tange à transição do seu modelo de desenvolvimento, que está alicerçado no consumo baseado no investimento, bem como no uso da construção naval, como forma de promover a reindustrialização do país.

Cumpra ainda, mesmo que correndo o risco da intuição afigurar como mero pedantismo, mas desde logo destacando que não se trata de segredo de polichinelo, que o deslocamento da guerra tende a um dos seus centros, que nesse caso possivelmente seria na Arábia Saudita. De mais a mais, essa situação também poderia conflamar em uma disputa global, alimentada pela concorrência nuclear, se incorporar as rivalidades entre Paquistão, aliado dos sauditas, e Índia, aliado do Irã.

É natural, dada a abrangência e complexidade do tema, que a pesquisa tenha encontrado algumas restrições relativas a tempo e bibliografia, e desafios a serem respondidos, mas que servirão de base para trabalhos futuros, como a exploração e análise do distanciamento dos Estados Unidos e seus tradicionais aliados na região (Turquia, Israel e Arábia Saudita), a fim de observar o papel desses gargalos no conceito atual de Grande Potência na era digital, que possam servir para atuação do Brasil no Oriente Médio. A compreensão do dilema estadunidense-europeu em precisar controlar essa região está na extensão de sua projeção e no domínio sobre os pontos de estrangulamento de Ormuz, Bab el-Mandeb e o Canal de Suez.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMIAN, E. **A history of modern Iran**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2008.
- ALBRIGHT, D.; HINDERSTEIN, C. Iran building nuclear fuel cycle facilities: International transparency needed. **ISIS Issue Brief**, v. 12, 2002.
- ALGHOUL, D. Iran and saudi arabia move beyond proxy conflict. **Middle East Monitor**, 2015. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/articles/middle-east/21528-iran-and-saudi-arabia-move-beyond-proxy-conflict>>. Acesso em: 17 mar 2016.
- ALLIANCE Maritime Strategy. **Organização Do Tratado Do Atlântico Norte**: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_75615.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 02 nov 2015.
- ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ARJOMAND, S. A. **After Khomeini**: Iran under his successors. New York: Oxford University Press, 2009.
- AUSTIN, S. **Oil prices and the Syrian civil war**. 2015. Disponível em: <<http://www.oil-price.net/en/articles/oil-prices-and-syrian-civil-war.php>>. Acesso em: 19 MAR 2016.
- AYOOB, M. The arab spring: its geostrategic significance. **Middle East Policy**, Wiley Online Library, v. 19, n. 3, p. 84–97, 2012.
- BEIRÃO, A. P.; PEREIRA, A. C. A. **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. [S.l.: s.n.], 2014.
- BERTI, B.; GUZANSKY, Y. Saudi arabia's foreign policy on iran and the proxy war in syria: Toward a new chapter? **Israel Journal of Foreign Affairs**, Taylor & Francis, v. 8, n. 3, p. 25–34, 2014.
- BLUNDEN, M. Geopolitics and the northern sea route. **International Affairs**, Wiley Online Library, v. 88, n. 1, p. 115–129, 2012.
- BORGER, J. Wake-up call. **The Guardian**, 2002. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2002/sep/06/usa.iraq>>. Acesso em: 15 mar 2016.
- BP TOOLS. **Oil Production**. 2016. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/oil-review-by-energy-type/oil-production.html>>. Acesso em: 26 fev 2016.
- BRÜEL, E. **International straits: a treatise on international law**. [S.l.]: Nyt Nordisk Forlag, 1947.
- BRZEZINSKI, Z. **The grand chessboard**: American primacy and its geostrategic imperatives. New York: basic books, 1998.
- BUSH, G. W. **The national security strategy of the United States of America**. [S.l.], 2002.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: The structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. v. 91.

CALVOCORESSI, P. **Política Mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

CARTER, J. State of the union address 1980. **National address, the Capitol, Washington DC: January**, v. 23, 1980. Disponível em: <<http://www.jimmycarterlibrary.gov/documents/speeches/su80jec.phtml>>. Acesso em: 18 fev 2016.

CASELLA, P. B. **Direito internacional dos espaços**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHUBIN, S. Iran and the arab spring: Ascendancy frustrated. **GRC Gulf Papers**, 2012.

COAKLEY, R. W. O corredor persa como rota de ajuda à urss (1942). In: _____. **As grandes decisões estratégicas: Segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 201–235.

CONBOY, M. The territorial sea. **Georgetown Law Journal**, v. 12, n. 2, Jan. 1924. Disponível em: <https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/559573/gul_glj_v012_i02.pdf?sequence=7>. Acesso em: 15 jun 2015.

CORBETT, J. S. **Some Principles of Maritime Strategy**. [S.l.]: Naval and Military Press, 2004.

CORDESMAN, A.; AARON, L. **The Iranian Sea-Air-Missile Threat to Gulf Shipping**. [S.l.]: Center for Strategic & International Studies, 2015. (CSIS Reports).

CORDESMAN, A. H. **Iran, oil, and the Strait of Hormuz**. [S.l.: s.n.], 2007.

CORDESMAN, A. H. **US and Iranian Strategic Competition: Types and Levels of Competition**. [S.l.: s.n.], 2011.

CORDESMAN, A. H. **Trends in Iraqi Violence, Casualties and Impact of War: 2003-2015**. [S.l.: s.n.], 2015.

CORDESMAN, A. H. et al. **US-Iranian Competition: The Gulf Military Balance**. [S.l.]: Citeseer, 2013.

COTTAM, R. W. **Nationalism in Iran: Updated through 1978**. [S.l.]: University of Pittsburgh Pre, 1978.

CURTIS, G. E.; HOOGLUND, E. **Iran: a country study**. [S.l.]: Government Printing Office, 2008.

DOLAN, D. Rethinking the strait of hormuz. In: **US Naval Institute Proceedings**. [S.l.: s.n.], 2012. v. 138, p. 40–46.

DOUGHERTY, J. E. et al. **Relações internacionais: as teorias em confronto: um estudo detalhado**. Lisboa: [s.n.], 2003.

DYKE, J. M. V. **Transit passage through international straits**. [S.l.: s.n.], 2009. 177–232 p.

EMMERSON, C.; STEVENS, P. Maritime choke points and the global energy system: charting a way forward. **Chatham House**, 2012. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Energy,%20Environment%20and%20Development/bp0112_emmerson_stevens.pdf>.

ENERGY Export Alternatives to the Strait of Hormuz. **Stratfor, Global Intelligence**: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/image/energy-export-alternatives-strait-hormuz>>. Acesso em: 15 out 2015.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Saudi Arabia**. 2014. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=SAU>>. Acesso em: 15 nov 2015.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **World Oil Transit Chokepoints**. 2014. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=WOTC>>. Acesso em: 26 nov 2015.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Country Analysis Brief: Iran: A historical perspective**. 2015. Disponível em: <http://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Iran/iran.pdf>. Acesso em: 22 fev 2016.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Iran: International energy data and analysis**. 2015. Disponível em: <http://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Iran/iran.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Petroleum & Other Liquids**. 2016. Disponível em: <https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIM_NUS-NIR_2&f=A>. Acesso em: 26 fev 2016.

ESTELAMI, H. A study of iran's responses to us economic sanctions. **Middle East**, v. 3, n. 3, p. 52, 1999.

ESTREITO de Gibraltar. In: GOOGLEMAPS. [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: 05 mar 2015.

ESTREITO de Luzon. In: GOOGLEMAPS. [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: 05 mar 2015.

FOLKESON, A. **Key Facts on Strait of Hormuz**. [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/blog/2012/jan/11/part-1-key-facts-strait-hormuz>>. Acesso em: 15 fev 2016.

FRIEDMAN, G. Iran's strategy. **Stratfor Global Intelligence Weekly Report**, 2012.

FRIEDMAN, G. The middle eastern balance of power matures. **Stratfor Global Intelligence Weekly Report**, 2015.

FUSER, I. **Geopolítica: O mundo em conflito**. São Paulo: Salesiana, 2006.

GIBSON, B. R. Bypassing hormuz. **The Majalla**, 2000. Disponível em: <<http://eng.majalla.com/2012/07/article55232901>>.

GLOBAL SECURITY. 2015. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/iran/arms-imports-usa.htm>>. Acesso em: 01 mar 2016.

GLOBAL Shipping Lanes. **Stratfor, Global Intelligence**: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/image/global-shipping-lanes>>. Acesso em: 08 out 2015.

GOODARZI, J. **Iran and Syria**. [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/resource/iran-and-syria>>. Acesso em: 15 fev 2016.

GRAHAM, E. Innocent passage: Did the u.s. just fumble its south china sea strategy? **The National Interest**, 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/innocent-passage-did-the-us-just-fumble-its-south-china-sea-14253>>. Acesso em: 25 mar 2016.

GRESH, G. F. Traversing the persian gauntlet: Us naval projection and the strait of hormuz. **Fletcher F. World Aff.**, HeinOnline, v. 34, p. 41, 2010.

GRUMET, T. R. **New Middle East Cold War: Saudi Arabia and Iran's Rivalry**. Tese (Doutorado) — University of Denver, 2015.

GUZANSKY, Y.; SCHACHTER, J.; LINDENSTRAUSS, G. Between piracy and persia: Mounting threats to maritime chokepoints in the middle east. **Foreign Policy Research Institute**, 2011.

HAGHSHENASS, F. **Iran's Asymmetric Naval Warfare**. [S.l.]: Washington Institute for Near East Policy, 2008.

HALLIDAY, F. **Iran: dictatorship and development**. 2. ed. New York: Penguin Books, 1979.

HENNIKER-MAJOR, E. Nationalisation: The anglo-iranian oil company, 1951 britain vs. iran. **Moral Cents**, v. 2, 2013. Disponível em: <<http://sevenpillarsinstitute.org/wp-content/uploads/2013/10/Nationalisation-of-the-AIOC-EDITED.pdf>>. Acesso em: 25 fev 2016.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

HUBER, M. M. **Chokepoint Control: Operational challenges for blue-water navies**. Naval War College: Newport, 2003.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE – ICJ. **Corfu Channel case, Judgment of April 9th, 1949**. [S.l.], Reports.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION – IHO. **A manual on technical aspects of the United Nations Convention on the Law of the sea – 1982**. 2006. Disponível em: <https://www.iho.int/iho_pubs/CB/C-51_Ed4-EN.pdf>. Acesso em: 13 jul 2015.

INTERNATIONAL MARITIME BUREAU – ICC. **Piracy and Armed Robbery Against Ships**. London, 2015.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION–IMO. 2016. Disponível em: <<http://www.imo.org/EN/Pages/Default.aspx#2>>. Acesso em: 02 mar 2016.

ISLAMIC State group: Crisis in seven charts. **BBC**, London: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-27838034>>. Acesso em: 23 fev 2016.

ITUASSÚ, O. C. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

- JAFARI-VALDANI, A. The geopolitics of the strait of hormuz and the iran-oman relations. **Iranian Review of Foreign Affairs**, v. 2, n. 4, p. 1–3, 2012.
- JASPER, M. W. **Security assistance in the Persian Gulf and the roots of the Nixon doctrine**. Dissertação (Mestrado) — Naval Postgraduate School, Califórnia, 1997.
- KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século xxi**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século xxi**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KATZMAN, K. et al. Iran's threat to the strait of hormuz. In: **DTIC Document**. [S.l.: s.n.], 2012.
- KHANNA, P. **O segundo mundo: Impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- KINZER, S. **Todos os homens do Xá: o golpe norte-americano no irã e as raízes do terror no oriente médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KRAUTHAMMER, C. The reagan doctrine. **Washington Post**, v. 18, 1985.
- KREPINEVICH, A. **Why Air Sea Battle?** Washington: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.
- LEHMAN BROTHERS. Global oil choke points. **Energy & Power**, New York, v. 18, 2008.
- LENCZOWSKI, G. The arc of crisis: Its central sector. **foreignaffairs**, 1979. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1979-03-01/arc-crisis-its-central-sector>>. Acesso em: 25 fev 2016.
- MALEK, M. Oil in iran between the two world wars. **Iran Chamber Society**, v. 6, 2008. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/history/articles/oil_iran_between_world_wars.php>. Acesso em: 29 fev 2016.
- MARTIN, A. G. L. **International straits: Concept, classification and rules of passage**. Madrid: Springer Science & Business Media, 2010.
- MASSOULIÉ, F. **Os Conflitos do Oriente Médio: século xx**. São Paulo: Ática, 1986.
- MAZZUOLI, V. D. O. **Curso de direito internacional público**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MILLAR, T. B. The military-strategic balance. In: _____. **The Persian Gulf and Indian Ocean in International Politics**. Tehran: Institute for International Political and Economic Studies, 1975. cap. 3, p. 77–109.
- MORE, R. F.; REI, F. C. F. Os 30 anos da convenção das nações unidas sobre direito do mar – desafios e elementos de reflexão para o brasil. In: _____. **Amazônia azul: política, estratégia e direito para o oceano do brasil**. São Paulo: Femar, 2012. cap. 8, p. 179–204.
- MRAG; LAMANS. **Costs and benefits arising from the establishment of maritime zones in the Mediterranean Sea**. [S.l.], 2013.

- OIL Exporting Alternatives in the Persian Gulf (Dispatch). **Stratfor, Global Intelligence**: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/video/oil-exporting-alternatives-persian-gulf-dispatch>>. Acesso em: 09 out 2015.
- OIL Price Would Skyrocket if Iran Closed the Strait of Hormuz. **New York Times**, New York: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/05/business/oil-price-would-skyrocket-if-iran-closed-the-strait.html>>. Acesso em: 20 out 2015.
- O'NEIL, W. D.; TALMADGE, C. Costs and difficulties of blocking the strait of hormuz. **International security**, MIT Press, v. 33, n. 3, p. 190–198, 2009.
- ORAL, N. Transit passage rights in the strait of hormuz and iran's threats to block the passage of oil tankers. **The American Society of International Law**, v. 16, 2012.
- ORENSTEIN, M. A.; ROMER, G. Putin's gas attack: Is russia just in syria for the pipelines? **Foreign Affairs**, 2015.
- ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. 2016. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/>. Acesso em: 20 fev 2016.
- PARFOMAK, P. W.; FRITTELLI, J. Maritime security: Potential terrorist attacks and protection priorities. **DTIC Document**, 2007.
- PEELE, R. B. The importance of maritime chokepoints. **Parameters**, US Army War College, v. 27, n. 2, p. 61, 1997.
- PÈNE, E. Arab world maps: A proxy war in the middle-east. **Le Courrier du Maghreb et de L'Orient**, 2015.
- PLUSHNICK-MASTI, R. Israel: Iran aided hezbollah ship attack. **CBS News**, 2006.
- QUEM luta contra quem na guerra da Síria. **BBC**, London: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151002_siria_xadrez_fd>. Acesso em: 23 fev 2016.
- RAKEL, E. P. et al. **The Iranian Political Elite, state and society relations, and foreign relations since the Islamic Revolution**. [S.l.: s.n.], 2008.
- REZEK, J. F. **Direito Internacional Público**: Curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1991.
- RICHARDSON, M.; CHONG, T. **Asia's Middle East Oil Dependence**:: Chokepoints on vital maritime supply line. [S.l.: s.n.], 2007.
- ROCHE, A. A. A primavera do mundo árabe-sunita: o islã árabe-sunita entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 7, p. 15, 2011.
- RODRIGUE, J.-P. Straits, passages and chokepoints: a maritime geostrategy of petroleum distribution. **Cahiers de géographie du Québec**, Département de géographie, v. 48, n. 135, p. 357–374, 2004.
- RODRIGUE, J.-P.; COMTOIS, C.; SLACK, B. **The geography of transport systems**. [S.l.]: Routledge, 2013.

- RODRIGUES, J. N.; DEVEZAS, T. **Portugal: o pioneiro da globalização**: A herança das descobertas. [S.l.]: Centro Atlântico, 2009.
- RUBIN, B. **Crises in the Contemporary Persian Gulf**. London: Frank Cass, 2005.
- RUCKS, J. T. **Choke points**:: A importância dos canais e estreitos internacionais. Monografia (Graduação) — Faculdade América Latina, Caxias do Sul, 2012.
- RUSSIA'S Unexpected Withdrawal From Syria. **Stratfor, Global Intelligence**: [s.n.], 2016. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/russias-unexpected-withdrawal-syria>>. Acesso em: 15 mar 2016.
- SACCHETTI, A. E. **Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico**. Lisboa: Instituto Superior Naval de Guerra, 1987.
- SAUDI Arabia and Iran Compete in Yemen. **Stratfor, Global Intelligence**: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/saudi-arabia-and-iran-compete-yemen>>. Acesso em: 08 fev 2016.
- SAUDIS open old pipeline to bypass Hormuz Strait. **Iran Times**, 2012.
- SCHEINMANN, G. M.; COHEN, R. S. The myth of “securing the commons”. **The Washington Quarterly**, Taylor & Francis, v. 35, n. 1, p. 115–128, 2012.
- SCHILLING, V. **Ocidente x Islã**: Uma história do conflito milenar entre dois mundos. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- SCHRODEN, J. **A Strait Comparison**:: Lessons learned from the 1915 dardanelles campaign in the context of a strait of hormuz closure event. [S.l.], 2011.
- SEA Distances / Port Distances. **Sea-Distances.Org**: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.sea-distances.org/>>. Acesso em: 02 nov 2015.
- SÉBILLE-LOPEZ, P. **Geopolíticas do Petróleo**. Paris: Instituto Piaget, 2006.
- SEGAL, D. The iran-iraq war: a military analysis. **Foreign Affairs**, Council on Foreign Relations, v. 66, n. 5, p. 946–963, 1988.
- SHELALA II, R. M. **Maritime Security in the Midle East and North Africa**: a strategic assessment. [S.l.: s.n.], 2014.
- SILVA, G. E. d. N.; ACCIOLY, H.; CASELLA, P. B. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SPAULDING, H. Russia's false isis narrative in syria. **Institute for the Study of War**, 2015. Disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Russia%20False%20Narrative%20in%20Syria_1.pdf>.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI. 2016. Disponível em: <<http://www.sipri.org/>>. Acesso em: 02 mar 2016.
- THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance 2011**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge, 2011.

THEUTENBERG, B. J. Mare clausum et mare liberum. *Arctic*, JSTOR, v. 37, n. 4, p. 481–492, 1984.

TOL, J. V. et al. **AirSea battle**: A point-of-departure operational concept. [S.l.], 2010.

TRAUMANN, A. P. A fúria de ajax: 27 anos de relações eua-irã (1953-1980). *Revista Litteris*, p. 1–14, 2010. Disponível em: <<http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/AFURIADEAJAX.pdf>>.

TREVES, T. 1958 geneva conventions on the law of the sea. 1958. Disponível em: <<http://legal.un.org/avl/ha/gclos/gclos.html>>. Acesso em: 25 fev 2016.

UNCLOS. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. 1982. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/UNCLOS-TOC.htm>. Acesso em: 02 out 2015.

UNCLOS. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_declarations.htm>. Acesso em: 08 out 2015.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Review of Maritime Transport**. [S.l.], 2014.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Syria Crisis**. 2016. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ocha_syria_biweekly_sitrep_no._1_27_feb_-_11_mar_2016_.pdf>. Acesso em: 20 mar 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. **The Globalization of Crime**: A transnational organized crime threat assessment. Vienna, 2010.

VISENTINI, P. F. **A primavera árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Século XXI, 2012.

VISENTINI, P. F. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VIZENTINI, P. F. **Os dez anos que abalaram o século XX**: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

VIZENTINI, P. F. **O Oriente Médio e Afeganistão**: Um século de conflitos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WÄHLISCH, M. The iran-united states dispute, the strait of hormuz, and international law. *Yale Journal of International Law*, v. 37, p. 22–34, 2012.

WAINWRIGHT, R. A. Navigation through three straits in the middle east: Effects on the united states of being a nonparty to the 1982 convention on the law of the sea. *Case W. Res. J. Int'l L.*, HeinOnline, v. 18, p. 361, 1986.

WALKER, W. L. Territorial waters: The cannon shot rule. *Brit. YB Int'l L.*, HeinOnline, v. 22, p. 210, 1945.

WALT, S. M. How not to think about the israel lobby. *Foreign Policy*, 2013. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2013/11/01/how-not-to-think-about-the-israel-lobby/>>. Acesso em: 17 mar 2016.

WORTH, R. Tanker damage caused by attack: Inquiry finds. **Retrieved October**, n. 787, 2016.

WYER, J. How carter and brzezinski played the islamic card. **EIR**, 1980.

YADLIN, A. **Another Round in the Saudi-Iranian Confrontation: What Does It Mean, and What Lies Ahead?** [S.l.: s.n.], 2010. v. 23. 2011 p.

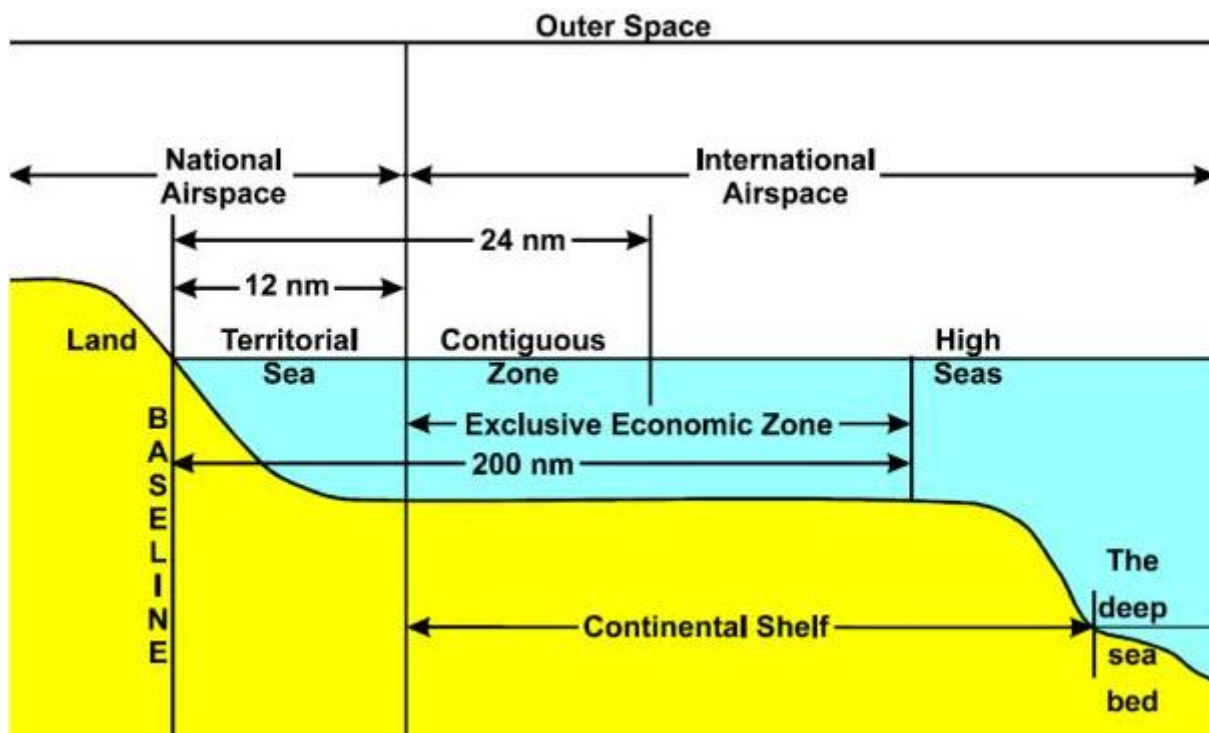
YERGIN, D. **O Petróleo**: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

YERGIN, D. **A Busca**: Energia, segurança e reconstrução do mundo moderno. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ZAHREDDINE, D.; LASMAR, J. M.; TEIXEIRA, R. C. **O Oriente Médio**. Curitiba: Juruá, 2011.

ANEXO A – DIVISÕES DO ESPAÇO MARINHO E AÉREO

Figura 17 – Espaço marinho e aéreo na costa dos Estados



Fonte: (MRAG; LAMANS, 2013).